

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JULIA DE SOUZA BORBA GONÇALVES

Brasil e a Aliança do Pacífico: visões em disputa na integração regional?

São Paulo

2019

JULIA DE SOUZA BORBA GONÇALVES

Brasil e a Aliança do Pacífico: visões em disputa na integração regional?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa”.

Orientador: Marcelo Passini Mariano

São Paulo

2019

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Gonçalves, Julia de Souza Borba.

G635 Brasil e a Aliança do Pacífico: visões em disputa na integração regional? / Julia de Souza Borba Gonçalves. – São Paulo, 2019.
153 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marcelo Passini Mariano.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2019.

1. Brasil – Relações exteriores – América do Sul – Séc. XXI. 2. Aliança do Pacífico. 3. MERCOSUL. 4. América do Sul – Integração econômica. I. Título.

CDD 327.8108

JULIA DE SOUZA BORBA GONÇALVES

Brasil e a Aliança do Pacífico: visões em disputa na integração regional?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa”.

Orientador: Marcelo Passini Mariano.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Passini Mariano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dra. Regiane Nitsch Bressan (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes (Universidade de Brasília)

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

À Kátia e ao Ricardo.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o período em que me dediquei ao mestrado, tive apoio e incentivo de pessoas que tornaram essa trajetória uma realização profissional e pessoal.

Agradeço o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), sem o qual não teria sido possível realizar a pesquisa de maneira exclusiva e aprofundada. É indispensável dizer que o financiamento de pesquisas é o que possibilita o desenvolvimento científico nacional.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Mariano, pela orientação atenta, estimulante e cuidadosa nesses dois anos, que vem desde a graduação. Agradeço principalmente por ter me apresentado o assunto que se tornou meu tema de pesquisa e pelo qual tive muito apreço e comprometimento. Um pesquisador e docente por quem tenho muita admiração e respeito.

Agradeço aos docentes do “San Tiago Dantas”, os quais sempre estimularam debates necessários e nosso posicionamento crítico diante um mundo tão complexo. E se é conhecido que a Ciência avança porque vimos mais longe ao nos apoiarmos sobre ombros de gigantes, eu completaria dizendo que ela também avança porque nos é estendida a mão para que vejamos mais longe. Por isso agradeço ao corpo docente da pós-graduação, ao meu orientador e às professoras e aos professores da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI), Karina Mariano, Regiane Bressan, Roberto Menezes e Camilo López Burian pelas oportunidades e ajudas oferecidas ao longo da pesquisa. Agradeço também aos debatedores que avaliaram os artigos que apresentei em eventos acadêmicos, cujos comentários e questionamentos foram muito importantes para que eu refletisse e justificasse as escolhas teóricas e metodológicas desta pesquisa.

Agradeço ao *Instituto de Ciencia Política (ICP)* da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, na figura de Alfonso Donoso, pela oportunidade de ter realizado a pesquisa bibliográfica na *Universidad Católica* e de ter frequentado os seminários de pesquisa do ICP, os quais foram essenciais para repensar e aperfeiçoar a pesquisa. Agradeço ao Federico Rojas, sem o qual minha passagem pelo ICP sequer teria sido possível.

Agradeço a Embaixada do Chile no Brasil, na figura do ex-Primeiro Secretário da Embaixada, Andrés Aguilar, e a Embaixada do Brasil no Chile, na figura do Secretário João Medeiros, por terem me recebido e me dado apoio antes e durante a pesquisa de campo realizada no Chile. Agradeço aos entrevistados nesta pesquisa pelo tempo e disposição de atender minhas solicitações.

Agradeço aos membros dos grupos de pesquisa Observatório de Política Externa (OPEX) e Laboratório de Novas Tecnologias em Relações Internacionais (LANTRI) pelas reflexões e trabalhos sempre relevantes. Em especial, agradeço aos membros do Observatório de Regionalismo (ODR) pelas discussões frutíferas, pelas parcerias que surgiram no grupo, pelos eventos e projetos que construímos juntos, e por fortalecer a área de Regionalismo no “San Tiago Dantas”: Clarissa, Lucas, Guilherme, Ângelo, André, Beatriz, Maria Luísa, Ana Elisa, Milagro, Emerson, Flávia e Bárbara. Agradeço também à Jaqueline e Kimberly, pesquisadoras e amigas que admiro muito.

Agradeço aos meus colegas de sala por compartilharem as alegrias e angústias da trajetória acadêmica. Agradeço à Adriane, à Amanda, ao Jorge e ao Luan pela amizade e por compartilharem, de perto e em diversas formas, as delícias e as dores de ser mestrando do início ao fim.

Agradeço à Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Graziela Oliveira pelas conversas no dia a dia, pelas dúvidas sanadas e por tornarem mais fácil toda a parte burocrática. Agradeço às trabalhadoras da Copa, a Edineuza e a Sueli, pela companhia e conversas durante os almoços quando eu passava o dia inteiro no “San Tiago Dantas”.

Agradeço às amigas e aos amigos de sempre que, assim como em outros momentos da minha vida, me apoiaram, torceram pelo meu sucesso e compreenderam minhas ausências e minhas preocupações. Também agradeço aos amigos chilenos de longa data que me fizeram companhia nas duas vezes que visitei o país devido à pesquisa acadêmica – amizades de tal importância que nem a distância pode enfraquecê-las; agradeço aos que carinhosamente me abriram as portas e me acolheram durante minha permanência naquele país.

Agradeço a minha família, pelo apoio e por serem meu exemplo de união durante 2018, que foi um ano difícil para nós. Agradeço ao Dorgival, à Maria Luisa, à Nair e ao “Alvinho”, quem em vida me deram todo o apoio e amor possível.

Agradeço ao Thiago, cuja presença em todos os momentos do mestrado não poderia ter sido melhor. Agradeço por ter tornado essa trajetória mais suave e mais doce, pelo companheirismo constante, pela paciência, pela compreensão e pelo amor: a pessoa amada é como uma festa para a pessoa que ama.

Agradeço a minha mãe, Kátia, ao meu pai, Ricardo, e ao meu irmão, Yuri, por tudo que sou e o que sei. Agradeço por aceitarem e apoiarem todas as minhas escolhas, por ser meu melhor porto seguro, sempre. Agradeço, sobretudo, pelo amor incondicional que me motiva e me dá forças para trilhar qualquer caminho.

*Te propongo a construir
un nuevo canal
sin esclusas ni excusas
que comunique por fin
tu mirada atlántica
con mi natural pacífico.*

(Mario Benedetti – Nuevo Canal Interoceánico)

RESUMO

A Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México) surgiu como um novo bloco na América Latina em abril de 2011. Foi declarado por seus membros como um processo de integração regional que fomenta – tal como consta no Acordo Marco da Aliança do Pacífico – o regionalismo aberto e a inserção internacional na região Ásia-Pacífico. A partir de então, a ideia de que a Aliança do Pacífico fazia contraste ao Mercosul começou a ser discutida pela Academia, por jornais nacionais e internacionais, e por atores domésticos brasileiros. A princípio, para o Brasil, os impactos da Aliança do Pacífico para o Mercosul foram tratados com certo ceticismo, principalmente por se acreditar que a Aliança do Pacífico poderia aprender com a experiência do Mercosul, até que em 2014 houve uma iniciativa por parte do Brasil de se aproximar do bloco e, atualmente, este tem sido um tema relevante na agenda de política externa. A presente dissertação de mestrado se dedica a compreender tal aproximação a partir da política externa brasileira, focando em como esta percebe e se relaciona com a Aliança do Pacífico no período entre 2011 e 2018. A pesquisa realizada fundamentou-se em metodologia e dados qualitativos a fim de responder a pergunta se a Aliança do Pacífico é conflitante ou complementar à agenda brasileira para a integração regional. Os resultados apresentados elucidam os principais posicionamentos brasileiros em relação à Aliança do Pacífico ao longo do período; como surgiu o debate interno em relação àquela; quais foram os atores domésticos e agências governamentais envolvidas no processo de decisão; quais são as diferenças, e principalmente, quais são as linhas de continuidade de um governo para o outro que sustentam a hipótese de que a Aliança do Pacífico é conflitante com os objetivos brasileiros para a integração regional.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Mercosul; Aliança do Pacífico; Blocos Econômicos; América do Sul; América Latina.

ABSTRACT

The Pacific Alliance (Chile, Colombia, Peru and Mexico) emerged as a new bloc in Latin America in April of 2011. It was declared by its members to be an integration process with the aim to promote open regionalism and to deepen ties with the Asia-Pacific region – as it was stated in the Pacific Alliance Framework Agreement. From then on, the idea that the Pacific Alliance could constrain Mercosur was debated by the Academia, by both national and international media and also by Brazilian domestic agents. At first the impacts of the Pacific Alliance on Mercosur were treated with some skepticism by Brazil mainly because it was believed that the Pacific Alliance could learn from the Mercosur experience, until 2014 when there was a Brazilian initiative to bring together Mercosur and the Pacific Alliance and thereafter it has been an important subject in Brazilian foreign policy agenda. This dissertation focuses on understanding this subject through Brazilian foreign policy, by highlighting how Brazil perceived the Pacific Alliance and what were the initiatives related to this bloc during the period between 2011 and 2018. The research was based on a qualitative methodology and qualitative data in order to answer if the Pacific Alliance is conflicting or complementary to Brazilian regional integration agenda. The results elucidate the main Brazilian statements about the Pacific Alliance, how it became an internal topic of discussion, which domestic agents and government agencies were involved in the decision-making process, what are the differences, and mainly, what are the lines of continuity from one government to another that support the hypothesis that the Pacific Alliance conflicts with Brazilian agenda for regional integration.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Mercosur; The Pacific Alliance; Trade Blocs; South America; Latin America.

RESUMEN

La Alianza del Pacífico (Chile, Colombia, Perú y México) surgió en América Latina como un nuevo bloque regional en abril de 2011. Fue declarado por sus miembros como un proceso de integración regional que fomenta – según el Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico – el regionalismo abierto y la inserción internacional en la región Asia-Pacífico. A partir de entonces, se empezó a discutir la idea de que la Alianza del Pacífico contrastaba con Mercosur por la Academia, por periódicos nacionales e internacionales, y por actores domésticos brasileños. En un primero momento, por parte de Brasil, los impactos de la Alianza del Pacífico sobre Mercosur fueron tratados con cierto escepticismo, principalmente por que se creía que la Alianza del Pacífico podría aprender con la experiencia del Mercosur, hasta que en 2014 hubo una iniciativa por parte de Brasil de aproximarse al bloque y, actualmente, este ha sido un tema relevante en la agenda de política exterior de Brasil. La presente tesis de magíster se enfoca a comprender dicha aproximación a partir de la política exterior brasileña, enfocándose en cómo ésta percibe y se relaciona con la Alianza del Pacífico en el período entre 2011 y 2018. La investigación realizada se fundamentó en metodología y datos cualitativos para contestar la pregunta si la Alianza del Pacífico está en conflicto o es complementaria a la agenda brasileña para la integración regional. Los resultados presentados elucidan los principales posicionamientos brasileños en relación a la Alianza del Pacífico a lo largo del período; cómo surgió el debate interno en relación a aquella; cuáles actores domésticos y agencias gubernamentales se involucraron en el proceso de decisión; cuáles son las diferencias, y principalmente, cuáles son las líneas de continuidad de un gobierno para el otro que sostienen la hipótesis de que la Alianza del Pacífico es opuesta a los objetivos brasileños para la integración regional.

Palabras clave: Política Exterior de Brasil; Mercosur; Alianza del Pacífico; Bloques Económicos; América del Sur; América Latina.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Sistematização das condições de escopo para que ocorra a persuasão normativa.....	43
Tabela 2 –	Síntese dos alcances da Aliança do Pacífico.....	49
Tabela 3 –	Estados Observadores e Estados Associados da Aliança do Pacífico por ano de entrada.....	54
Tabela 4 –	Sistematização das condições de escopo e dos resultados de pesquisa.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para a China.....	61
Gráfico 2 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para a região Ásia.....	62
Gráfico 3 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco ASEAN.....	63
Gráfico 4 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco APEC.....	63
Gráfico 5 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco TPP.....	64
Gráfico 6 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para os EUA.....	64
Gráfico 7 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco Unasul.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEX	Asociación de Exportaciones
ALADI	Associação Latino-Americana De Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANDI	Asociación Nacional de Empresarios de Colombia
APEC	Comunidade Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEAP	Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COMEX	Sociedad de Comercio Exterior del Perú
CNI	Confederação Nacional de Indústria
CONFIEP	Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CPC	Confederación de la Producción y Comercio

CPTPP	Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
DIRECON	Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais
FENALCO	Federación Nacional de Comerciantes
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
GAN	Grupo de Alto Nível
GRELEX	Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MILA	Mercado Integrado Latino-Americano
MRE	Ministério- de Relações Exteriores
NAFTA	Tratado de Livre Comércio Norte-Americano
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SGAS	Subsecretaria Geral de Assuntos da América do Sul
SOFOFA	Sociedad de Fomento Fabril
SNI	Sociedad Nacional de Industrias
TEC	Tarifa Externa Comum
TPP	Trans-Pacific Partnership
UE	União Europeia
Unasul	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ANÁLISES DE POLÍTICA EXTERNA EM PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CONCEITO DE PERSUASÃO NORMATIVA.....	29
2.1	Socialização Internacional e a Persuasão Normativa.....	34
3	A ALIANÇA DO PACÍFICO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO NO ESPAÇO REGIONAL LATINO-AMERICANO.....	44
3.1	O início e desenvolvimento da Aliança do Pacífico: estrutura, reuniões de cúpulas e os avanços do bloco.....	44
3.2	A Aliança do Pacífico e seu processo de integração regional.....	51
3.3	A Aliança do Pacífico e seu relacionamento externo com a Ásia-Pacífico: relevante e primordial.....	55
3.4	A Aliança do Pacífico e seu relacionamento com o Mercosul: relevante, mas não primordial.....	57
3.5	Regionalismo aberto e confluências entre política externa e política comercial.....	60
3.5.1	Peru.....	66
3.5.2	Chile.....	67
3.5.3	Colômbia.....	68
3.5.4	México.....	70
3.6	O Estado da Arte dos estudos sobre a relação Brasil e Aliança do Pacífico.....	71
3.6.1	Análise por modelos regionalistas.....	72
3.6.2	Análise pela questão de influência sobre a região.....	73
3.6.3	Análise pela política externa brasileira.....	74
4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DIANTE A ALIANÇA DO PACÍFICO.....	77
4.1	Escolha das variáveis, metodologia e dados da pesquisa.....	77
4.2	Primeiro governo Rousseff (2011 – 2014).....	80
4.2.1	Antecedentes da aproximação: o debate sobre a Aliança do Pacífico na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado durante o mês de junho de 2013.....	84

4.2.1.1	As percepções dos parlamentares brasileiros, a convergência de visões e o entrelaçamento do discurso parlamentar, do discurso jornalístico e do discurso empresarial sobre a Aliança do Pacífico: a visão pró-industrial.....	86
4.2.2	Manifestações brasileiras durante e após a sessão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN).....	92
4.2.3	Início da aproximação entre Brasil e Aliança do Pacífico (2014).....	96
4.3	Segundo governo Rousseff e governo Temer (2015 – 2018).....	102
4.4	Análise do objeto de estudo e apresentação dos resultados.....	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	130
	ANEXO – PRINCIPAIS REAÇÕES E INICIATIVAS BRASILEIRAS PARA CONTER A ALIANÇA DO PACÍFICO.....	153

1 INTRODUÇÃO

A aproximação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Aliança do Pacífico é hoje um dos temas que estimula o debate sobre o regionalismo latino-americano à medida que se estuda como esses dois blocos, seguindo diferentes projetos de integração, podem encontrar pontos de convergência. Por ser um diálogo recente, a aproximação entre os dois faz parte de um processo em que, para compreendê-lo, é necessário ter mais atenção sobre as iniciativas de política externa dos países envolvidos, as quais refletem suas percepções sobre o processo de integração regional e o contexto em que se situam.

É necessário, contudo, conceituarmos o que é o regionalismo e o que é integração regional. O regionalismo diz respeito a um conjunto de iniciativas, ou seja, as políticas e projetos de cooperação e/ou integração levados a cabo para organizar um espaço regional. É um processo abrangente que inclui aspectos como regionalização, consciência e identidades regionais, cooperação regional entre Estados, integração econômica regional promovida pelo Estado, e coesão regional (HURRELL, 1995; RUIZ, 2014; NOLTE, 2017).

Já a integração regional é um processo específico em comparação ao regionalismo que, ainda que possa ser analisada por diferentes lentes teóricas¹, de forma geral pressupõe o aprofundamento (etapas) e a alargamento dos Estados associados ao mesmo (MARIANO, 2007). A ideia de integração por etapas retoma as teorias de integração regional formuladas a partir da experiência da União Europeia (UE).

No livro *“The Uniting of Europe”*, Ernst Haas (1968) define a integração regional como um processo de unificação de diversos grupos em torno de decisões coletivas. A integração é um processo onde há a transferência de competências nacionais para uma entidade supranacional envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A supranacionalidade é a existência de autoridades governamentais próximas do arquétipo de Federação², porém, diferente dessa, é capaz de implementar decisões independentemente das partes (HAAS, 1968). A integração econômica segue a mesma lógica, pois diz respeito às medidas de abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados (BALASSA, 1961).

¹ Na presente dissertação, não se adota como objetivo trazer à discussão as correntes teóricas sobre o processo de integração regional. Contudo, defende-se que a ideia de integração por etapas atendem aos objetivos postos por este trabalho.

² Uma Federação é definida como uma forma de governo na qual a soberania ou o poder político é dividido entre os governos centrais e locais, para que as partes mantenham a independência entre si (HAAS, 1968).

Dessa forma, a integração econômica sugere etapas graduais. Uma Zona de Livre Comércio é o primeiro estágio desse processo onde as tarifas são abolidas; uma União Aduaneira envolve a supressão de discriminações em relação ao movimento de mercadorias no interior da União ao passo que se estabelece uma Tarifa Externa Comum em relação a terceiros; um Mercado Comum é um estágio elevado da integração econômica, pois as barreiras de comércio e movimentos de fatores de produção são eliminadas; uma União Econômica envolve aspectos do Mercado Comum com um grau de harmonização econômica, monetária, fiscal, social e de adoção de políticas anticíclicas; por último, uma integração econômica total pressupõe a unificação de todos os elementos anteriormente mencionados e requer a configuração de uma autoridade supranacional cujas decisões são aceitas pelos Estados-membros (BALASSA, 1961).

No que diz respeito à integração latino-americana, destaca-se que as instituições regionais surgiram como fóruns intergovernamentais na qual o consenso entre as partes é a forma pela qual são tomadas as decisões (MALAMUD, 2003). Segundo as teorias intergovernamentalistas da integração regional, os Estados agem de maneira racional quanto à maximização dos ganhos individuais ao menor custo; desta maneira, governos nacionais buscam manter o controle dos processos políticos e dos resultados através da barganha, reforçando o presidencialismo forte na diplomacia e o caráter nacionalista da região (MARIANO, 2004; SANAHUJA, 2016).

A integração regional para a política externa brasileira ganha maior peso durante a década de 1990, em um contexto global de abertura de mercados e constituição de grandes blocos regionais (MELLO, 2002). É uma realidade também compartilhada pelos demais países da América Latina, em que a literatura sobre regionalismo latino-americano colabora para compreender as ações de política externa para a região. Segundo esta literatura, o regionalismo da década de 1990 é compreendido como "regionalismo aberto".

O conceito de regionalismo aberto foi apresentado em um documento pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) como um modelo de integração a ser seguido para a inserção internacional diante do avanço da globalização. Conforme a publicação, a crise da década de 1980 fez com que os países latino-americanos encontrassem na região a oportunidade retomada do crescimento através dos acordos de cooperação e integração econômica. Portanto, acreditava-se que os países deveriam eliminar barreiras ao comércio de bens e serviços entre as partes, ao mesmo tempo em que permitiriam que novos membros aderissem aos acordos, compatibilizando a integração regional com a abertura multilateral (CEPAL, 1994).

O regionalismo latino-americano da década de 1990 é descrito como o “novo regionalismo”, expressão advinda tanto dos estudos da Economia Política Internacional quanto das Teorias de Relações Internacionais. No primeiro, a integração econômica regional deveria abandonar as políticas que “distanciaram” as economias regionais das correntes de comércio mundial. Já no segundo, dá-se ênfase nas transformações do ordenamento global a partir das novas divisões de poder e do trabalho internacional, no qual as percepções sobre políticas para o desenvolvimento nos países “pós-comunistas” e “em desenvolvimento” acompanham o processo de interdependência e globalização. O regionalismo seria uma forma de governança a partir de blocos regionais que inclui os aspectos econômicos, mas também culturais, sociais e políticos, além de quebrar a lógica do Estado como único ator das relações internacionais (RUIZ, 2013).

Tanto os atores estatais e não estatais participariam da inserção internacional em um mundo de crescente regionalização, globalização e livre de alinhamentos baseados no sistema bipolar da Guerra Fria. As políticas de liberalização econômica intrarregional e de baixa proteção externa contribuiriam em duas frentes: aprofundar os processos de globalização e regionalização, e não deixar os países em desenvolvimento à margem das novas dinâmicas globais (SANAHUJA, 2009).

A proposta da Iniciativa para as Américas – que deu origem ao Tratado de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA) e, mais tarde, à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – em 1990; e a criação do Mercosul, em 1991, e o relançamento da Comunidade Andina, em 1996, como respostas ao primeiro, são exemplos de iniciativas regionalistas que seguem o modelo de regionalismo aberto, onde se dá primazia à ideia de liberalização comercial (SANAHUJA, 2016).

Os governos latino-americanos dessa época centraram-se na desgravação tarifária das manufaturas e na circulação de capitais (salvo nos casos da agricultura e bens considerados como “sensíveis”); houve pouco avanço em matéria de serviços, de circulação de trabalhadores e persistiam as barreiras não tarifárias como medidas substitutivas da política de desenvolvimento (SANAHUJA, 2016). Na dimensão política, os objetivos eram garantir a democracia, a estabilidade política e a paz, além de promover um padrão de relacionamento benéfico com os Estados Unidos (RUIZ, 2014).

Compreende-se a política externa brasileira durante a década de 1990 a partir das contribuições de Cervo (2010), o paradigma de “Estado normal”, e de Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), o paradigma da “autonomia pela integração”. Destaca-se aqui que o conceito para-

digma³ é empregado nas análises com o objetivo de organizar e dar inteligibilidade ao objeto de estudo; Cervo (2003) define que:

Um paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explicação compreensiva do real. O uso que dele fazem as ciências exatas e naturais é diferente [...] Nas ciências humanas, o paradigma também desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica [...] restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo (CERVO, 2003, p. 7).

Cervo define a política externa brasileira segundo o paradigma do “Estado normal”: o Estado é caracterizado como subserviente ao centro hegemônico; destrutivo, à medida que “destrói” a economia nacional por transferir a renda ao exterior; regressivo, pois o Estado cumpre papel mínimo. A conformação do Mercosul em 1991, por exemplo, correspondia à filosofia do Estado Normal presente nos governos brasileiro e argentino, em que a concepção de desenvolvimento das décadas anteriores cedia lugar para a desgravação linear e primazia da estratégia comercial. Em 1994 entrou em vigor a Tarifa Externa Comum (TEC) sob a premissa de que desta forma os países se submeteriam à dinâmica do livre-mercado e ao aumento do número de membros (CERVO, 2010; ÁLVAREZ, 2011).

Já para Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), a política externa brasileira durante a década de 1990 define-se de acordo com o paradigma da “autonomia pela integração”, devido à nova realidade que se apresentava (intensificação do processo de globalização), a projeção internacional se daria mais por seu peso econômico-comercial do que propriamente militar; e diante um ambiente desfavorável ao país, o Brasil deveria buscar a participação nos temas internacionais através da elaboração de regimes mais favoráveis aos seus interesses. Desta forma, a questão da abertura comercial se apresenta benéfica, porém adequada ao entendimento que se deveria aumentar a capacidade competitiva do país. A adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), a conformação do Mercosul e da TEC, a participação na Cúpula de Mi-

³ Ainda que o uso do conceito paradigma, da maneira que fora empregada pelos autores, possa ser objeto de uma discussão mais aprofundada, a decisão desta pesquisa foi de utilizar tais conceitos a fim de atingir os objetivos do trabalho.

ami em 1994 que deu início às negociações da ALCA são exemplos da adesão aos valores prevalentes no cenário internacional.

O Mercosul era referência constante da ação externa, principalmente por refletir os princípios do regionalismo aberto ao mesmo tempo em que garantia um espaço de manobra regional. A ideia de *global trader* ganha espaço: o Brasil tinha aspirações globais (diversificação das relações externas) e a opção pela liberalização comercial em que seus ganhos podem ser maximizados passa pelo Mercosul (vertente regionalista) (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRIA, 2003). A integração no Mercosul não era concebida como um fim em si mesma, mas como plataforma para uma participação mais ampla no mercado global (VIGEVANI et al, 2008).

Apesar de avanços em matéria de intercambio intrarregional – as exportações se multiplicaram por 7,7 regionalmente e os produtos exportados eram de maior valor agregado (bens de tecnologia baixa e média) em comparação ao intercambio extrarregional (*commodities*) –, o ciclo do regionalismo aberto perde força ao longo dos anos 2000 devido aos sinais de esgotamento dos esquemas de integração, os quais se demonstraram frágeis frente aos choques externos, instabilidades macroeconômicas e debilidade das normas comuns em relação às respostas multilaterais – a decisão de rejeitar o projeto da ALCA na Cúpula das Américas em 2005 é tido como o marco do fim do regionalismo aberto iniciado na década de 1990 (SANAHUJA, 2016).

Antes mesmo da crise do Mercosul em 1999⁴, a partir de 1996

ganham peso no Brasil os setores que na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na Confederação Nacional da Indústria (CNI), nas entidades representativas do *agribusiness*, entre altos funcionários, na imprensa, têm a percepção de que o Mercosul estreitaria a capacidade universalista⁵ do país (VIGEVANI et al, 2008, p. 18).

A ascensão de presidentes de esquerda e centro-esquerda na América do Sul a partir dos anos 2000 e as transformações globais pós-11 de setembro foram fatores que contribuíram para a revisão das estratégias de inserção internacional que vigoraram na década anterior (LIMA, 2013; RUIZ, 2014) – ainda que em alguns países a estratégia de desenvolvimento via tratados de livre-comércio tenha permanecido. Dessa perspectiva, ganhou força o argumento de que a abertura comercial da década anterior resultou em crescimento econômico instável,

⁴ A partir de 1999 o Mercosul passa por sua primeira crise em decorrência da desvalorização do real (e suas consequências para o bloco) e a recessão argentina em 2001.

⁵ O universalismo representa a “pluralidade dos interesses do Estado e da sociedade, as afinidades históricas e políticas, simbolizaria a preocupação em diversificar ao máximo as relações externas do país, pluralizar, ampliar, dilatar os canais de diálogo com o mundo” (LAFER, 2004 apud VIGEVANI et al, 2008).

intensificando as desigualdades sociais e tornando as economias suscetíveis às instabilidades externas (CORAZZA, 2006).

São mudanças políticas importantes à medida que, ao se distanciar do modelo aberto da década de 1990, dão outras ênfases e direcionamento à América do Sul e aos processos de integração e cooperação existentes na região. A fase que sucede o regionalismo aberto é analisada sob duas óticas: uma centrada nos aspectos econômicos, denominada regionalismo pós-liberal (VEIGA, RÍOS, 2007; SANAHUJA, 2009); e a outra, centrada nos aspectos políticos, principalmente no que diz respeito à narrativa dominante, denominada regionalismo pós-hegemônico (RIGGIROZZI, TUSSIE, 2012).

O regionalismo caracterizado como pós-liberal indica uma inflexão na agenda de integração da década de 1990 ao reformular as prioridades temáticas, propor a criação de instituições políticas comuns – a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) –, propor a cooperação em temas não comerciais e introduzir novos atores sociais no processo de integração, além de trazer de volta o conteúdo político às relações exteriores e às estratégias de desenvolvimento (VEIGA; RÍOS, 2007; BIRCEÑO-RUIZ, 2014; SANAHUJA, 2016).

Essa inflexão se dá, sobretudo, devido aos efeitos negativos da agenda estritamente comercial da integração regional da década anterior, a qual não contribuiu para a alteração das estruturas produtivas e, conseqüentemente, com incentivos desiguais para os países aprofundarem o processo de integração regional (VEIGA, RÍOS, 2007).

De forma complementar, o regionalismo pós-hegemônico se caracteriza pelas críticas do neoliberalismo, seja como modelo econômico (desenvolvimento) e político (democracia de mercado), por parte de acadêmicos, sociedade civil e políticos, ao mesmo tempo em que há um esforço para estabelecer novas regras de relacionamento e cooperação a partir de líderes à esquerda por meio da reconfiguração de alianças (RIGGIROZZI, TUSSIE, 2012).

Dentre as iniciativas que seguem essa lógica, destacam-se a relançamento do Mercosul a partir de 2003; a CASA em 2004; a ALBA em 2006; a União Sul-Americana de Nações (Unasul) em 2008; o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008; o Banco do Sul em 2009.

O regionalismo pós-hegemônico, contudo, não é um projeto homogêneo em toda a região, abarcando os esquemas antissistêmicos (ALBA), reformistas (Mercosul e Unasul) e inclusive neoliberais – mas, diferentemente da década anterior, o regionalismo aberto não é mais uma narrativa dominante (RIGGIROZZI, TUSSIE, 2012; RUIZ, 2014).

Nesse sentido, países como o Brasil e a Argentina, passaram por mudanças quanto ao modelo de desenvolvimento e ao papel do Estado, as quais incidiram em suas políticas exteri-

ores. Tanto Lula da Silva (2003 – 2010) e Néstor Kirchner (2003 – 2007) retomaram a participação estatal na promoção do desenvolvimento e no estabelecimento de articulações regionais em matéria de integração, em que as políticas regionais seriam compatíveis aos projetos nacionais de cunho neodesenvolvimentista⁶ (MENEZES, MARIANO, 2016).

Por parte do Brasil, a revisão do regionalismo aberto passou pela priorização da América do Sul em detrimento da América Latina, excluindo o México e a relação com o NAFTA (MELLO, 2002). Segundo Amado Cervo (2010), com o governo Lula da Silva, aprofundou-se o paradigma do Estado Logístico – iniciado no final da gestão Cardoso. Cervo (2010) define o Estado como ator principal e transfere à sociedade a responsabilidade empreendedora, além de ajudá-la a atuar no exterior em uma inserção madura capaz de tirar proveitos da interdependência.

Durante o primeiro governo Lula da Silva, Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283) caracterizam a política externa segundo o paradigma da autonomia pela diversificação:

A adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional.

Buscou-se através das relações Sul-Sul⁷ o adensamento de relações diplomáticas a fim de ter maior intercâmbio econômico e também em outras áreas, tais como tecnologia e cultura – o que pode ser explicado devido, em parte, aos posicionamentos tradicionais do Partido dos Trabalhadores. Não apenas o perfil e as percepções do presidente contribuíram para as mudanças de ênfase quanto ao tema de integração regional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), mas também o fortalecimento da chamada corrente autonomista do Itamaraty durante os governos de Lula.

A corrente autonomista do Itamaraty entendia que o papel da política externa não mais deveria adotar um papel de apoiadora dos regimes internacionais, como o fez na década de 1990, mas adotar uma postura revisionista desses regimes em favorecimento aos países do sul e também aos interesses brasileiros, o que propiciou o aprofundamento das relações sul-sul e a construção mais ativa de uma liderança regional atrelada às questões de segurança, democracia, integração e ao desenvolvimento nacional (SARAIVA, 2011).

⁶ Menezes e Mariano (2016, p.8) definem o neodesenvolvimentismo na América do Sul como “a proposta de promover o desenvolvimento com inclusão social, ampliando a agenda do regionalismo, trabalhando numa perspectiva de cooperação continental voltada para resistir à proposta norte-americana da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA)”.

⁷ Relações nas quais são estabelecidas preferências por relações com os países periféricos, no contexto de um mundo desigual dividido entre Norte-Sul.

Por exemplo, logo em seu discurso de posse, o ex-presidente Lula fez menção ao caráter prioritário da região e, durante sua gestão nomeou funcionários ligados a essa corrente: Celso Amorim (ministro do Itamaraty) e Samuel Pinheiro Guimarães (Secretário Geral). Ademais, criou a Subsecretaria Geral de Assuntos da América do Sul (SGAS) e a Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência da República, cargo ocupado por Marco Aurélio Garcia durante os dois mandatos de Lula da Silva (MARIANO, 2007) e também os de Rousseff.

Nesse novo contexto, o Mercosul passou a incluir temas ligados à questão do desenvolvimento (assimetrias, transformação produtiva, equidade dos benefícios) e que não se resolvem apenas na lógica comercial e competitiva do regionalismo aberto. São exemplos dessas mudanças que caracterizam o regionalismo pós-liberal a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2005; a formação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) em 2006; criação do Instituto Social do Mercosul em 2007; o Programa Regional de Integração Produtiva, em 2008; e o Plano Estratégico de Ação Social, em 2011 (RUIZ, 2014).

A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, gerou expectativas de continuidade do legado em política externa de seu antecessor, principalmente por pertencerem ao mesmo partido político (PT). Argumenta-se que Rousseff herdou algumas estratégias de política externa de seu antecessor, tais como a atuação proativa na América do Sul, uma postura revisionista e a atuação ativa em fóruns multilaterais, e manteve, ao longo de seu primeiro mandato, os principais nomes ligados à corrente autonomista do Itamaraty (SARAIVA; GOMES, 2016). Para o ex-Subsecretário-Geral da SGAS durante o primeiro governo Rousseff, Antônio José Ferreira Simões, tanto o Mercosul, a Unasul e a Celac são entendidas como círculos concêntricos, que fazem parte da estratégia brasileira na qual tais organizações “possuem diferentes níveis de ambição, mas que apontam na mesma direção de uma região mais unida e integrada” (SIMÕES, 2011, p. 46), em que o Mercosul faz parte do núcleo central no qual o Brasil esteve mais engajado e de densidade maior em relação às outras duas instâncias.

Analisando todo o período, a política externa se manteve favorável à lógica intergovernamental do Mercosul e prezou pelo alargamento do mesmo sem aprofundá-lo, defendendo a configuração institucional do bloco (União Aduaneira) pois “um Mercosul mais institucionalizado não atenderia aos interesses de parte considerável das elites, de grupos sociais, econômicos e regionais, e de setores políticos, que parecem ter suas necessidades contempladas pela atual estrutura” (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 172).

Isso se deve a dois elementos presentes e articuladores da política externa brasileira: autonomia e a busca pelo desenvolvimento. A autonomia remete à ideia de ampliar as margens de atuação frente às limitações do sistema internacional; desenvolvimento, por sua vez,

corresponde ao patamar que se pretende alcançar para superar a condição de país não desenvolvido e varia de acordo com as percepções de governos sobre o que é, e quais políticas devem ser adotadas para alcançá-lo (MARIANO; RAMANZINI, 2012).

O Mercosul, de modo geral, cumpre um papel relevante ao atender os princípios e objetivos gerais estabelecidos pela política externa brasileira, por exemplo a autonomia, na medida que o caráter intergovernamental do bloco resguarda a autonomia nacional (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014). A fim de não perder a autonomia no nível regional, a política externa brasileira acaba impondo limites ao processo de integração regional. Portanto, para compreender o Mercosul faz-se necessário compreender a capacidade de influência da política externa sobre o processo de integração do mesmo (MARIANO; RAMANZINI, 2012).

Quanto à integração regional durante os governos Rousseff, especificamente em relação ao Mercosul, considera-se que houve continuidade dos governos Lula: ainda que o bloco não fosse prioridade, sua defesa era necessária. Verifica-se também uma perda de importância relativa do bloco nas questões comerciais, em comparação à América Latina e Caribe, e ressalta-se que as relações bilaterais com a Argentina no âmbito do Mercosul tiveram maior destaque (SARAIVA, GOMES, 2016).

No entanto, verificou-se o surgimento de um novo bloco de integração regional cujo eixo norteador tem sido a abertura comercial por meio do estabelecimento individual de tratados de livre-comércio: a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México). A aparição deste bloco expressa o retorno ao regionalismo aberto e visões compartilhadas de seus presidentes de fortalecer uma governança regional alinhada com as estruturas dominantes de comércio. Consequentemente, o surgimento da Aliança do Pacífico gerou discussões acerca da fratura entre os eixos Atlântico e Pacífico da América do Sul na medida em que a Aliança do Pacífico permitia que seus membros disseminassem e socializassem sua visão de mundo (SANAHUJA, 2016; SERRANO, 2017a).

O Brasil, diante este novo bloco, buscou minimizar seu impacto até 2013. Com a mudança do governo chileno em 2014, em que assumiu Michelle Bachelet, houve uma proposta de aproximação da Aliança do Pacífico com o Mercosul; uma contraparte surge do Brasil, em que este apresentou a proposta de desgravação tarifária com Chile, Peru e Colômbia (MENEZES; BANZATTO, 2016).

O surgimento e evolução da Aliança do Pacífico ocorrem no mesmo contexto em que Sanahuja (2017) apresenta elementos que indicam uma descontinuidade do regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico: o término do ciclo de crescimento econômico impulsionado pelas *commodities*; condição de maior dependência em relação à demanda das economias emergen-

tes da Ásia; crises econômicas com consequências sociais; mudanças de governos e consequentemente de orientações político-econômicas.

A política externa de Michel Temer, desde o processo de *impeachment* que culminou no afastamento da presidente Dilma Rousseff, também tem sido compreendida no contexto sinalizado por Sanahuja (2017). Caracteriza-se sua política externa a partir do binômio “retração política e pragmatismo econômico”, em que se destaca a priorização do Acordo Mercosul-União Europeia (UE) e Mercosul-Aliança do Pacífico, isolamento diplomático da Venezuela, busca por acordos bilaterais e *low-profile* em fóruns multilaterais (NUNES; RODRIGUEZ, 2017).

Ademais, os dois ministros do Itamaraty que ocuparam a pasta são filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): José Serra e Aloysio Nunes. Suas ações enquanto ministros refletem as ideias partidárias contidas no programa de governo do PSDB nas eleições de 2010 e 2014: não ideologização da política externa, priorização (ou também fusão) do comércio exterior na política externa em relação ao seu entorno regional e protagonismo global (PSDB, 2010; PSDB, 2014).

Portanto, percebeu-se uma revisão da lógica da integração regional na política externa brasileira de caráter pós-liberal e neodesenvolvimentista, a qual passou a defender um projeto de retomar o regionalismo aberto, como visto nas discussões sobre a flexibilização do Mercosul, a revisão das parcerias regionais, a estratégia de liderança regional e aproximação mais incisiva com a Aliança do Pacífico (MENEZES; MARIANO, 2016).

Sendo assim, o problema identificado por esta dissertação de mestrado é o surgimento e evolução de um novo bloco regional que se apresenta diante os países da América do Sul e também da América Latina como um projeto de orientação distinta a do Mercosul ao pautar pela abertura comercial, e como o Brasil, se relaciona com a Aliança do Pacífico diante esta repercussão.

Ainda que a dissertação trate de processos de integração regional e de política externa brasileira, este é um trabalho de análise de política externa: Variável Dependente (V.D) é a política externa brasileira, enquanto a Variável Independente (V.I) é a Aliança do Pacífico.

Nesse sentido, a pergunta que orienta o trabalho de dissertação é: a partir das percepções brasileiras e as iniciativas da política externa em relação à Aliança do Pacífico, esta se apresenta como conflitante ou complementar aos objetivos brasileiros relativos à integração regional estabelecidos de 2011 a 2018?

Assume-se como hipótese que a Aliança do Pacífico, ao retomar o regionalismo aberto como forma de integração e inserção internacional, contesta o principal projeto de integração brasileiro para a América do Sul, incidindo diretamente nas preferências de política externa

sobre integração regional. Ainda que o aspecto econômico não seja o único componente da integração, o modelo proposto pela Aliança do Pacífico torna a questão comercial ainda mais relevante. Desta forma, o Brasil age de forma a defender sua visão sobre integração regional, persuadindo seus membros e demais países da América do Sul sobre a efetividade do bloco. Se durante os governos Rouseff, em que ainda vislumbrava-se o regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico, é possível encontrar elementos de contraste entre a Aliança do Pacífico e os objetivos da política externa brasileira, a partir da reorientação da mesma durante o governo Temer, é reforçado o questionamento de como a Aliança do Pacífico é percebida e, então, se ela passa a ser complementar à política externa brasileira.

Este trabalho é uma análise qualitativa de documentos e discursos oficiais, mas que também se utiliza de dados quantitativos, e se estrutura, além da Introdução e Considerações Finais, em três capítulos.

No primeiro, foi feita uma discussão teórica sobre como o conceito de “persuasão normativa” pode ser útil enquanto abordagem construtivista para analisar política externa em processos de integração regional. Foram abordadas as literaturas especializadas sobre Análise de Política Externa, Construtivismo nas Relações Internacionais e Socialização Internacional (e seus mecanismos), buscando os pontos em comum entre as mesmas a fim de atingir o objetivo deste capítulo.

No segundo, discutiu-se a Aliança do Pacífico a partir de seus objetivos declarados, os pontos abordados e avanços a cada reunião de Cúpula e o processo de integração do bloco. Discutiu-se a sua inserção internacional em duas frentes: a região Ásia-Pacífico, a qual almeja projeção e articulação política, e a região latino-americana, considerando principalmente seu relacionamento com o Mercosul. Foi explorada a ênfase comercial dada pelo bloco a partir do exame sobre os vínculos entre a política externa e a política comercial de cada país; ou seja, suas motivações para compor a Aliança do Pacífico. Na última seção foi feito um panorama sobre os estudos que relacionam a Aliança do Pacífico e a política externa brasileira. Percebeu-se que, por ser um assunto recente, de maneira geral os trabalhos tratam do tema em três frentes de análise: análise por modelos de integração regional; análise pela disputa de influência regional; análise pela política externa brasileira. No final do capítulo selecionou-se uma das vertentes de análise, além de justificar tal escolha.

No terceiro, foram apresentadas as variáveis da pesquisa, a metodologia empregada e as fontes de dados selecionados; adotaram-se duas categorias analíticas para analisar os dados: o “perfil de resistência” e “perfil de diálogo” da política externa brasileira diante a Aliança do Pacífico. Em seguida, apresentaram-se os dados empíricos referentes ao objeto de estudo no período entre 2011 a 2018, e na última subseção apresentou-se a análise dos dados e

contestação da hipótese: ainda que existam diferenças entre os governos e os perfis em relação à Aliança do Pacífico, também há uma linha de continuidade no seu aspecto mais amplo que sustenta a afirmação de que Aliança do Pacífico é conflitante com os objetivos brasileiros para a integração regional.

2 ANÁLISES DE POLÍTICA EXTERNA EM PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CONCEITO DE PERSUASÃO NORMATIVA

A política externa pode ser entendida enquanto a simples ação externa de uma unidade (Estado) no sistema internacional ou resultado de um processo decisório. À política externa pode ser atribuído o caráter especial de política de Estado, imutável e constante ao longo do tempo, ou de política pública, sendo tema de disputa políticas por unidades ao interior do Estado. Com respeito a este último, a política externa pode corresponder ao entendimento do Estado como ator preponderante da formulação e atuação daquela, ou de outras entidades para além do Estado nacional como unidades decisórias e atuantes – ainda que este último continue sendo o principal ator de política externa. A Análise de Política Externa (APE) enquanto um campo de estudo consolidado – mas ainda assim, ligado à disciplina das Relações Internacionais e Política Internacional – se ocupa da análise das políticas exteriores de determinados governos: ou seja, quais são suas determinantes, objetivos, tomadas de decisões e as ações realizadas (SALOMON; PINHEIRO, 2013).

Tradicionalmente, a política externa é a ação externa de um Estado no ambiente internacional. Em Aron (2002), a política mantém relação com o poder, o qual diz respeito à capacidade de realizar os interesses estabelecidos por uma unidade e é exercido em uma relação social, ou seja, à medida que as unidades sociais interagem uma com as outras. Sendo a política externa o poder exercido pelo Estado-Nação e direcionado a outra unidade semelhante, dois são os representantes daquela: o diplomata e o soldado. Esses atores seriam os representantes legítimos da política externa e cujo comportamento reflete um cálculo consciente sobre os meios em relação aos fins e sempre sob o risco da guerra.

Por sua vez, a política externa enquanto política pública implica no entendimento de que a formulação e a implementação da primeira não é meramente uma política de Estado, imutável e constante, mas fruto de escolhas de governos, as quais refletem a dinâmica política de grupos políticos seja por coalização, barganha, disputas e/ou acordos (MILANI; PINHEIRO, 2013).

São duas as perspectivas que predominaram os estudos de Política Externa e que, por sua vez, colaboraram para estabelecer a APE enquanto campo próprio e que acompanharam a agenda da disciplina de Relações Internacionais do século XX e início do século XXI: a tradicionalista (primeira geração) e a pluralista (segunda geração) (FIGUEIRA, 2009).

A primeira segue a lógica “de cima para baixo” (*top-down*), a qual considera o Estado como ator unitário e monolítico, cujas decisões são centradas na esfera do poder Executivo, descartando a interação entre agentes domésticos. Tal perspectiva parte do pressuposto de que

a política externa se diferencia das demais políticas públicas, pois seu objetivo é a preservação do interesse nacional, e assim se distancia da disputa entre interesses de diferentes grupos domésticos (CARLSNAES, 2002; FIGUEIRA, 2009).

Nessa vertente, compreender a política externa de um Estado estava condicionado às perspectivas teóricas, sejam elas a Idealista, Realista ou da Escola Inglesa, para analisar os fenômenos internacionais: o processo decisório é determinado pela estrutura, mais especificamente pela estrutura anárquica que rege as relações internacionais, e a política externa atende necessariamente aos conceitos de “interesse nacional”, “balança de poder”, “autoajuda” e “natureza humana” (SMITH, 1986).

Por sua vez, a segunda geração da APE foi marcada por trabalhos que partem do pressuposto de que a política externa de um Estado é produto de decisões as quais são resultados da interação entre indivíduos com poder de decisão e atuantes em marcos regulatórios. A APE emerge, então, seguindo a lógica “de baixo para cima” (*bottom-up*) com o objetivo de elucidar as dinâmicas domésticas ao interior do Estado (SMITH, 1986; CARLSNAES, 2002; FIGUEIRA, 2009; SOLOMON; PINHEIRO, 2013).

Adota-se uma análise e metodologia pluralista por reconhecer que para compreender os resultados (*outputs*), é necessário entender a dinâmica do processo (*inputs*) onde interagem múltiplos atores em diferentes níveis de análise. Portanto, objetivos são definidos e redefinidos a partir da dinâmica de atores domésticos, tais como o Executivo, Legislativo, grupos de interesse, indivíduos, burocracias, regimes (presidencialismo e parlamentarismo) (FIGUEIRA, 2009).

A segunda geração, a qual marcou a consolidação da APE como subdisciplina das Relações Internacionais, foi fortemente influenciada pelo Behaviorismo das Ciências Sociais durante as décadas de 1960 e final de 1970. A partir de então, a preocupação passa a ser a compreensão dos determinantes do processo decisório e os resultados derivados dele (SMITH, 1986; CARLSNAES, 2002).

Nesse contexto, a *Comparative Foreign Policy Approach* (CFP) emergiu com o objetivo de gerar e testar hipóteses, e desenvolver uma teoria geral sobre a política externa dos Estados utilizando-se de métodos quantitativos e comparativos para encontrar similaridades entre políticas externas dos Estados. Ao final da década de 1970, o CFP foi gradualmente perdendo força à medida que atores não governamentais, os fatores econômicos e o fenômeno da interdependência entre Estados desempenhavam papel relevante nas relações internacionais; conseqüentemente, o pressuposto central da CFP, comparar um conjunto de casos para analisar o processo decisório que levasse a uma teoria universal, foi desestabilizado (SMITH, 1986; CARLSNAES, 2002).

O cenário internacional da década de 1980 levou a cinco tipos de análise de política externa: a neorrealista, fortemente influenciada pela ideia de Kenneth Waltz de que a estrutura determina o comportamento das unidades, tendo em vista a disputa de superpotências e questões ligadas à proliferação nuclear, segurança regional, trazendo as questões político-militares ao cerne das análises; a teoria do sistema-mundo, em que a economia internacional condiciona à política externa dos Estados a depender da posição que os mesmos ocupam no sistema econômico; os trabalhos remanescentes da CFP, seguindo metodologia quantitativa das análises a fim de estabelecer as regularidades na política externa; os trabalhos que seguem o método de estudos de caso para analisar a política externa de um único Estado; e, por fim; os trabalhos que adotam as teorias de médio-alcance, uma combinação de teorias que podem explicar certos comportamentos de política externa para certos tipos de Estados (SMITH, 1986).

As abordagens que enfatizam os elementos cognitivos da 2ª geração da APE estiveram inseridas na discussão mais ampla das Ciências Sociais quanto ao papel de elementos subjetivos e intersubjetivos nas análises de fenômenos sociais. A abordagem cognitiva acompanhou o desenvolvimento da perspectiva construtivista nas Relações Internacionais (HERZ, 1994). Nesta perspectiva, são feitas críticas aos pressupostos das teorias tradicionais de Relações Internacionais que tratam a realidade como algo naturalizado e imutável, e assim enfatizam a dimensão social e ideacional das relações internacionais, seja pela construção de normas, regras e linguagem, e a possibilidade de mudança (FIERKE, 2013).

A crítica direcionada à abordagem racionalista da APE recai sobre a insuficiência de análises precisas sobre processos decisórios ao excluir os fatores cognitivos inseridos naqueles; admite-se que as decisões (*outputs*) também são decorrentes de um processo cognitivo em que atores recebem, filtram e processam informações para então fazerem deliberações. Desta forma, os estudos da segunda geração da APE também avançaram no sentido de incluir as variáveis subjetivas no esquema “estímulo-resposta” do modelo racionalista (HERZ, 1994).

Construtivistas consideram a realidade como sendo socialmente construída. Objetos em geral possuem significados e utilidades dentro de um contexto específico: uma bomba nuclear existe porque sua existência foi previamente concebida para atender um fim específico. O mesmo seria válido para as relações sociais: são os fatos sociais, ou seja, construções sociais cujas formas correspondem ao contexto cultural, histórico e político e seus significados. Ainda que alguns aspectos da realidade existam como fatos brutos, cuja existência não é contestada, seus significados, por sua vez, podem ser contestados e redefinidos (FLOCKHART, 2012; FIERKE, 2013).

Na abordagem construtivista evita-se o determinismo da estrutura sobre o agente; no lugar, argumenta-se que as unidades decisórias não agem independentemente, mas fazem es-

colhas em um processo de interação social e carregam consigo realidades históricas, culturais e políticas distintas. Como seres fundamentalmente sociais, os indivíduos não podem estar separados do contexto normativo o qual molda suas identidades (FIERKE, 2013).

A identidade e a co-constituição entre agente-estrutura são dois pressupostos de igual importância nesse tipo de análise. A identidade para o construtivismo é a compreensão de si próprio e seu lugar no mundo social, vinculada também ao seu relacionamento com o(s) Outro(s). Ainda que relativamente estável, é um processo de reconstituição constante e que também reflete os contextos sociais, culturais, históricos e políticos do agente em questão (FLOCKHART, 2012).

Social Theory Of International Politics (WENDT, 1999) é um marco para a abordagem construtivista das Relações Internacionais, na qual o construtivismo utilizado pelo autor se apresenta como “moderado”, que permite abarcar o estruturalismo e a sociologia interacionista simbólica⁸. Para Wendt (1999), as estruturas são determinadas principalmente por ideias compartilhadas do que por forças materiais; e as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas ideias compartilhadas do que naturalmente dadas. Dessa forma, o autor considera alguns pontos importantes da perspectiva materialista e individualista, além de reforçar a abordagem científica da pesquisa em Ciências Sociais.

Wendt (1999) argumenta que o primeiro caso (ideias compartilhadas) é uma abordagem idealista para a vida social, que enfatiza o poder social das ideias em contraposição à concepção materialista; e o segundo (forças materiais), uma abordagem holística/estrutural que enfatiza a emergência de poderes em uma estrutura social, que se opõe à visão individualista na qual as estruturas sociais são redutíveis ao indivíduo.

Em sua obra, Wendt (1999) defende como ideias importam para compreender a Política Internacional, mas não que aquelas importam mais que as próprias condições materiais. Qualquer indivíduo que faça parte de um sistema social estará abarcado por uma estrutura social com três elementos: condições materiais, interesses e ideias. Esses, ainda que separados, sempre se articulam entre si e são igualmente necessários para explicar fenômenos sociais e, conseqüentemente, a realidade em que indivíduos estão inseridos.

Para uns, a abordagem utilizada é insuficiente, para outros, utilizar-se de uma abordagem social já se enquadraria na classificação “pós-modernista”. Entre esses extremos, o autor pretende encontrar um meio caminho baseado em princípios filosóficos para demonstrar que isso traz diferenças para compreender as Relações Internacionais (WENDT, 1999).

⁸ A sociologia interacionista simbólica diz respeito ao modo que indivíduos interpretam objetos e pessoas com quem interagem, e como o processo de interpretá-los leva a determinados comportamentos individuais, os quais dependem de situações específicas (CARVALHO, BORGES, RÊGO, 2010).

A partir de 1990, os teóricos começaram a explorar o papel das ideias nas relações internacionais, principalmente no que diz respeito ao sistema de crenças e percepções no processo decisório de política externa. O autor postula que não é possível compreender a extensão em que causas materiais são decorrentes das ideias – ou, como as ideias importam – se tratarmos essa última como variável distinta das demais (WENDT, 1999).

Ideias podem ser meio para realizar interesses, como também podem defini-los. A intenção do autor não é demonstrar que tudo parte de ideias, mas que elas desempenham papel importante na explicação de muitos conceitos colocados pelas teorias tradicionais: o significado de poder e de interesse estão largamente em função das ideias, por exemplo. Ao contrário da abordagem racionalista, que trata as ideias (crenças) e interesses (desejos) como variáveis independentes, a abordagem construtivista de Wendt (1999) parte do pressuposto de que o conteúdo dos interesses, seja do indivíduo ou Estado, vem das ideias.

Esquemas ou deliberações são constituídos por ideias; a Psicologia Cognitiva compartilha desse entendimento de que existem esquemas – organização de objetos e o que eles representam – que tem por efeito o estabelecimento de objetivos a serem alcançados (*Goal-schema*). Há, portanto, a relação entre o que se conhece do mundo e o que se quer alcançar nele. Ainda que os estudos da Psicologia Cognitiva nos quais o autor se baseia levem em consideração o indivíduo e não os grupos, o autor argumenta que os Estados são um tipo de entidade a qual podemos atribuir identidades e interesses (WENDT, 1999).

A percepção que se tem do mundo e de como ele funciona depende da socialização através do relacionamento com o(s) Outro(s). A identidade está intimamente relacionada ao entendimento próprio do ator e ao que outros atores que interagem com o primeiro entendem dele; a identidade é constituída por estruturas internas (*Self*) e externas (*Other*) e é justamente nessa relação entre ambas em que ela se estabelece.

O foco das análises construtivistas tem sido as ideias, contida em normas, identidades e interesses, e como diversos atores (dentre eles o Estado) interagem no processo de criação, difusão e modificação das mesmas (SOLOMON; PINHEIRO, 2013). Para esta dissertação, privilegia-se o construtivismo da via média trabalhado por Wendt (1999), no qual é abordado o relacionamento entre ideias, interesses e identidades a fim de aproximarmos essas contribuições aos estudos de política externa.

Muitos trabalhos de APE que adotam uma abordagem construtivista têm se focado na co-constituição entre agente e estrutura para suas análises. Para que o construtivismo traga contribuições enquanto ferramenta analítica para política externa no nível individual, é necessário ter mais atenção aos complementos específicos do ator, tal como a influência de fatores psicológicos ou cognitivos (FLOCKHART, 2012; SOLOMON; PINHEIRO, 2013).

A persuasão normativa pode preencher essa lacuna existente no que diz respeito aos atributos do ator. Este conceito se encaixa na abordagem construtivista de via média das Relações Internacionais, a qual compreende a realidade como socialmente construída, além de conferir importância ao aspecto ideacional; ou seja, normas e regras importam tanto quanto as estruturas materiais (FLOCKHART, 2012).

Um caminho já percorrido nesse sentido é o estudo sobre a influência de comunidades epistêmicas na formulação de política externa em processos de integração regional (GALARRETA, 2015). Contudo, neste trabalho, argumentamos como o conceito de persuasão normativa, principalmente aquele trabalhado em Checkel (2005), se apresenta como uma possível abordagem por também atender às necessidades apontadas por Flockhart (2012) e Solomon e Pinheiro (2013).

2.1 Socialização Internacional e a Persuasão Normativa

Persuasão é um processo que envolve a mudança de crenças e comportamento em um contexto de relativa liberdade e que afeta quase todos os aspectos da interação social, seja nas relações interpessoais, mídia, política, economia e até mesmo nas relações internacionais (GARDIKIOTIS; CRANO, 2015).

Um dos primeiros estudos sobre os efeitos da persuasão foi conduzido pela *Yale School of Communication and Persuasion*, pela supervisão do psicólogo Carl Hovland, que seguia o esquema “quem diz o que, em qual canal, para quem, com qual efeito” do cientista social Harold Laswell. Dentre as várias ramificações desse campo de estudos, um denominador em comum é que o processo da persuasão consiste nos modos em que indivíduos aprendem a compreender o ambiente social, como mantém o equilíbrio entre atitudes e comportamentos (além de predizê-los a partir de atitudes), e como pensam sobre as mensagens designadas para influenciar (GARDIKIOTIS; CRANO, 2015).

Kipnis e Schmidt (1985), no campo da Psicologia Social, argumentam que a persuasão é um ato social e que o ator persuasivo, a depender do tipo da relação e a posição que ocupa nela, utiliza certas práticas para persuadir o alvo. Neste estudo, os autores sistematizaram as estratégias da persuasão elencando as práticas e os contextos nos quais são utilizadas, levando em consideração que tanto as escolhas quanto às práticas dependem de questões como poder, expectativas quanto ao comportamento do outro e o que se espera alcançar dele⁹. Smith

⁹ Os autores classificam as estratégias em três tipos: as *hard tactics*, que envolvem ações demandantes e assertividade, e são empregadas em situações em que o ator persuasivo possui vantagem, quando há resistência ou quando há violação das normas sociais e/ou organizacionais; as *soft tactics*, que

(1992), na Ciência Política, argumenta que a política envolve processos de persuasão normativa e de deliberação pelos quais atores políticos podem transformar as percepções de interesses e identidades do outro a partir da comunicação; a argumentação utilizada pelo ator persuasivo tem o caráter normativo de que aquela ideia transmitida deveria ser internalizada pelo alvo.

A comunicação, ou seja, a mensagem que se quer passar ao alvo é o elemento fundamental para que ocorra persuasão; mesmo que as estratégias sejam diferentes em determinadas situações, todas elas contêm como pano de fundo uma ideia a ser transmitida para o agente alvo e internalizada pelo mesmo.

Para as Relações Internacionais (e os propósitos do presente trabalho), a persuasão normativa pode ser abordada em estudos sobre regimes internacionais, organizações internacionais, integração regional, e até mesmo em estudos sobre hegemonia e liderança. Abordaremos os seguintes trabalhos para alcançar o objetivo de argumentar como a persuasão normativa pode ser uma abordagem útil para analisar política externa em processos de integração regional a partir do trabalho de Checkel (2005a, 2005b) e Zurn e Checkel (2005).

Em Checkel (2005a), a preocupação está em relacionar Instituições e Estados¹⁰ na construção de identidades baseada no senso de comunidade e pertencimento, e tem como objeto de análise o continente europeu: a criação de diversas instituições regionais no pós-Guerra Fria chamou a atenção de cientistas sociais no que diz respeito ao potencial socializante das instituições em promover mudanças no nível doméstico dos Estados em transição da Europa Oriental.

Checkel (2005a) define a socialização a partir dos estudos da sociologia e interacionismo simbólico como o processo de indução de atores em normas e regras de uma determinada comunidade. A socialização resulta em que um agente substitua a lógica das consequências, que é uma ação racional que leva em consideração os custos e recompensas ao se adotar determinados comportamentos segundo seus interesses e identidades, pela lógica da adequação, que é um comportamento em função de normas e regras existentes no grupo social do qual o indivíduo pertence devido ao entendimento de que aquelas correspondem à noção de “a coisa certa a ser feita” e ao elemento normativo inserido naquelas.

envolvem elogios e comportamento agradável quando o ator persuasivo está em desvantagem, há resistência e quando o propósito é alcançar seus objetivos; e as *rational tactics*, que envolvem o uso do pensamento lógico e barganha para demonstrar que o comum acordo é a melhor solução quando nenhuma das partes está em vantagem, não há resistências e cujos benefícios atendem a todos envolvidos na interação (KIPNIS; SCHMIDT, 1985).

¹⁰ Checkel (2005) também aborda outras questões pertinentes ao debate, tal como repercussões para as lealdades e interesses estatais, processos subjacentes a essa dinâmica e a relação entre nível nacional e domésticos.

Segundo o autor (CHECKEL, 2005a), seguir a lógica da adequação leva a dois tipos de internalização através de duas vias: a internalização por aprendizado das normas socialmente aceitas em um ambiente de interação, que o permite agir em concordância com as expectativas – o cálculo instrumental consciente é substituído pelo agir consciente (socialização de Tipo I); e a internalização de normas pela percepção de que essas correspondem aos valores, identidades e interesses do indivíduo inserido no grupo social do qual se sente parte, pois se entende que aquelas estão atreladas à ideia “de se fazer o certo” – o cálculo instrumental consciente é substituído pelo agir segundo valores normativos (socialização de Tipo II).

O que leva o agente a trocar a lógica das consequências pela lógica da adequação é a existência de mecanismos causais; nos estudos sobre socialização internacional nos marcos de instituições, segundo Checkel (2005a), são três mecanismos de socialização e sugerem três modos de racionalidade: o cálculo estratégico (instrumental), o desempenho de papéis (vinculante) e a persuasão normativa (comunicativa).

Checkel (2005a) compreende a persuasão normativa como um processo social em um ambiente de interação que envolve mudanças de crenças e de atitudes na ausência de coerção evidente: um determinado ator se utiliza de argumentos, os quais buscam demonstrar uma verdade, para persuadir e convencer os demais uma vez que os interesses e preferências daqueles são passíveis de redefinições. Quando isto ocorre de forma exitosa, os atores internalizam estas normas, as quais prevalecem à medida que os argumentos do ator persuasivo se sustentam ao longo do tempo.

O conceito de persuasão não é o mesmo que o de manipulação, pois o conteúdo de sua mensagem é aberto e explícito, e se revela como verdade para o público. Contudo, existem casos em que a persuasão não segue o esquema proposto e tem como objetivo a moldar preferências do alvo da persuasão com base no que se oculta. A mensagem continua sendo persuasiva, mas neste caso trata-se de uma persuasão ilusória, ou seja, uma forma de manipulação (BOBBIO, 1998).

A persuasão se diferencia do cálculo estratégico e do desempenho de papéis. No primeiro, a socialização ocorre a partir de uma adaptação comportamental racional (maximização dos ganhos e redução dos custos) que pode resultar em uma mudança de preferência ao longo prazo; neste caso, a política de condicionalidade aliada ao reforço intergovernamental são as condições (incentivos materiais) para que haja uma adaptação comportamental, principalmente por se apresentarem como condições em que se espera que os custos sejam menores e as recompensas maiores.

No segundo, agentes se comportam conforme as normas socialmente aceitas. É uma internalização relativamente fácil de ocorrer, uma vez que não envolve adaptação comporta-

mental calculada e nem o processo de internalização reflexiva segundo as informações disponíveis – nesse caso, a atenção é um recurso escasso¹¹. As características do ambiente para que ocorra a adoção de novos comportamentos conforme normas do grupo são: ambientes onde o contato é intenso, significativo e sustentado ao longo do tempo. A experiência prévia dos agentes quanto ao processo de tomada de decisão em integração regional também influencia na internalização de normas relativas à supranacionalidade: aqueles que possuem vasta experiência na área são mais prováveis de aceitá-las do que aqueles que não possuem.

Ainda que sejam categorizados como distintos, segundo o próprio Checkel (2005a), é preferível compreender esses mecanismos como nominais ao invés de ordinais, de modo que a análise dê primazia a um mecanismo na exclusão de outros. Ademais, Zurn e Checkel (2005) argumentam que os estudos de socialização carecem de uma maior atenção nos mecanismos que levam à socialização sem que isto se distancie de seu significado original (“internalização de normas”) e seja mais um estudo sobre poder brando. Para suprir esta necessidade, os autores procuram estabelecer pontes entre a abordagem racionalista e construtivista de modo que a socialização de um caso estudado possa ser interpretada tanto por premissas racionalistas e construtivistas.

Argumenta-se que as mudanças de preferências decorrentes da persuasão podem ser mais duradouras do que as decorrentes por incentivos e pelo cálculo estratégico, uma vez que as preferências deste último podem se alterar caso a estrutura de incentivos mude (CHECKEL, 2005a).

O foco desta dissertação de mestrado está na socialização através da persuasão normativa. A persuasão normativa pode levar à socialização de agentes de maneira mais direta porque se utiliza da atividade argumentativa enquanto meio consistente para incidir nos seus interesses. Nesse sentido, a persuasão normativa leva a que agentes internalizem novos entendimentos de maneira ativa e reflexiva, substituindo a lógica das consequências para a lógica da adequação de Tipo II (CHECKEL, 2005a).

Anteriormente à Checkel (2005a), para Finnemore e Sikkink (1998) a persuasão é o processo pelo qual a agência (*agent action*) se transforma em estrutura social, ideias se transformam em normas e a subjetividade se transforma em intersubjetividade. A persuasão é central para estudar influência e o processo de mudança normativa, o que as autoras denominam como “*Norm Life Cycle*”: o primeiro estágio seria a emergência de uma norma; o segundo, a

¹¹ Para o autor, os trabalhos sobre desempenho de papéis captura uma importante dinâmica da política internacional pouco estudada: Estados e agentes adotam papéis por serem socialmente mais fáceis e podem, mais adiante, se tornarem hábitos de internalização do Tipo II (CHECKEL, 2005a).

aceitação ampla da mesma (efeito cascata); e o terceiro, a sua internalização. O mecanismo característico da primeira etapa é a persuasão normativa.

Johnston (2001) argumenta que a persuasão é um micro processo da socialização que envolve a mudança de crenças, opiniões e atitudes sobre causalidade a partir da afirmação ativa de uma mensagem em particular, a qual também afeta a identidade. A persuasão pode levar a um entendimento em comum ou pode levar a homogeneização de interesses. Isto é, atores podem ser persuadidos de que eles estão em competição um com outro ou que eles compartilham vários interesses em comum em prol da cooperação. Na mesma linha de Smith (1992), o autor argumenta que a persuasão é um elemento central em toda atividade política, pois passa por um processo que abarca a apresentação de argumentos e conclusões iniciais, a exposição às ideias contrárias e, por fim, redefinição das visões e das conclusões iniciais (JOHNSTON, 2001).

Os trabalhos de Ikenberry e Kupchan (1990) e Destradi (2010) também se aproximam com o propósito deste trabalho ao tratar da socialização internacional a partir da persuasão normativa como estratégia de um Estado Hegemônico.

Em Ikenberry e Kupchan (1990), discorre-se sobre a capacidade das grandes potências de dominarem o curso da política internacional. O *hegemon* tem controle sobre as outras nações, sendo a persuasão normativa um dos componentes deste poder, pois uma nação hegemônica pode exercer poder e assegurar aquiescência de outras nações por dois meios: o primeiro é através da manipulação de incentivos materiais; e o segundo, através da alteração de crenças substantivas dos líderes das outras nações. A socialização afeta tanto a natureza quanto a duração das interações que moldam sistemas hegemônicos, dispensando o uso constante de ameaças e coerções, pois o *hegemon* consegue assegurar cumprimento de normas sem recorrer ao uso de sanções e incentivos materiais.

De maneira complementar, o foco do trabalho de Destradi (2010) faz uma distinção mais objetiva entre os conceitos Império, Hegemonia e Liderança, classificando-os de acordo a determinadas variáveis¹². O modelo proposto pela autora corresponde à noção de persuasão normativa trabalhada em Ikenberry e Kupchan (1990), e a socialização é o meio compartilhado por um tipo de Hegemonia (*soft*) e Liderança (*leader-initiated*¹³) para atingir um fim.

¹² As variáveis são: definição de cada conceito; meios para atingir um fim; auto representação; discrepância entre a auto representação e o comportamento adotado; legitimação; estratégia dos Estados subordinados; mudanças na orientação normativa dos Estados subordinados em consequência das políticas do Estado dominante.

¹³ Uma liderança do tipo “*leader-initiated*” diz respeito à busca de objetivos coletivos através do processo de socialização iniciada pelo líder (DESTRADI, 2010).

Nos dois tipos, a persuasão normativa é o meio para conduzir à redefinição do interesse nacional do Estado subordinado de acordo com a ordem normativa e os valores e princípios do dominante. No entanto, a autora explica que a diferença da persuasão normativa entre uma hegemonia “*soft*” e uma liderança “*leader-initiated*” está nos objetivos do ator, em que o primeiro busca promover suas próprias normas e valores para a realização de seus interesses e objetivos, e o segundo busca promover normas e valores segundo os objetivos considerados coletivos (DESTRADI, 2010).

Longe de trazer essas categorizações para este tipo de análise (no caso, se o Brasil se aproxima mais de uma Hegemonia ou Liderança), o interessante é seguir nessa mesma linha em que considera a persuasão normativa como um mecanismo pelo qual se expressa a política externa de um Estado.

Sendo um processo/micro processo/mecanismo de socialização, a persuasão normativa abarca três elementos: o agente persuasivo, o ambiente da interação e o alvo da persuasão. A seguir, discute-se cada um desses elementos.

Ao estudar a construção de normas, Finnemore e Sikkink (1998) destacam a existência de “empregadores de normas” (*norm-entrepreneurs*) e seu esforço de convencer uma massa crítica de Estados (*critical mass of states*) a aceitar novas normas. As normas não emergem sozinhas, mas são ativamente construídas por agentes que possuem noções fortes acerca de comportamentos desejados ou apropriados em sua comunidade.

Admite-se que agentes transformam suas ideias em estruturas normativas através da comunicação persuasiva, pois assim é possível construir conhecimento intersubjetivo. A persuasão é um processo que requer a argumentação e discussão em um esforço de “mudar a mente” do outro; o pressuposto desta abordagem é que os alvos da persuasão são conscientemente convencidos da veracidade, validade e conveniência do que se está empregando, ou seja, a persuasão ocorre quando agentes avaliam ativamente o conteúdo de uma mensagem em particular. Mas as mensagens por si só não são transmitidas em um “vácuo ideacional”, pois nesse esforço de construção de normas, uma ideia nova compete com ideias previamente aceitas (PAYNE, 2001; GOODMAN; JINKS, 2004).

Portanto, são dois fatores que determinam a persuasividade de uma mensagem: o molde da mensagem (*framing*), quando o conteúdo de uma mensagem está estrategicamente moldado de acordo com normas já aceitas, e ensino (*cuing*, ou também *teaching*), quando a mensagem traz informações novas confiáveis que fará com que os alvos da persuasão se engajem em um processo de cognição, reflexão e argumentação sobre as crenças previamente adotadas (GOODMAN; JINKS, 2004). *Framing* oferece uma interpretação própria acerca de determinada situação e, então, indicam um comportamento apropriado para o contexto; se a mensa-

gem é cuidadosamente moldada, ela se torna um recurso de poder social relativamente autônomo de recursos de poder materiais (PAYNE, 2001).

Ainda que se dê primazia à comunicação do ator persuasivo para compreender suas ideias e interesses, a estrutura social no qual está inserido também é composta pelas condições materiais. A socialização na política internacional envolve atos diplomáticos, bilaterais ou multilaterais de forma cooperativa ou não, que são reforçados por incentivos ou sanções materiais (FINNEMORE; SIKKINK, 1998). *Norm-entrepreneurs* agem estrategicamente para atingir seus objetivos ao conectar suas ideias aos recursos materiais para mobilizar tomadores de decisões (PAYNE, 2001).

Como apontado por Zurn e Checkel (2005), nenhum construtivista negaria a importância de incentivos materiais, especialmente se a aplicação dos mesmos é considerada normativamente apropriada. Ademais, de forma a construir pontes entre a abordagem construtivista e racionalista, os processos que levam à socialização envolvem por um lado a persuasão e ensino (*cuing/teaching*), e por outro, cálculo estratégico e incentivos materiais: ou seja, seguem um modelo binário de argumentação (declarações normativas com intenção de serem verdadeiras e válidas para mudança de crenças) e barganha (manipulação de constrangimentos através de ameaças e promessas).

Além de tratar do ator persuasivo e da mensagem a ser transmitida que são direcionados a um público (alvos da persuasão), destaca-se que a persuasão ocorre em ambientes de interação social. Nas Relações Internacionais, as Instituições Internacionais podem ser promotoras da socialização ou espaços de interação para tal. As instituições podem ser consideradas como promotoras da socialização, uma vez que normas internacionais podem ter efeitos socializantes no nível nacional – e apresenta como exemplo o trabalho de Risse, Ropp e Sikkink de 1999 que debate como as mudanças de políticas de Direitos Humanos dos Estados são moldadas pelas normas internacionais (CHECKEL, 2005a).

Por outro lado, as instituições também podem ser consideradas como ambientes de socialização – e estão à frente de trabalhos que tratam essa perspectiva os construtivistas e entusiastas da integração regional, chamados de “europeístas” (CHECKEL, 2005a).

Johnston (2001) argumenta que as Instituições Internacionais são ambientes de interação onde as unidades (no caso, indivíduos ou um pequeno grupo que representam o Estado) são *norm-entrepreneurs*. Nesta mesma linha, Checkel (2005a) abrange sua análise ao considerar que as elites estatais adotam papéis múltiplos em ambientes isolados onde a pressão social é ausente ou evitada e ambientes direcionados a certos assuntos – portanto, se baseia em uma longa tradição das teorias de RI e análises de negociações que enfatizam os efeitos socializantes das organizações e instituições internacionais nos indivíduos que participam deles.

A partir daí, identifica-se outra variável nos processos de persuasão: atores domésticos. Atores domésticos acabam ocupando um papel importante no processo, ainda que não seja o papel principal.

Argumenta-se que muitas normas internacionais começam como normas domésticas, as quais se transformam em internacionais através do esforço de *norm-entrepreneur*; e para que as normas internacionais possam incidir no nível nacional, devem levar em consideração as normas e estruturas domésticas, as quais podem produzir variações quanto aos entendimentos e concordância. Nesse sentido, há um jogo normativo de dois níveis na qual as normas domésticas e internacionais estão ligadas umas as outras (FINNEMORE; SIKKINK, 1998).

Ikenberry e Kupchan (1990) argumentam que as normas só são efetivas para mudar o comportamento estatal se, especialmente, as elites¹⁴ estrangeiras aceitam a visão de ordem internacional do poder hegemônico; ou seja, se essas internalizam as normas e valores, e aceitam suas demandas normativas sobre o sistema internacional.

Johnston (2001) argumenta que as interações nos marcos das instituições providenciam novas informações que reduzem as incertezas e ajudam na convergência de expectativas dos atores em torno da cooperação; e as informações têm efeitos sobre as preferências porque se dão principalmente através dos impactos nas elites.

Convergência de expectativas e o papel das elites são elementos tratados por Haas (1968) em seu estudo sobre a integração regional europeia: como argumentado no início desta dissertação, a integração regional trata-se de um processo que resulta na conformação de uma entidade supranacional. A princípio é necessária a existência de uma comunidade política: uma condição na qual indivíduos e grupos são mais leais às suas instituições políticas centrais do que outra autoridade política em determinado espaço geográfico em certo período de tempo.

Lealdade é um termo crucial na análise, pois expressa a relação de obediência de indivíduos aos símbolos e instituições de autoridades políticas ao longo do tempo para satisfazer suas expectativas mais importantes (HAAS, 1968). A integração política apresenta-se, então, como um processo em que a percepção de valores e interesses dos atores envolvidos convergem em torno de uma área temática; tais interesses, que antes atendiam uma preferência mais nacionalista, podem ser redefinidos em uma orientação mais regional. Este processo, então, pode resultar em uma nova comunidade política, acima daquelas que existiam no início do processo. De toda forma, a integração só se constitui como processo em si quando há transferência de expectativas das elites dos Estados nacionais para uma de caráter supranacional

¹⁴ Ikenberry e Kupchan (1990) definem elite como o conceito oposto ao de massas.

(HAAS, 1968), de modo que a integração regional está atrelada ao peso que lhe é dada pelas políticas externas dos Estados pertencentes a uma região.

Sendo assim, a persuasão normativa em Relações Internacionais também abrange as dinâmicas domésticas, tal como a 2ª geração da APE que dá destaque ao caráter doméstico da política externa e do processo de integração regional elaborado por Haas (1968). O que buscamos ao incorporar o conceito de persuasão normativa é que em ambientes de interação social, um determinado Estado – representado por um indivíduo ou grupo de indivíduos –, que possui ideias, interesses e objetivos acerca de determinado assunto, utiliza-se da persuasão normativa para alcançá-los.

Checkel (2005a) postula que a argumentação e a persuasão são mais prováveis de promover a socialização de tipo II nas seguintes condições de escopo: 1) o alvo da socialização está em um ambiente novo e motivado a analisar novas informações; 2) o alvo tem poucas crenças enraizadas, as quais seriam inconsistentes com a mensagem de socialização; 3) o agente socializador é um membro de autoridade do grupo o qual o alvo quer pertencer; 4) o agente socializador não demanda, mas atua em princípios de argumentos deliberativos; 5) a interação entre agente-alvo ocorre em ambientes menos politizados e mais insulados. A primeira condição está ligada ao contexto; a segunda e terceira, às condições iniciais; e a quarta e quinta, ao processo de interação social.

Se aproximarmos as condições sinalizadas por Checkel (2005a) e Zurn e Checkel (2005) com o esquema de persuasão elucidado por Gardikiotis e Crano (2015), “quem diz o que, em qual canal, para quem, com qual efeito”, podemos classificar que os itens “3” e “4” dizem respeito à “quem diz o que”; o item “5” diz respeito à “em qual canal”; e, por fim, os itens “1” e “2” dizem respeito à “para quem”. Por sua vez “com qual efeito” estaria relacionada à internalização de normas (socialização).

Tabela 1 – Sistematização das condições de escopo para que ocorra a persuasão normativa

	Quem diz o que	Em qual canal	Para quem	Com qual efeito
Condições de escopo	O agente socializador é um membro de autoridade do grupo o qual o alvo quer pertencer	A interação entre agente-alvo ocorre em ambientes menos politizados e mais insulados	O alvo da socialização está em um ambiente novo e motivado a analisar novas informações.	Internalização de normas
	O agente socializador não demanda, mas atua em princípios de argumentos deliberativos		O alvo tem poucas crenças enraizadas, as quais são inconsistentes com a mensagem de socialização	

Fonte: Criação nossa, com base em Checkel (2005a), Zurn e Checkel (2005), e Gardikiotis e Crano (2015).

Desta forma, esta dissertação propõe-se a focar na agência do ator persuasivo: o foco não está em examinar a dinâmica de socialização a partir de um quadro geral em que agentes persuasivos e agentes alvos, a partir das condições de escopo, são observados igualmente a fim de estabelecer se houve internalização de novas normas. Consideram-se majoritariamente as ações do agente persuasivo, de modo que o trabalho apreenda as proposições feitas pelo mesmo e o conteúdo das mensagens em espaços de interação. Quanto ao papel das instituições, estas são consideradas ambientes de socialização, uma vez que tal interpretação melhor se adapta ao propósito deste trabalho. No terceiro capítulo, demonstra-se como o conceito foi operacionalizado para a análise do objeto de estudo.

3 A ALIANÇA DO PACÍFICO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO NO ESPAÇO REGIONAL LATINO-AMERICANO

Compreender como o Brasil se relacionou com a Aliança do Pacífico implica em compreender, afinal, o que este novo bloco propôs; como se estruturou; e quais foram os principais alcances. Ou seja, o que é a Aliança do Pacífico?

Neste capítulo, argumenta-se que compreendê-la passa por discutir quatro pontos fundamentais: 1) o desenvolvimento e os principais avanços do bloco; 2) o seu processo de integração regional; 3) a sua inserção internacional; 4) as confluências entre as diretrizes de política comercial e as de política exterior. As informações compiladas neste capítulo advêm da revisão bibliográfica sobre o tema e também de dados coletados nos documentos oficiais, das notícias veiculadas pelo próprio site da Aliança do Pacífico, das bases de dados da UNCTADStat, e de entrevistas realizadas sobre o tema em questão.

3.1 O início e desenvolvimento da Aliança do Pacífico: estrutura, reuniões de Cúpulas e os avanços do bloco

Conformada em 28 de abril de 2011, a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru) surgiu no cenário regional denominando-se como um mecanismo de integração econômico, dinâmico e pragmático¹⁵. Desde então, tem sido repercutida como uma iniciativa de sucesso principalmente pela inserção internacional via comércio exterior e pela aproximação com a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico¹⁶ (APEC) e a *Trans-Pacific Partnership* (TPP) – esta última foi substituída pelo *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*¹⁷ (CPTPP).

A constituição desse novo bloco corresponderia tanto aos condicionantes externos quanto aos internos dos países: em relação ao primeiro, destaca-se o declínio da presença es-

¹⁵ Características ressaltadas pelos próprios mandatários da Aliança do Pacífico. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/11/internacional/1392076207_510966.html. Acesso em: 06 ago. 2018.

¹⁶ A APEC é um fórum econômico regional estabelecido em 1989 para incrementar a interdependência entre os países da Ásia-Pacífico através da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Disponível em: <https://www.apec.org/About-Us/About-APEC>. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁷ O TPP foi um acordo de livre-comércio entre Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Peru, Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã concluído em 2015. Após a eleição de Trump, os países assinaram o CPTPP em 2018, que incorpora os pontos previstos no TPP, mas com algumas exceções. Disponível em: <https://international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/index.aspx?lang=eng>. Acesso em: 17 jan. 2019.

tadunidense na região, a crescente participação dos países asiáticos no comércio internacional (especialmente a China), o interesse do México em se “voltar” à região latino-americana e a preponderância do Brasil sobre região; em relação ao segundo, a percepção daqueles países sobre a atuação frente ao mundo e à região, e a escolha de suas estratégias de desenvolvimento (SERRANO; GALARRETA, 2013).

Os países membros da Aliança do Pacífico compartilham da ideia de estreitarem laços econômicos entre si e entre países com visões similares como forma de melhorar a posição dos países no cenário global, especialmente na região Ásia-Pacífico. O bloco também tem uma frente política de atuação, na qual adotam um discurso pragmático de modo a marcar uma diferença entre o projeto que representa a Aliança do Pacífico e os demais projetos sul-americanos (SERRANO, 2017a).

No documento final da primeira Cúpula da Aliança do Pacífico, intitulado Declaração de Lima¹⁸, destacou-se o objetivo de conformar uma área de integração profunda mediante um processo de articulação política, econômica, de cooperação e integração na América Latina. Foram ressaltadas as principais diretrizes do bloco: o compromisso de privilegiar a integração como instrumento efetivo para melhorar o desenvolvimento social e econômico da população de cada país; a importância dos acordos de livre-comércio para contribuir e aprofundar a integração de suas economias; e a vontade de consolidar o bloco nos moldes do Arco do Pacífico Latino-americano (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011).

O Foro Arco do Pacífico Latino-americano foi uma iniciativa peruana de 2007 a qual reunia os países que compartilhavam a ideia de facilitar e promover o comércio, investimento e competitividade entre os mesmos, mas visando a região Ásia-Pacífico. A princípio, o ex-presidente peruano, Alan García (2006 – 2011), visualizou a iniciativa como uma oportunidade para aprofundar seu comércio com Chile e Colômbia, e para criar um bloco na região Ásia-Pacífico (NAMIHAS; NOVAK, 2016).

A primeira reunião ocorreu na Colômbia em 2007, onde participaram os representantes de Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru. Outras seis reuniões do Foro do Arco do Pacífico Latino-Americano ocorreram desde o encontro na Colômbia em 2007 até seu fim, em outubro de 2010; nessas reuniões, o focou-se na construção institucional do bloco, seus principais objetivos, e áreas de trabalho, no entanto, nenhum contato com a região Ásia-Pacífico foi estabelecido durante esses anos (NAMIHAS; NOVAK, 2016).

¹⁸ Ao final de cada reunião de Cúpula, é produzida a declaração presidencial que leva o nome da cidade onde realizou-se o encontro, por exemplo: Declaração de Lima (2011), Declaração de Paranaguá (2012), Declaração de Cali (2013), etc.

Três fatores principais incidiram na não consolidação do bloco e, conseqüentemente, seu esvaziamento: a divergência entre os membros com respeito à proposta de abertura comercial e inserção conjunta no mercado internacional (enquanto Chile, Colômbia, México e Peru compartilhavam dos mesmos ideais, Equador e Nicarágua não o faziam – por sua vez, esses dois últimos países ingressaram na ALBA); o aumento dos conflitos ligados aos cartéis de drogas nos países membros localizados na América Central, os quais tiveram repercussão negativa para a continuidade do Arco; o desinteresse dos países da América Central em aproximar-se com a China devido à competição entre as manufaturas têxteis e, por sua vez, o desinteresse dos países da Ásia-Pacífico no bloco, o qual se apresentava como um processo incapaz de consolidar-se (NAMIHAS; NOVAK, 2016).

Tendo em vista o esvaziamento do Foro do Arco do Pacífico Latino-Americano pelos motivos citados anteriormente, o ex-presidente peruano, Alan García, persistiu com a proposta de conformar uma área de integração profunda para alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, porém, em número reduzido de países. García contactou os presidentes do Chile, Colômbia, Panamá e Equador¹⁹ para que estes aceitassem a proposta, principalmente por serem países que convergiam nos seguintes aspectos: democracia e liberdades individuais; abertura comercial e financeira; e projeção à região Ásia-Pacífico (NAMIHAS; NOVAK, 2016). A afirmação da abertura comercial enquanto estratégia de inserção internacional permaneceu em quatro países do Arco, que retomaram esse projeto em uma versão reduzida e pragmática: Peru, Chile, Colômbia e México. Em termos práticos, a Aliança do Pacífico foi uma transformação do Arco do Pacífico Latino-americano (RUIZ, 2017).

As Cúpulas que sucederam a de Lima foram a Cúpula de Mérida (México) em dezembro de 2011, uma reunião virtual entre os presidentes em 2012, a Cúpula de Paranal (Chile) em junho de 2012. Nesta última reunião, os presidentes dos países da Aliança do Pacífico assinaram o tratado constitutivo do bloco, denominado Acordo Marco, o qual contém 17 artigos que estabelecem os objetivos; os requisitos essenciais para a participação no bloco; a estrutura institucional; o processo de decisão do bloco; o processo de adesão de novos membros; a categoria de Estados Observadores; e os mecanismos de solução de controvérsias, emendas, vigência e denúncia (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012a). A categoria de Estados Observadores agrupa os países que tem interesse de acompanhar o processo de integração do bloco; diferencia-se dos Estados Membros da Aliança do Pacífico, pois estes assumem os direitos e obrigações conforme o Acordo Marco e o Protocolo Adicional ao Acordo Marco (URRIA, 2018), o qual será tratado mais a baixo.

¹⁹ Os autores acreditam que o Equador foi contato devido à relação bilateral entre aquele e o Peru, de modo que a falta de convite a este país para compor o bloco pudesse afetá-la negativamente.

Ademais, foi durante a Cúpula de Paranál que se realizou uma espécie de “Cúpula Empresarial”, onde ficou estabelecido que um país só poderia se juntar a esta iniciativa se tivesse, pelo menos, um tratado de livre-comércio firmado com cada integrante do mesmo (SERRANO; GALARRETA, 2013).

A Cúpula que sucede à assinatura do Acordo Marco ocorreu em Cádiz, na Espanha, em novembro de 2012. Os presidentes destacaram a abertura de oficinas compartilhada para promoção de negócios dos países da Aliança do Pacífico e a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), com a intenção de vincular o setor privado ao processo de integração (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012b).

O CEAP foi constituído com a intenção de promover a Aliança do Pacífico no meio corporativo e de realizar recomendações e sugestões aos governos nacionais com vistas a integrar melhor as partes, além de sugerir ações e visões conjuntas com respeito aos mercados da região Ásia-Pacífico. O CEAP se estrutura por quatro “capítulos” (representações), cada um a cargo dos representantes dos países membros da Aliança do Pacífico e no qual estão as principais agrupações empresariais daqueles países (NAMIHAS; NOVAK, 2016).

A Cúpula de Santiago (Chile) foi realizada nos marcos da Cúpula CELAC-UE, em janeiro de 2013, ocasião em que os mandatários da Aliança do Pacífico ressaltaram a importância de avançar nos trabalhos em andamento (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013a). Na Cúpula de Cali (Colômbia) em maio de 2013, os presidentes estabeleceram que 90% das tarifas comerciais entre os países da Aliança do Pacífico seriam eliminadas com a entrada em vigência do Acordo Marco, de forma a promover e facilitar o comércio entre os mesmos, visando o objetivo primordial de estabelecer uma área de integração profunda. Além disso, criou-se o Fundo de Cooperação da Aliança do Pacífico com o objetivo de financiar projetos de cooperação (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013b).

Em fevereiro de 2014, na Cúpula de Cartagena (Colômbia), os mandatários da Aliança do Pacífico assinaram o Protocolo Adicional ao Acordo Marco (também chamado de Protocolo Comercial), o qual estabeleceu as diretrizes, aspectos técnicos, normas e compromissos no que diz respeito ao aprofundamento do comércio entre as partes e os acordos internacionais. Em julho do mesmo ano, na Cúpula de Punta Mita (México), foi ressaltada o avanço dos trabalhos em andamento, a incorporação da Bolsa Mexicana de Valores ao Mercado Integrado Latino-Americano²⁰ (MILA), além da proposta de realizar uma reunião ministerial com os países do Mercosul e um seminário acadêmico, empresarial e governamental entre a Aliança

²⁰ O MILA é um organismo privado voltado para a integração de mercados de ações a fim de fomentar o desenvolvimento dos mercados de valores locais e a geração de negócios financeiros entre os participantes dos países membros, de maneira que pudessem oferecer uma infraestrutura competitiva e maior oferta de produtos para investidores locais e estrangeiros (MILA, [2017]).

do Pacífico e o Mercosul – tópico que será abordado mais adiante (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014a; 2014b).

Paralelamente à realização das Cúpulas Presidenciais, destacou-se a entrada em vigência do Acordo Marco, em julho de 2015, e do Protocolo Adicional ao Acordo Marco em maio de 2016.

As reuniões de Cúpula que sucederam à entrada em vigência do Acordo Marco e do Protocolo Adicional ao Acordo Marco passam a ser realizadas anualmente, como foram as Cúpulas de Paracas (Peru), em 2015; Puerto Varas (Chile), em 2016; Cali (Colômbia), em 2017; e Puerto Vallarta (México) em 2018. De modo geral, em todos os documentos finais são ressaltados os trabalhos concluídos e em andamento, as instruções aos Grupos Técnicos – que vão aumentando à medida que crescem as recomendações das reuniões de Cúpula –, a entrada de novos Estados Observadores, o apoio do Conselho Empresarial e, mais recentemente, a criação da categoria de Estado Associado da Aliança do Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2015, 2016, 2017, 2018a).

A categoria de Estado Associado da Aliança do Pacífico foi criada março de 2017 para os países interessados em estabelecer acordos de cunho comercial de alto nível com os países membros do bloco em um período de curto prazo (MORALES, 2017). Os primeiros países a participarem dessa categoria foram Austrália, Canadá, Singapura e Nova Zelândia – com este último, os países da Aliança do Pacífico já vinham trabalhando para um possível acordo de livre-comércio entre as partes desde 2016 – e na última reunião de Cúpula os mandatários ressaltaram o interesse do Equador de se juntar à categoria (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016, 2018a). Esta nova categoria diferencia-se do Estado Observador e Estado Membro, pois não há adesão desses países aos instrumentos jurídicos do bloco, mas são negociados acordos comerciais de caráter vinculante (URRIA, 2018).

Na Cúpula de Puerto Vallarta, os mandatários assinaram o documento *Visión Estratégica de la Alianza del Pacífico al año 2030*, com quatro eixos que fundamentarão os trabalhos do bloco até 2030, os quais contribuirão para alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas:

- 1) Mais integrada: “La Alianza del Pacífico en 2030 será un bloque comercial que crece de forma sostenible, dependerá menos de materias primas y contará con un mercado más competitivo, más eficiente, productivo y plenamente integrado” (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018b, p. 3).
- 2) Mais global: “para 2030 la presencia y relaciones conjuntas fuera del bloque habrán crecido, consolidándose como el referente de un modelo de integración ambi-

cioso y pragmático en el mundo, en especial en América Latina y el Asia-Pacífico” (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018b, p. 5).

- 3) Mais conectada: “Para el año 2030, nuestros ciudadanos y empresas estarán conectados digitalmente teniendo acceso a toda la información disponible y a una mayor comunicación que impulse las relaciones a todos los niveles” (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018b, p. 7).
- 4) Mais cidadã: “Gracias a que la Alianza del Pacífico gozará de la libre circulación de personas, se caracterizará por proveer oportunidades laborales, académicas, culturales y de negocios a sus ciudadanos” (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018b, p. 8).

Além disso, a Cúpula de Puerto Vallarta foi marcada pelo primeiro encontro de Presidentes da Aliança do Pacífico e do Mercosul, onde aqueles assinaram uma declaração conjunta e o Plano de Ação para identificação das áreas de trabalhos conjuntos (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018c).

De 2011 a 2018, sintetizam-se os principais alcances do bloco na seguinte tabela.

Tabela 2 – síntese dos alcances da Aliança do Pacífico

Cúpula	Principal alcance
Lima (2011)	Criação do bloco
Paranal (2012)	Assinatura do Acordo Marco
Cádiz (2012)	Criação do CEAP
Cali (2013)	Decisão de eliminar 90% das tarifas comerciais; Criação do Fundo de Cooperação da Aliança do Pacífico.
Cartagena (2014)	Assinatura do Protocolo Adicional ao Acordo Marco
Punta Mita (2014)	Incorporação da Bolsa Mexicana ao MILA; Proposta de se aproximar ao Mercosul
2015	Entrada em vigor do Acordo Marco
2016	Entrada em vigor do Protocolo Adicional ao Acordo Marco
Cali (2017)	Criação da categoria Estado Associado da Aliança do Pacífico (Singapura, Nova Zelândia, Canadá e Austrália)
Puerto Vallarta (2018)	Visão Estratégica para o ano de 2030; Encontro dos presidentes da Aliança do Pacífico e Mercosul

Fonte: Criação nossa, com base nos documentos citados acima

E seu organograma está estruturado em:

1. Cúpulas Presidenciais, sendo esta a maior instância de decisão política por ser composta pelos presidentes dos países membros;
2. Presidência Pro Tempore, na qual há mandato rotativo entre os países membros;
3. Conselho de Ministros, composto pelos Ministros de Relações Exteriores e de Comércio Exterior, os quais possuem poder de decisão com respeito aos objetivos do bloco;
4. Grupo de Alto Nível (GAN), composto pelos Vice-ministros de Relações Exteriores e de Comércio Exterior, os quais supervisionam os trabalhos dos Grupos Técnicos;
5. Grupos Técnicos, divididos nos seguintes eixos temáticos: Agências de Promoção, Agenda Digital, Assuntos Institucionais, Comitê de Especialistas, Compras Públicas, Cooperação, Cooperação regulatória (Obstáculos Técnicos ao Comércio), Cultura, Desenvolvimento Mineiro, Educação, Estratégia Comunicacional, Facilitação do Comércio e Cooperação Aduaneira, Gênero, Grupo *ad hoc* Pesca, Inovação, Laboral, Meio Ambiente, Movimento de Pessoas, Propriedade Intelectual, Proteção ao consumidor, Pequenas e Médias empresas, Relacionamento Externo, Serviços e Capitais, Turismo.

Ademais, também compõem a Aliança do Pacífico o CEAP, a Comissão Interparlamentar²¹, o Conselho de Ministros de Finanças e Estados Observadores.

²¹ A Comissão Interparlamentar tem por objetivo apoiar o Executivo na consolidação da Aliança do Pacífico, de maneira a traduzir os acordos firmados em leis (BUELVAS, ALEGRÍA, 2014).

Figura 1 – Organograma da Aliança do Pacífico



Fonte: (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2019).

3.2 A Aliança do Pacífico e seu processo de integração regional

Como visto nos discursos e documentos oficiais da Aliança do Pacífico, é reiterado o desejo de uma integração profunda entre as partes, ademais de enfatizar a abertura comercial e os tratados de livre-comércio como diretrizes da integração desse bloco. Ainda que o processo de integração seja uma questão muito presente nos discursos e documentos oficiais, há um debate sobre a Aliança do Pacífico ser ou não tal processo conforme preveem as teorias de integração regional – as quais foram desenvolvidas a partir de um contexto e período específico, no caso, o europeu.

Conforme argumentado anteriormente, a integração regional pressupõe aprofundamento e alargamento (MARIANO, 2007). A ideia de aprofundamento, presente no discurso oficial da Aliança do Pacífico, remete à noção de um processo dividido em etapas como visto em

Haas (1968) e Balassa (1961). Considerando a questão do aprofundamento, são expostas a seguir as reflexões de diferentes autores sobre a integração regional na Aliança do Pacífico.

Posadas (2015) argumenta a abordagem teórica de integração regional que mais se aproxima do modelo da Aliança do Pacífico é o intergovernamentalismo liberal, em que os governos nacionais negociam e defendem seus interesses de maneira unitária na busca de maximização de benefícios e minimização de custos. Esta abordagem teórica também se aproxima da realidade latino-americana, pois grande parte dos esquemas de integração tem sido marcados por esse traço intergovernamental, de forma que a Aliança do Pacífico seria um reflexo desta tendência, pois não possui uma estrutura institucional forte, a sede das reuniões de Cúpula é a do país que exerce a Presidência Pro Tempore e o Conselho de Ministros adotam medidas sem o auxílio de órgãos técnicos competentes.

Aranda (2015) argumenta que a Aliança do Pacífico é um caso de integração que não se explica por teorias prévias de integração regional, sejam aquelas do caso europeu, do regionalismo aberto e do pós-liberal. A autora argumenta que a Aliança do Pacífico apresenta um novo tipo de integração que corresponde a um contexto global e regional distinto, e se caracteriza por ser um bloco que reúne quatro países que compartilham as seguintes características comuns: tratados recíprocos de livre-comércio; preferências por um regionalismo flexível com metas de integração profunda; e um interesse por exportar e atrair investimentos do mercado asiático-pacífico.

Outro aspecto particular da Aliança do Pacífico seria que este bloco reúne aspectos de projetos integracionistas anteriores: do regionalismo aberto, adota a ideia de aumentar o comércio intrarregional e, portanto, formar uma área de livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais; alguns aspectos do regionalismo pós-liberal, em que também se tratam de temas sociais e políticos, mas desde a perspectiva de complementariedade aos objetivos comerciais; e também recebe influência da experiência da APEC, de modo que a participação do Chile e México nesse bloco incidiu sobre os temas de liberalização comercial intra e extrarregional como condição para se avançar na cooperação econômica e também quanto à necessidade de um regionalismo flexível e pragmático – mas difere-se dela no que diz respeito a reciprocidade de obrigações, enquanto na APEC respeita-se os avanços e condições em cada país, na Aliança do Pacífico estabelece-se a reciprocidade de obrigações no Acordo Marco de 2012 e Protocolo Adicional de 2014 (ARANDA, 2015).

Nesse mesmo sentido, Quiliconi (2017) argumenta que a Aliança do Pacífico vai além do modelo de regionalismo aberto à medida que se almeja maior comprometimento em cooperação em áreas que não faziam parte de esquemas do regionalismo aberto de 1990: migra-

ção, cooperação consular, educação e cultura, por exemplo. A autora caracteriza a Aliança do Pacífico como *open regionalismo reloaded*.

Já para Serrano e Galarreta (2013), a Aliança do Pacífico não possui uma instância supranacional e não há intenções por parte dos membros de estabelecer um Mercado Comum, mesmo que o discurso de integração profunda seja reiterado: ou seja, não apenas estabelecer a redução das tarifas entre os países do bloco e eliminação de barreiras ao livre comércio, mas adotar uma TEC em relação a terceiros e promover a livre-circulação dos fatores produtivos intrabloco.

A decisão de liberalizar 90% das tarifas, anunciada durante a Cúpula de Cali em 2013, seria o sinal mais indicativo de avançar na integração profunda entre as partes; ou seja, conformar um espaço econômico que promove a livre-circulação de bens, serviços e capitais em um formato de um Tratado de Livre-Comércio e não de um Mercado Comum. Também não contam com um mecanismo de coordenação de política externa que permita a estratégia de inserção na região Ásia-Pacífico de forma conjunta (CORREDOR; VÉLEZ, 2016).

Nesse sentido, argumentam que a Aliança do Pacífico se limitaria a uma cooperação intergovernamental fortemente marcada por seu aspecto comercial, em que concebem a integração regional de maneira minimalista, de forma que possibilite adotar ações mais pragmáticas e um melhor posicionamento global das partes a fim de assegurar que não estejam de fora das grandes negociações (SERRANO; GALARRETA, 2013; BUELVAS, 2016; SERRANO, 2017a). A inexistência e o desinteresse de se criar uma Secretaria Geral refletem a preferência por mais pragmatismo e menos procedimentos burocráticos que envolvam altos gastos para se tratar dos temas (URRIA, 2018).

Desde a perspectiva da interdependência econômica, o oficial de assuntos econômicos da CEPAL, Sebastián Herreros (2018), entende que a Aliança do Pacífico não é um mecanismo de integração que tenha por trás de sua proposta motivações econômicas, tendo em vista que os acordos de integração econômica costumam ser entre países vizinhos com alta densidade de intercâmbio comercial, financeiro, migratório e/ou turismo. No caso da Aliança do Pacífico, o intercâmbio comercial entre eles é baixo, cerca de 3%. Pela ótica dos acordos comerciais, a Aliança do Pacífico não aumentou a interdependência econômica entre as partes, principalmente por não serem "sócios naturais", ou seja, por serem economias mais competitivas que complementares e já serem economias muito abertas antes da formalização do bloco. A Aliança do Pacífico mais consolidou uma rede de acordos comerciais e de investimentos que já existiam.

Segundo Pablo Urria (2018), funcionário do Ministério de Relações Exteriores do Chile que esteve envolvido na construção do bloco, o objetivo da Aliança do Pacífico era criar

um referente de integração regional fundamentalmente econômico, aberto à participação de outros países, sem objetivos políticos para não gerar atritos com a Unasul e CELAC. A preocupação não era se focar no comércio intrarregional da Aliança do Pacífico, mas se abrir ao mundo e gerar mais competitividade para as partes.

Por um lado o bloco tem tido sucesso nos objetivos comerciais, que se traduzem na assinatura de acordos comerciais (aprovação e entrada em vigência do Acordo Marco e do Protocolo Adicional ao Acordo Marco, e a constituição da categoria Estado Associado) em um curto período. Por outro, o sucesso desta iniciativa reside em que estes países conseguiram traduzir os princípios de suas políticas exteriores em um conceito, o da Aliança do Pacífico, e assim ser reconhecido e validado pelos mercados internacionais. Um dos indicadores disso são os 55 Estados que participam da categoria Estado Observador da Aliança do Pacífico, e também a categoria de Estado Associado (HERREROS, 2018).

Nessa mesma linha, Nolte (2016) argumenta que a Aliança do Pacífico é um regionalismo *nation-branding*, pois seus membros, que já eram reconhecidos por serem países liberais, promovem conjuntamente o comércio e os investimentos externos enquanto estratégia de integração. Dessa perspectiva, a Aliança do Pacífico representa um novo tipo de aliança regional que transcende e desafia as organizações regionais tradicionais e até mesmo se desvia do regionalismo tradicional, por ser mais direcionada ao relacionamento externo do que era o regionalismo aberto da década de 1990. Sintetizaram-se os Estados Observadores e Associados da Aliança do Pacífico e seu ano de entrada (ou de solicitação para tal) na tabela abaixo.

Tabela 3 – Estados Observadores e Estados Associados da Aliança do Pacífico.

Ano	Estados Observadores
2011	Panamá (candidato à Estado Parte).
2012	Austrália, Canadá, Espanha, Nova Zelândia e Uruguai.
2013	Costa Rica (candidato à Estado Parte), Equador, El Salvador, França, Guatemala, Honduras, Japão, Paraguai, Portugal e República Dominicana.
2014	Alemanha, Bélgica, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Índia, Israel, Itália, Marrocos, Reino Unido, Singapura, Suíça, Turquia e Trindade e Tobago.
2015	Áustria, Dinamarca, Geórgia, Grécia, Haiti, Hungria, Indonésia, Polônia, Suécia e Tailândia.
2016	Argentina, Egito, Eslováquia, Noruega, República Tcheca, Romênia e Ucrânia.
2017	Croácia, Eslovênia e Lituânia.
2018	Bielorrússia, Emirados Árabes Unidos e Sérvia.
Ano	Estados Associados
2017	Austrália, Canadá, Singapura e Nova Zelândia.
2018	Coréia do Sul (candidato à Estado Associado); Equador (possibilidade de adesão em análise).

Fonte: Criação nossa, com base nos documentos oficiais analisados.

Em contraposição ao próprio discurso oficial que enfatiza o pragmatismo e a ausência de ideologia do bloco, a Aliança do Pacífico não deixa de ser um projeto de cunho político, principalmente por definir que seus membros são economias abertas e que não tem pretensões frear a globalização, ao contrário dos demais países sul-americanos que a partir do século XXI deram um giro à esquerda e levou a um "revisionismo" do Mercosul e criação da ALBA e da Unasul. Esta definição é importante não para a região sul-americana, mas para os investidores internacionais de que estes países não imporão barreiras ao comércio e investimentos. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico é "una hija de su circunstancia histórica" que nasce com "un ojo puesto en Asia" (HERREROS, 2018).

3.3 A Aliança do Pacífico e seu relacionamento externo com a Ásia-Pacífico: relevante e primordial

Conforme visto, a opção pelo regionalismo aberto reflete uma preferência por um tipo de governança regional alinhada às ideias das estruturas dominantes sobre comércio, investimentos e política (SERRANO, 2017a); a Aliança do Pacífico "não defende a construção de algo autônomo, não critica o capitalismo e não rompe com o paradigma neoliberal" (BUELVAS, 2016, p. 13. Tradução nossa). De fato, a Aliança do Pacífico é um bloco criado por países que nunca rejeitaram o regionalismo aberto (RUIZ, 2017).

Diferentemente dos esquemas regionais das últimas décadas, que tinham a região onde se localizam como elemento constituinte da identidade e de projeção (Mercosul, Unasul, CELAC, ALBA), a Aliança do Pacífico tem como elemento identificador a costa Pacífica, compartilhada pelos membros fundadores, para então se projetar à Ásia.

Por exemplo, durante a Cúpula de Paranal em 2012, os presidentes instruíram que se estabelecessem atividades culturais conjuntas para afirmar a presença da Aliança na região Ásia Pacífico, buscando os elementos comuns e a influência do intercâmbio cultural entre a América e aquela região (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012a). Ademais, a inclusão de mais países que não são latino-americanos ao status de membro associados corrobora com o entendimento de que o bloco não objetiva a região de seus quatro membros fundadores, mas sim o reconhecimento dos mercados internacionais, como apontado por Herreros (2018).

Se a integração regional da Aliança do Pacífico não é um fim em si, ou seja, que pretende seguir etapas graduais e buscar a complementariedade de suas economias, e se a vinculação com a região Ásia-Pacífico é uma questão reiterada e reafirmada pelos mandatários e a classe empresarial dos países membros, logo, seu relacionamento externo se torna uma questão fundamental para compreender e definir o que é a Aliança do Pacífico.

Sendo um dos objetivos principais do bloco, o relacionamento da Aliança do Pacífico com a região Ásia-Pacífico é intensificado pela percepção compartilhada entre os membros de que aquela era a região de maior dinamismo e tenderia a sê-lo pelos próximos anos. Além da facilidade geográfica, o Chile, Peru e México já participavam da APEC e do TPP/CPTPP – a Colômbia solicitou o ingresso formal recentemente (COLOMBIA..., 2018). Desde a perspectiva empresarial, tanto a região em si, como um grande mercado e muito dinâmico, quanto à China especificamente como principal sócio comercial dos países membros da Aliança do Pacífico, são vistas como uma oportunidade para que os países do bloco, trabalhando de maneira conjunta, possam aproveitá-la (ALVEAR, 2018; PRIETO, 2018).

Tal vinculação com a Ásia-Pacífico se fundamenta na exportação de alguns bens primários e majoritariamente na importação de manufaturas, especialmente com a China: em 2013, o país se tornou o maior comercializador de *commodities*, alcançando o valor total de US\$ 4.159 trilhões em importações e exportações (SERRANO; GALARRETA, 2013; SERRANO, 2017a). Os ganhos advindos de um aprofundamento das relações comerciais e de cooperação com a região Ásia-Pacífico seriam o aumento e a diversificação da pauta exportadora, e conseqüentemente, a expansão dos setores produtivos e de serviços dos países membros da Aliança do Pacífico, por meio dos investimentos externos diretos (BUELVAS, 2016).

Ressalta-se, no entanto, que a relação comercial entre a Aliança do Pacífico e essa região tende a levar à reprimarização das economias do bloco (SERRANO; GALARRETA, 2013). É uma situação que limitaria a configuração de cadeias produtivas de alto valor agregado dessas economias, de modo que a Aliança do Pacífico seria mais um espaço de internacionalização do comércio do que um espaço regional capaz de estreitar as estruturas produtivas de seus membros (BUELVAS, 2016).

Tanto o anúncio da saída do Reino Unido da UE, no processo conhecido como *Brexit*, quanto a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos foram dois acontecimentos importantes que sinalizaram para o desgaste do discurso “pró-globalização”, o qual sustenta as ações da Aliança do Pacífico. A isto, somou-se que em maio de 2017 o comércio intrarregional da Aliança do Pacífico apresentou queda pela primeira vez desde sua criação (COMERCIO..., 2017), principalmente pela contração dos valores das exportações dos países da Aliança do Pacífico.

Foram acontecimentos que suscitaram dúvidas quanto à estratégia de inserção internacional da Aliança do Pacífico. O bloco tem buscado alternativas para contornar esses desafios através da intensificação da relação com a Ásia-Pacífico, com ênfase na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os países da categoria Estado Associado, além de intensificar o diálogo com o Mercosul (SERRANO, 2017b).

A categoria do Estado Associado surgiu tanto para incorporar os países que estavam interessados no processo de integração comercial do bloco, quanto uma resposta ao questionamento do livre-comércio e multilateralismo que surgiu com a eleição de Donald Trump. Contudo, aquela não é indício de que o bloco passará a negociar em conjunto, como se fosse uma União Aduaneira; tal categoria permite que os países do bloco negociem individualmente com Nova Zelândia, Canadá, Singapura e Austrália de maneira simultânea (URRIA, 2018). Pode ser entendida como a reafirmação da política de abertura dos países do bloco como motor do desenvolvimento.

Com relação à ASEAN, durante a reunião da Assembleia da Organização das Nações Unidas em 2017, a Aliança do Pacífico e aquela tiveram um encontro ministerial para discutir o Plano de Trabalho 2017 – 2018 com vistas a aprofundar o Marco de Cooperação entre ambos os blocos. Em 2018, os dois blocos avaliaram os alcances do Plano de Trabalho 2017 – 2018 e decidiram estender o prazo para 2019 (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017b, 2018c).

Diante tal conjuntura, a Aliança do Pacífico buscou reforçar pontes entre Ásia e América, por meio da ASEAN ou associação de novos membros, e aprofundar a aproximação com o Mercosul, iniciada em 2014 (SERRANO, 2017b).

3.4 A Aliança do Pacífico e seu relacionamento com o Mercosul: relevante, mas não primordial

Como já abordado em seções anteriores, a Aliança do Pacífico surgiu em um período histórico em que o regionalismo latino-americano fora caracterizado como "pós-hegemônico" e "pós-liberal" ao se distanciar do regionalismo aberto da década de 1990. Ao se definir como um bloco distinto dos demais (HERREROS, 2018), principalmente a ALBA e o Mercosul, a Aliança do Pacífico trouxe à tona discussões sobre uma possível disputa entre projetos.

Ainda que se declare e busque uma vinculação maior com a região Ásia-Pacífico, os países membros também participam de outros organismos regionais latino-americanos e sul-americanos. Principalmente em relação ao último, em que a Aliança do Pacífico tem buscado também uma aproximação entre o Mercosul.

Até meados de 2014, não se cogitava uma aproximação da Aliança do Pacífico com o Mercosul (principalmente por aquele bloco estar mais centrado em formalizar e avançar nos trabalhos propostos). Por exemplo, em janeiro desse mesmo ano, durante a Cúpula da CELAC, o ex-presidente colombiano, Juan Manuel Santos, destacou os princípios e avanços do bloco, sem, no entanto, sugerir uma aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico,

afirmando que esta se caracteriza como um bloco não excludente e não ideológico (CANCILLERÍA, 2014).

Apenas em junho de 2014, durante a Cúpula de Punta Mita, os presidentes sinalizaram o interesse de realizar uma reunião ministerial de caráter informativo entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul, além de um seminário com acadêmicos, empresários, representantes governamentais e empreendedores (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014b).

Este interesse de se aproximar do Mercosul parte da proposta chilena de estabelecer uma "*Convergencia en la diversidad*" entre os dois blocos; em março de 2014, assumiu o governo de Michelle Bachelet, quem designou Heraldo Muñoz como ministro de Relações Exteriores. A coalizão do governo Bachelet, denominada *Nueva Mayoría*, era composta por membros que questionavam a Aliança do Pacífico por ela ser ideológica, economicista e que distanciava o Chile da América Latina, principalmente do Brasil e da Argentina (SILVA, 2015).

Antes mesmo da realização da Cúpula de Punta Mita, Muñoz já expressava que era de interesse do novo governo chileno estar mais presente nos mecanismos regionais, buscando pontes possíveis entre eles, pois atendia ao interesse maior de priorização da América do Sul (MUÑOZ, 2014). A princípio, havia uma percepção de que o Chile diminuiria sua participação na Aliança do Pacífico com o novo governo; contudo, na medida em que a presidente Bachelet e seu ministro de Relações Exteriores interagiam com seus pares e demonstravam suas visões de como a Aliança do Pacífico atendia aos interesses da nova administração, tal percepção ia perdendo força (SILVA, 2015).

A valorização da Aliança do Pacífico pelo governo de Bachelet foi se alimentando devido à sua proposta de convergência com o Mercosul: a ideia de converter o Chile e a Aliança do Pacífico no "porto e ponte" do resto da América Latina para a Ásia se tornava o motivo pelo qual o governo de Bachelet a valorizava para além de uma questão de participação. Por um lado, entendia-se que a Aliança do Pacífico tinha uma estrutura diferenciada e dinâmica no seu processo de integração, mas que era possível impulsionar proximidades em temas de interesses comuns a longo e médio prazo: facilitação de comércio, integração física, cooperação sanitária e fitossanitária, intercambio de bolsas estudantis e circuitos integrados de turismo (SILVA, 2015).

A ideia da "*Convergencia en la diversidad*" parte da percepção do novo governo chileno de que os dois blocos não poderiam estar "de costas" um ao outro. A proposta de convergência não tinha um conteúdo preciso; foi uma iniciativa para que os países dos dois blocos, reconhecendo as diferenças existentes entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, pudessem sentar e dialogar a fim de encontrar temas em que seria possível promover um trabalho conjunto (HERREROS, 2018). Nesse sentido, que o Brasil avaliasse positivamente a ideia de

aproximar da Aliança do Pacífico também era avaliado da mesma forma por esse bloco devido ao peso do país e de sua capacidade para influenciar nas decisões do Mercosul (URRIA, 2018).

Há um consenso de que esta proposta de aproximação fez parte da agenda política do governo de Bachelet, e não uma proposta que já estava na agenda do setor empresarial chileno e também no âmbito da CEAP (ALVEAR, 2018; LEYTON; 2018; PRIETO, 2018). Ainda que promover a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais com o restante da região fosse algo positivamente avaliado, a ex-representante chilena no CEAP, Loreto Leyton (2018), afirmou que no âmbito privado os países estavam mais concentrados nos trabalhos intrabloco do que propor uma agenda para o relacionamento com o Mercosul. De forma complementar, o diretor geral da *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), Manuel Prieto (2018), afirmou que esses trabalhos internos envolvem tempo e que a proposta de aproximação com o Mercosul ocorreu antes mesmo de entrar em vigência o Protocolo Adicional ao Acordo Marco.

Em novembro ocorreram as duas primeiras reuniões entre os blocos: na primeira, na Colômbia, os chanceleres dos dois blocos se reuniram a fim de trocar informações sobre os respectivos processos de integração (ITAMARATY, 2014a). A segunda foi um seminário acadêmico, governamental e empresarial entre os dois blocos, organizado pelo governo chileno (DE LA JARA, 2014).

Por parte do Mercosul, em 2015 o bloco demonstrou que a ideia de aproximação entre os organismos não poderia ser deixada de lado; os presidentes apresentaram um Plano de Ação para o estreitamento do relacionamento dos blocos em reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília (ITAMARATY, 2015a).

Em 2016 não há registros de reuniões ministeriais dos blocos, devido à crise institucional no Mercosul com a posse do governo Temer e os consequentes atritos com a Venezuela, que terminou por afastá-la do bloco. O contato foi retomado em abril de 2017, quando realizou-se em Buenos Aires uma conferência ministerial entre os dois blocos. Nesta, ficou acordado a manutenção dos trabalhos para que houvesse a aproximação entre os dois blocos previstos na "*Hoja de Ruta*" e avançar nos temas: regras de origem, cooperação aduaneira, facilitação do comércio e identificação de possíveis cadeias de valores (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017c). Em julho de 2018 realizou-se a Cúpula de Puerto Vallarta (México) onde ocorreu a 1ª reunião entre mandatários da Aliança do Pacífico e Mercosul.

O relacionamento entre a Aliança do Pacífico e Mercosul será melhor aprofundada no capítulo seguinte.

3.5 Regionalismo aberto e confluências entre política externa e política comercial

Como mencionado anteriormente, os presidentes da Aliança do Pacífico tem reafirmado o interesse de que o empresariado tivesse uma participação ativa no andamento do bloco, de modo que foi constituído o CEAP e os Grupos Técnicos para atenderem esse interesse.

O bloco é a expressão da visão compartilhada por seus membros quanto ao modelo de desenvolvimento pautado pela abertura comercial e inserção pela via econômica, com forte apoio e envolvimento do empresariado. Todos os Grupos Técnicos da Aliança do Pacífico, em sua descrição, fazem menção ao aspecto empresarial da integração.

Isso se deve à necessidade de trabalhar em temas políticos e sociais desde a perspectiva de que estes temas não são excludentes do aspecto econômico, mas que seguem tal lógica para o desenvolvimento (ARANDA, 2015).

Desde o âmbito da CEAP, o trabalho tem sido buscar um consenso sobre os temas – os quais estão alinhados com a estratégia de internacionalização – que lhes interessa aprofundar, em um primeiro momento no âmbito privado, para propô-los aos governos a fim de que sejam incorporados por eles, visando obter normas de facilitação de comércio entre os membros (ALVEAR, 2018; LEYTON, 2018; PRIETO, 2018).

Com o decorrer das reuniões de alto nível, se estabeleceu como regra informal a realização de reuniões entre os membros do CEAP e os mandatários da Aliança do Pacífico após o término das Cúpulas Presidenciais, em que aqueles apresentam sugestões e recomendações aos últimos. (GALARRETA, 2015).

Durante a reunião do CEAP na Cúpula de Puerto Vallarta (2018), os mandatários discutiram acerca da necessidade de uma nova institucionalidade para o bloco, mas sem recair na burocracia, e da proposta de que a governança do bloco estivesse nas mãos do setor privado, blindando-o das mudanças de governo e garantindo a continuidade do mecanismo (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2018c).

Nesse sentido, observa-se uma existente confluência entre política externa e política comercial, a qual se torna mais explícita ao observarmos as preferências nacionais dos países membros da Aliança do Pacífico.

Todos são países que possuem graus de abertura e liberalização da economia; possuem tratados de livre-comércio; e um Estado menos presente na economia. A ideia de desenvolvimento incorporada no Mercosul, ALBA e Unasul, não se verifica no caso da Aliança do Pacífico, na qual o desenvolvimento decorre da lógica da competitividade. Enquanto naqueles três organismos, a percepção sobre desenvolvimento está vinculada à presença do Estado na economia e também à noção de autonomia, ou seja, a capacidade de um Estado de aumentar sua

margem de ação e agir segundo seus objetivos sem que isto sofra restrições de outros Estados (MARIANO; RAMANZINI, 2012; VIGEVANI, ARAGUSUKU, 2014), na Aliança do Pacífico, a percepção sobre o desenvolvimento econômico está vinculada à ideia de um Estado não intervencionista e seguiria uma dinâmica exógena, em que participam as empresas transnacionais externas e internas à região, e permite a mobilidade do investimento externo direto (BERNAL-MEZA, 2015).

Por serem países que compartilham a abertura comercial enquanto estratégia de inserção internacional, a Aliança do Pacífico não apresenta custos aos seus membros, pois não exige uma mudança daquela por parte deles (SERRANO; GALARRETA, 2013).

A seguir, comparou-se os gráficos relativos às exportações totais em milhares de dólares anuais dos países da Aliança do Pacífico no período de 2007 a 2017, a partir das bases de dados da UNCTADStat²², da Organização das Nações Unidas.

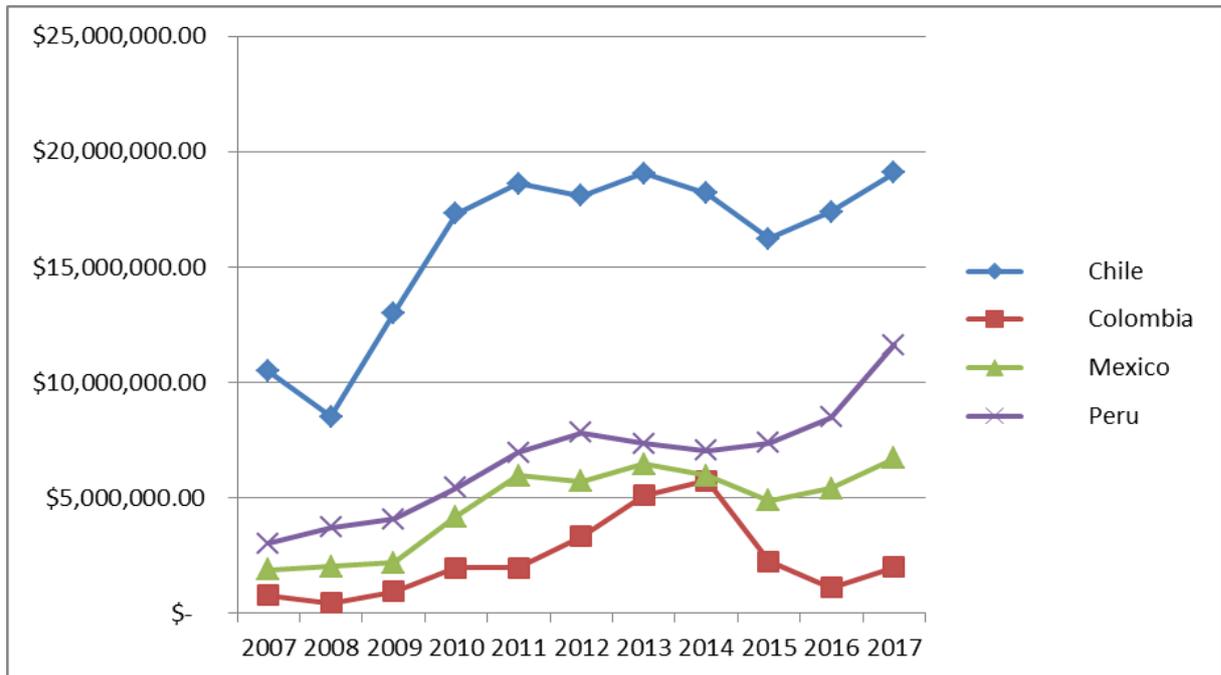
Foram selecionados seis destinos comerciais (os países China e EUA; os blocos TPP²³, APEC, ASEAN; e a região Ásia e América do Sul²⁴), a fim de compreender o desempenho daquelas ao longo do período e verificar se há relação entre as preferências de relacionamento externo e exportações.

²² Selecionou-se o diretório *Merchandise trade matrix - product groups, exports in thousands of United States dollars, annual*. As variáveis selecionadas foram: *Year (2007 – 2017)*, *Individual economies (Chile, Perú, Mexico, Colombia)*, *Products (total all products)*, *Partner (China; Asia; United States of America; APEC; ASEAN; TPP; Unasur; Developing economies: South America)*.

²³ Ressalta-se que o TPP foi incluído como destino das exportações, pois apenas em 2018 o CPTPP foi assinado.

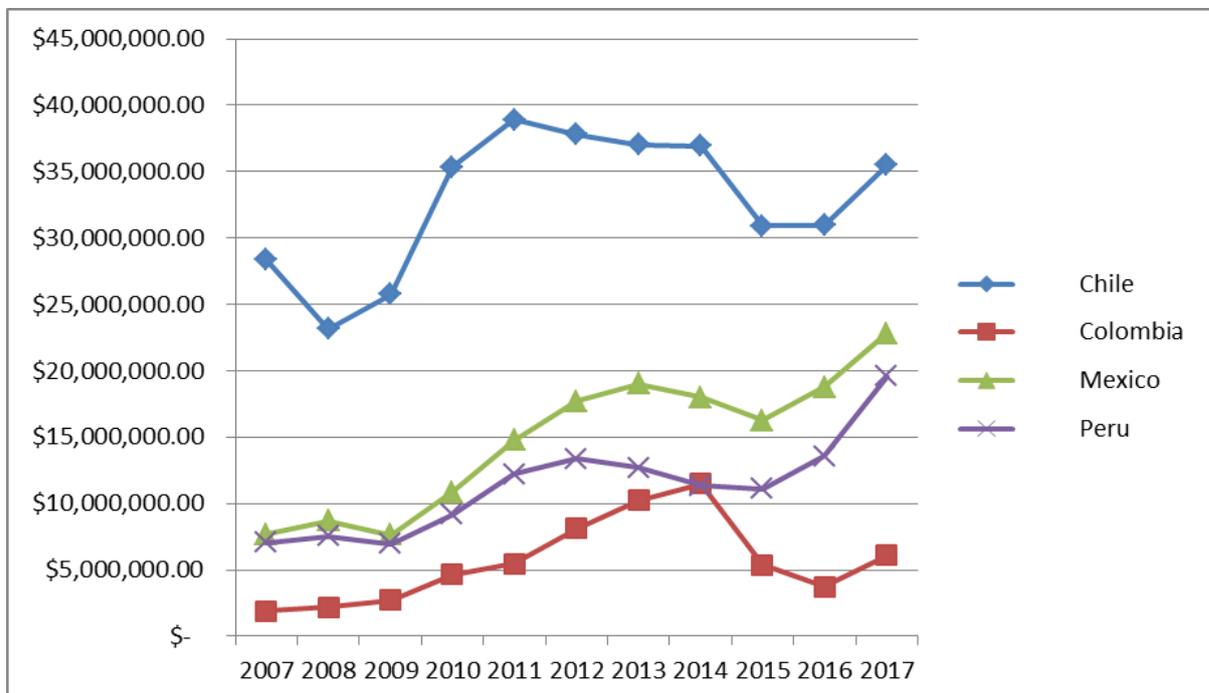
²⁴ Os dados sobre as exportações dos países da Aliança do Pacífico para os países da América do Sul coincidem com os dados das exportações para a Unasul. A decisão foi privilegiar o recorte geográfico, pois é uma variável abordada ao longo da pesquisa.

Gráfico 1 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para a China



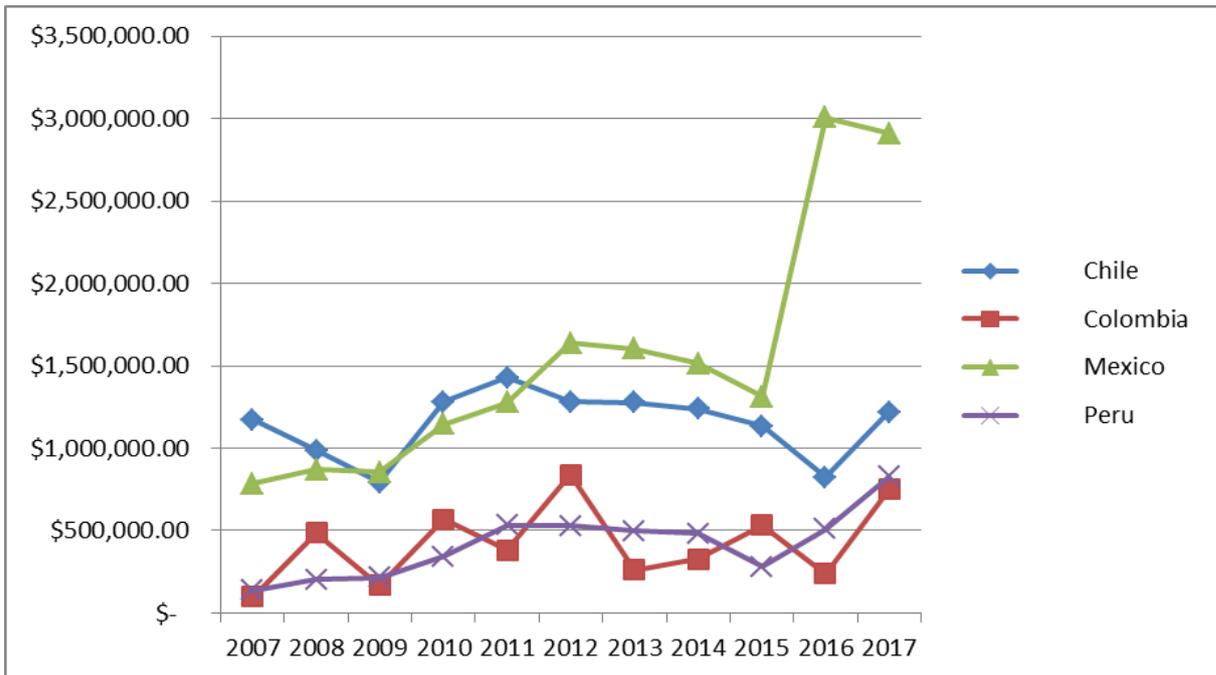
Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 2 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para a região Ásia



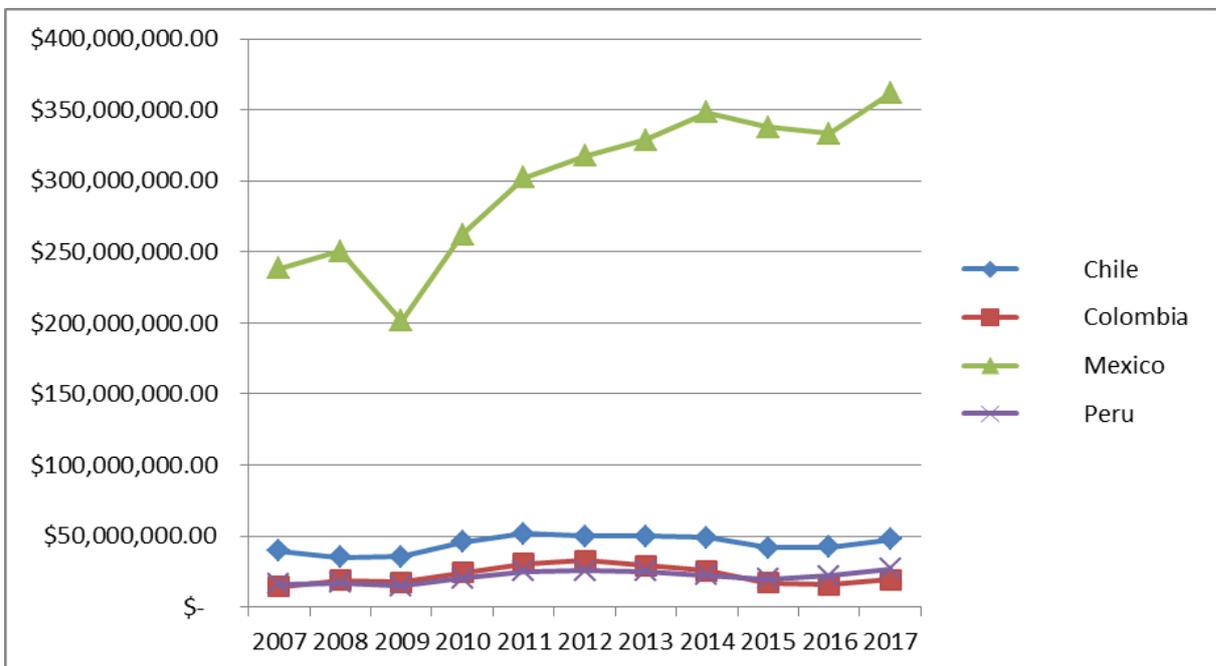
Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 3 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco ASEAN



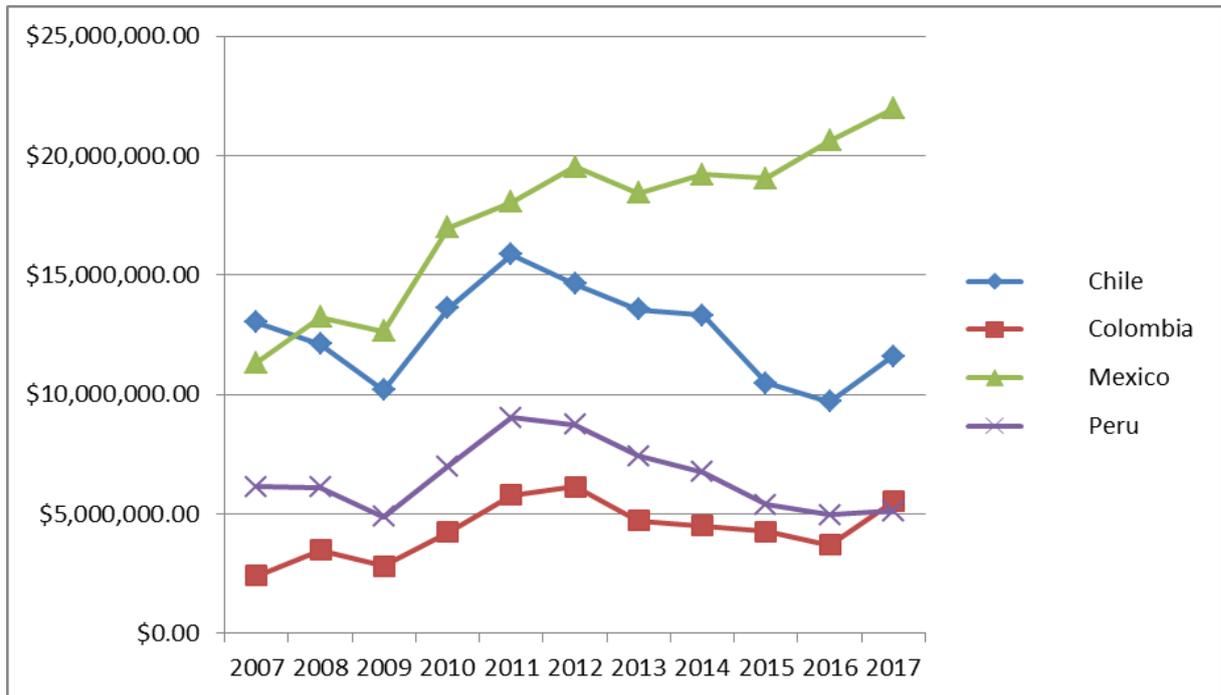
Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 4 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco APEC



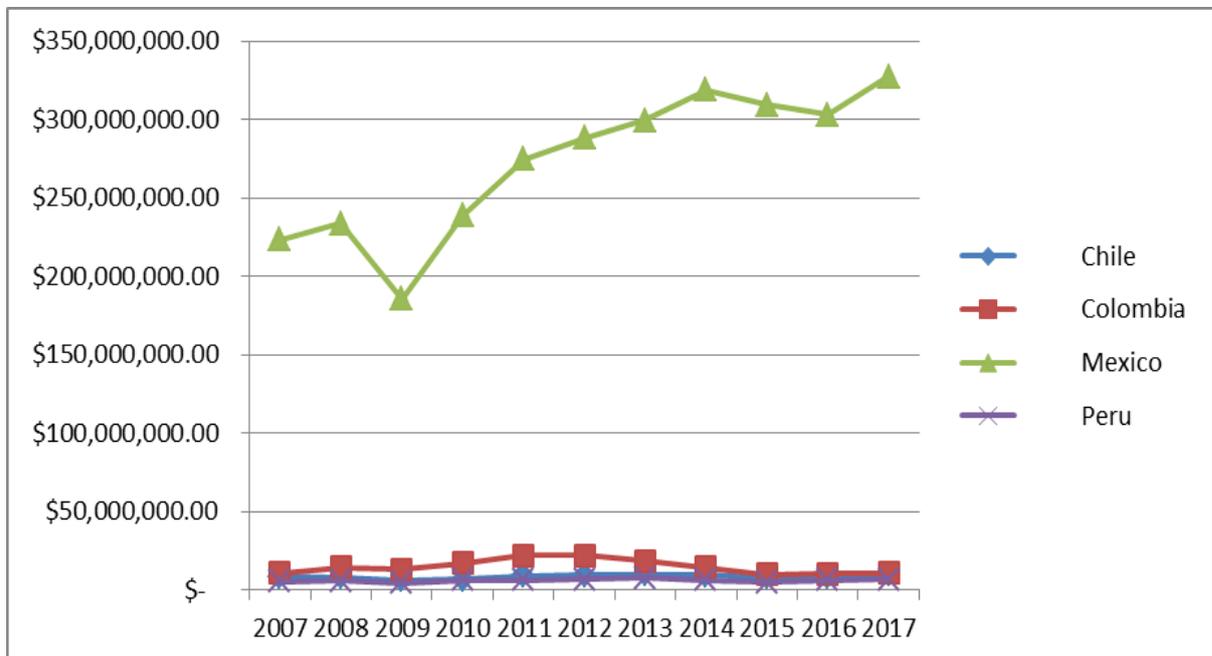
Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 5 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para o bloco TPP



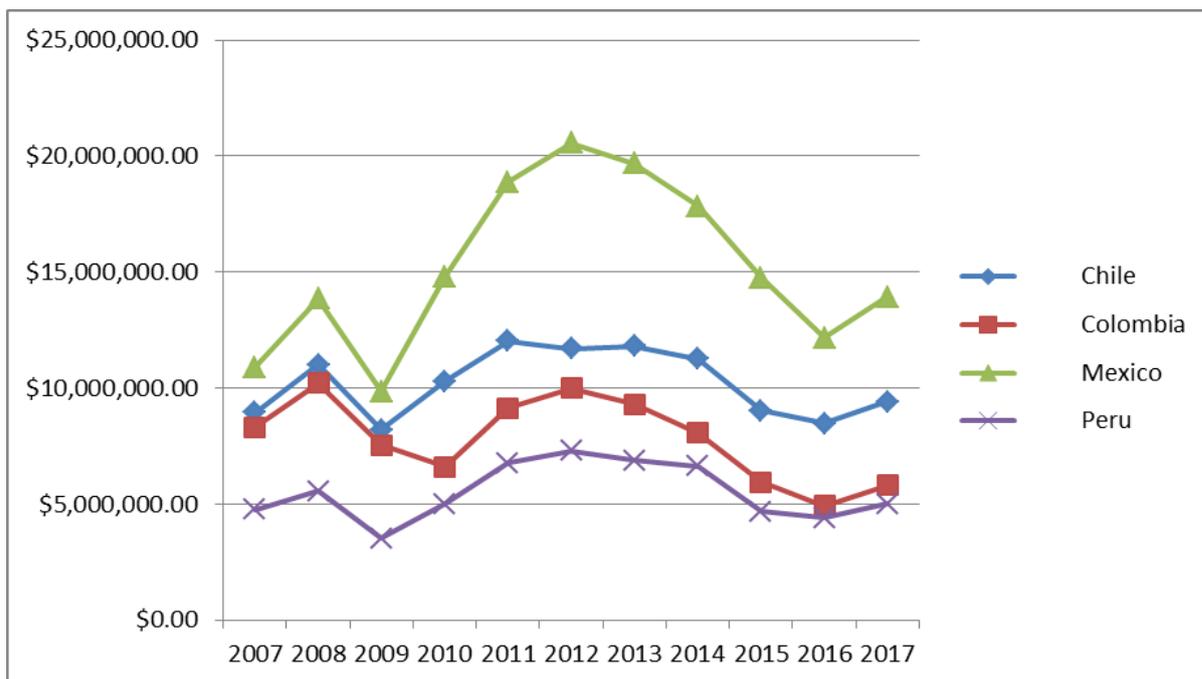
Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 6 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para os EUA



Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Gráfico 7 – Exportações dos países da Aliança do Pacífico para a América do Sul/Unasul



Fonte: Criação nossa, com base em UNCTADStat (2019).

Em relação às exportações direcionadas à região asiática e à China, o Chile se destacou como maior exportador, seguido pelo México em relação ao primeiro e pelo Peru em relação ao segundo, enquanto a Colômbia se posicionou em último nos dois. Ao comparar o desempenho entre os dois gráficos, percebeu-se que as curvas são semelhantes para Chile, Peru e Colômbia, o que leva a entender que o desempenho daqueles na região asiática se deve às exportações para a China, enquanto a curva de exportações mexicanas cresce no gráfico de exportações à Ásia de 2009 a 2015.

Em relação aos blocos APEC e TPP, o México se destacou como maior exportador, seguido por Chile, Colômbia e Peru, tendo estes dois últimos desempenhos semelhantes em relação ao primeiro bloco; em relação ao segundo, o México se destacou como maior exportador, seguido por Chile, Peru e Colômbia. O destaque para o México nesses dois blocos pode ser justificado pela presença dos EUA e do Canadá nos mesmos e, portanto, às expressivas exportações mexicanas para os EUA. Ao observar as exportações aos EUA, disparadamente o México se posiciona em primeiro lugar, seguido por Colômbia, Chile e Peru.

Por último, as exportações desses países aos países membros da Unasul, ou seja, todos os países da América do Sul, o México se destacou em primeiro; isso se deve a que o país não faz parte do bloco e nem do subcontinente, e nas exportações desse país incluem-se as exportações para Chile, Colômbia e Peru, seus pares na Aliança do Pacífico. O México é seguido

por Chile, Colômbia e Peru – os quais exportam apenas aos seus vizinhos regionais, e não a o México.

Portanto, os dados corroboram para que a China e a região asiática sejam mais atrativas principalmente para Chile, Peru e Colômbia, e acomodam os interesses mexicanos, pois os Estados Unidos, país cujas exportações mexicanas superam as dos demais países da Aliança do Pacífico, está presente em organismos como a APEC e TPP. Por último, os países têm expressivas exportações aos seus vizinhos regionais, porém, as exportações e a percepção deles sobre o dinamismo da região asiática são os fatores que mais pesam sobre as preferências de relacionamento externo da Aliança do Pacífico. Tendo isto em vista, elencamos brevemente, nas subseções seguintes, a relação entre política externa, abertura comercial e atores envolvidos que elucidam as motivações para que cada país participasse da Aliança do Pacífico.

3.5.1 Peru

O Peru tem orientado sua política externa à Cuenca do Pacífico por uma estratégia de vinculá-lo comercialmente à região Ásia-Pacífico, o que também possibilita os projetos de cooperação internacional e que o país se torne uma ponte entre aquela e a América do Sul. A partir de 2006, o espaço geográfico do Pacífico passou a ser considerado como um elemento fundamental de sua inserção internacional, o que levou o país a tomar a iniciativa para conformar tanto o Arco do Pacífico Latino-Americano quanto a própria Aliança do Pacífico (ESQUIVEL, 2016).

As administrações García I (1985 – 1990), Fujimori (1990 – 2000), Toledo (2001 – 2006) e García II (2006 – 2011) reafirmaram o processo de abertura comercial e o objetivo de tornar o país em liderança comercial no Pacífico sul-americano foi intensificado a partir da administração Toledo. Em 2008 é reforçada a participação peruana na APEC para que pudesse, mais adiante, ingressar no TPP (BARÓN, 2014).

Segundo Esquivel (2016), identificam-se três fatores que explicam a iniciativa peruana de conformar a Aliança do Pacífico: a vontade do ex-presidente em deixar um legado para o regionalismo latino-americano (fator endógeno); a manutenção do modelo neoliberal vigente da década de 1990 que tem privilegiado a agenda comercial da política exterior (fator ideológico); e a contestação ao projeto bolivariano (fator exógeno).

Assim como seus pares, abertura comercial proposta pelo bloco está em conformidade e reafirma a política de abertura comercial do país e permite um espaço em que o Peru, conjuntamente a Colômbia, Chile e México, atue em um mundo globalizado (POSADAS, 2014). Por ser o único país da Aliança do Pacífico que também faz parte da APEC, do TPP/CPTPP,

Comunidade Andina, o Peru pode adquirir um importante papel articulador entre as duas regiões (RÍOS, 2017).

Essa reafirmação da política de abertura comercial em diferentes governos é resultado da incidência da elite limenha na política exterior econômica principalmente no período Fujimori (1990 – 2000), a qual incidiu na construção daquela de acordo com os princípios multilaterais da OMC. As decisões macroeconômicas desse governo foram reiteradas pelas administrações seguintes e conformando-se na estratégia peruana de aprimorar as relações comerciais e de investimentos com os sócios transpacíficos (BARÓN, 2014).

Fazem parte do CEAP, capítulo Peru, a *Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas* (CONFIEP), *Sociedad de Comercio Exterior del Perú* (COMEX), *Asociación de Exportaciones* (ADEX), *Sociedad Nacional de Industrias* (SNI) (ANDINA, 2017).

3.5.2 Chile

A economia de mercado chilena é marcada por um ciclo institucional de três etapas: a primeira, logo no pós-independência, um desenvolvimento do sistema de mercado aberto ao comércio internacional até 1930; a segunda, até 1973, marcado pelo Estado interventor com crescente planificação centralizada e alto protecionismo, seguindo o modelo de substituição de importações; e o último, desde 1974, de abertura e liberalização plena. De certa forma, os grandes ciclos do desenvolvimento chileno estiveram em função do mercado internacional (GOMÁ, 2007; KING, 2012).

Durante a ditadura militar chilena, de 1973 a 1990, a elite política optou por acelerar a liberalização econômica radical. A Concertação, coalizão que assumiu o governo no período de 1990 a 2010, preservou o modelo neoliberal como sistema econômico fundamental em um contexto de globalização e, conseqüentemente, de enfraquecimento das alternativas anteriores de intervenção estatal (GOMÁ, 2007).

Com ênfase no campo econômico, os governos da Concertação, que agrupava partidos políticos contrários ao regime militar e inclusive contra sua orientação econômica, assumiram o legado econômico daquele período entendendo que no contexto de crescente globalização e descentralização, não haveria espaço para um Estado "onipresente"; a principal questão foi como evitar que esta economia de mercado continuasse a avassalar a sociedade (GOMÁ, 2007). Outro desdobramento do processo de globalização, é que esse incidiu em que os espaços nos processos de tomada de decisão fossem reduzidos de tal forma que não seria possível promover mudanças profundas no sistema econômico, apenas ajustes (KING, 2012).

A relação do Chile com a região Ásia-Pacífico tem sido uma constante desde o final do século XX; atualmente, a vinculação do Chile com a América Latina está atrelada a uma estratégia de maior inserção global em que, para atuar como um país ponte entre as duas regiões, o Chile necessita um entorno regional estável. Quanto à Aliança do Pacífico, a adesão do Chile como membro pleno foi considerado um feito inédito para a política externa do país na área de integração regional – na qual o Chile optava por manter-se como membro associado nos organismos para não obstaculizar sua estratégia de abertura comercial. O processo de tomada de decisão esteve circunscrito ao presidente e o ministro de Relações Exteriores, os quais operavam politicamente; principalmente o presidente na época, Sebastián Piñera (2010 – 2014), o qual manteve participação ativa no bloco. Isso se insere em um contexto mais amplo de que a política externa chilena tem sido marcada por um presidencialismo forte (GALLARRETA, 2015).

Ademais, devido ao caráter fortemente comercial da política externa chilena nas últimas décadas, a Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON), organismo técnico responsável por assessorar a chancelaria e executar as propostas econômicas no exterior, tem tido um papel chave dentro do Ministério de Relações Exteriores (GALLARRETA, 2015). Segundo a assessora do Departamento Aliança do Pacífico da DIRECON, Paola Calcagni (2018), o bloco confirma a vocação do país de se abrir ao mundo de forma unilateral, bilateral e plurilateral; formas simultâneas, mas que buscam ser complementárias.

Quanto aos atores domésticos, a SOFOFA e a *Confederación de la Producción y Comercio* (CPC) são instituições empresariais que historicamente tem tido uma vinculação positiva com a possibilidade de integrar-se economicamente com os demais países latino-americanos e asiáticos, além de fazerem parte da representação chilena no CEAP. A decisão do Chile de integrar a Aliança do Pacífico foi bem valorizada pelo empresariado e este tem participado ativamente do bloco na medida em que foi criada uma instância própria para a classe e se tem investido em eventos para promovê-lo (SILVA, 2015). Ademais, destaca-se o diálogo fluido e próximo entre os governos, mesmo com a mudança de Piñera a Bachelet, e o empresariado em temas a serem discutidos no CEAP (ALVEAR, 2018, LEYTON, 2018; PRIETO, 2018).

3.5.3 Colômbia

A política externa do governo de Juan Manuel Santos (2010 – 2018) teve como um de seus pilares a política comercial externa, de forma que uma de suas diretrizes foi o fortalecimento dos laços diplomáticos e comerciais com países que compartilhavam interesses econô-

micos similares. A Aliança do Pacífico reforça os vínculos da Colômbia com Chile, Peru e México, pois há uma convergência com respeito à abertura comercial e relacionamento com países de maior crescimento econômico – ou seja, os da região Ásia-Pacífico – e também reforça os vínculos com a região, visto que durante o governo do ex-presidente Uribe as relações com os EUA foram privilegiadas (BUELVAS; VÉLEZ; ALEGRÍA, 2014).

Para além da região, a Aliança do Pacífico reafirma o objetivo de reajustar-se às mudanças da ordem global e aproximar-se justamente da região Ásia-Pacífico: a Colômbia já era membro da APEC e inscrita no TPP, com a Aliança do Pacífico, o país poderia ter uma melhor atuação na agenda global (mesmo que não tenha capacidades materiais de uma potência regional). Ademais, a Aliança do Pacífico pode incrementar o intercâmbio comercial na região e uma melhor inserção do país na China uma vez que esta é a segunda sócia comercial da Colômbia, mas cuja relação não favorece plenamente a Colômbia (BUELVAS; VÉLEZ; ALEGRÍA, 2014). O bloco também é considerado como um mecanismo de *softbalancing* ao Brasil, ao passo que a fortalece a Colômbia para posicionar-se regionalmente e negociar com o Brasil com respeito às questões políticas e econômicas da região (BUELVAS, 2016).

Segundo a página *web* de Ministério de Relações Exteriores colombiano, a Aliança do Pacífico é importante para o país por ser um processo aberto, flexível, com metas claras, pragmáticas e coerentes com o modelo de desenvolvimento e política exterior. Ademais, seria um processo inclusivo que não busca ser um contraponto a outras iniciativas regionais (CANCILLERÍA, 2018).

Igualmente a seus pares, Colômbia preserva o modelo de economia de livre-mercado, optando por aprofundá-lo à medida do possível; desta forma, a percepção de que a integração regional deve se desenvolver a partir de tratados de livre-comércio e se fundamenta na abertura econômica. No âmbito doméstico, a Aliança do Pacífico é apoiada pela *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia* (ANDI), a qual participa do CEAP, pela *Federación Nacional de Comerciantes* (FENALCO), por congressistas que participam da Comissão Interparlamentar, e inclusive por alguns membros das Forças Armadas, os quais preferem uma maior aproximação com os países da Aliança do Pacífico do que com a ALBA. Por outro lado, o setor pecuário e uma parte importante do setor agrícola se mostraram reticentes, pois entenderam que as negociações do bloco poderiam trazer prejuízos aos mesmos (BUELVAS; VÉLEZ; ALEGRÍA, 2014).

3.5.4 México

O caso do México se difere dos demais analisados. Em relação a este país, questões relativas à política comercial estão presentes para que o país participe da Aliança do Pacífico, no entanto, os fatores geopolíticos são determinantes. Enquanto Chile, Colômbia e Peru vislumbram a ideia de que podem atuar individualmente como ponte entre a América do Sul e a Ásia, para o México, a Aliança do Pacífico é a ponte entre esse país e a América Latina – região da qual se afastou durante a década de 1990.

Desde a entrada do México no NAFTA em 1992, considera-se que esse país distanciou-se politicamente da América Latina; por exemplo, durante a administração de Vicente Fox (2000 – 2006), a relação do México com países latino-americanos foi de baixa intensidade, sendo marcada por tensões com a Argentina e Chile, rivalidade com o Brasil e atritos diretos com Cuba e Venezuela. A partir de 2006, com a posse do ex-presidente mexicano, Felipe Calderón, houve esforços para situar o México nos processos regionais, sendo exemplos a intensa participação do país na construção da CELAC, e posteriormente no Arco do Pacífico Latino-americano e a Aliança do Pacífico (ZICCARDI, 2014; BUELVAS, 2016).

A participação mexicana na Aliança do Pacífico se deve pelo interesse da administração Calderón em fazer parte das negociações do nascente bloco, iniciativa que foi positivamente considerada por Chile, Colômbia e Peru, os quais entenderam que o peso econômico do México e seu mercado abrangente seriam cruciais para dar massa crítica ao bloco (NAMIHAS; NOVAK, 2016).

Com a administração de Enrique Peña Nieto (2012 – 2018), o interesse de reforçar a presença do México na América Latina é continuado. Considera-se que a Aliança do Pacífico se insere na política externa mexicana como parte dos objetivos de transformar o país em um poder econômico emergente e um ator com responsabilidade global (ZICCARDI, 2014; BUELVAS, 2016).

Quanto aos ganhos comerciais que a Aliança do Pacífico possibilita ao México, Ziccardi (2014) aponta que o México já possuía acordos de Livre-Comércio com Chile e Colômbia, e um acordo econômico com o Peru; com a Aliança do Pacífico, até 2014 as trocas comerciais do México com os demais países continuaram baixas: apenas 1% das importações mexicanas e 2,2% das exportações. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico não seria apenas um mecanismo para interligar os países que já eram importadores de manufaturas mexicanas, mas também um mecanismo para o México se firmar na América do Sul e influenciar a América Latina como um todo. Desta forma, o aspecto geopolítico tem mais relevância para explicar a participação mexicana no bloco.

A Aliança do Pacífico proporciona um espaço para que o México se volte para a região latino-americana após décadas focado no NAFTA e se projete como um país de peso à semelhança do Brasil (BUELVAS, 2016). A questão sobre uma possível disputa por influência na região entre Brasil e México será analisada mais adiante.

No que diz respeito aos representantes mexicanos no CEAP, Naddi (2018, p. 149) destaca a participação de sete nomes relevantes no setor empresarial: Valentín Díez Morodo (líder do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior), Carlos Slim Domit (America Movil, Grupo Carso, Grupo Sanborns e Telmex), Francisco del Valle (Elementia, Grupo Pochteca, Controladora Gek SAPI, Kalus AS, Mexicana de Servicios para la Vivienda e Banco Inmobiliario Mexicano S.A), Luis Robles (Grupo Financiero BBVA, Bancomer e Associação de Bancos do México), Juan Pablo Castañón (Industrias Vepinsa, Campo J y F, Bienes Raíces Empresariales e Almacenes El Faro de Los Mochis), Sergio Contreras (Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior e Latin Capital S.C) e Francisco Gonzáles (ProMéxico).

Sendo assim, a presença do México na Aliança do Pacífico pode ser entendida como resposta a três cenários que se colocam como desafios ao país: a dependência econômica em relação aos EUA; o crescimento econômico da região Ásia-Pacífico; e o afastamento do México das iniciativas regionais. Os interesses comerciais e, principalmente, geopolíticos assumem maior relevância para explicar o interesse mexicano em fazer parte deste bloco (NADDI, 2018).

3.6 O Estado da Arte dos estudos sobre a relação Brasil e Aliança do Pacífico

Como argumentado nas seções anteriores, a Aliança do Pacífico fomenta um modelo de integração que prevaleceu durante a década de 1990, o qual foi revisto pelos países do Mercosul ao longo da primeira década do século XXI. Assim, o surgimento da Aliança do Pacífico suscitou na Academia uma discussão sobre a fratura nos eixos "Atlântico e Pacífico" quanto às visões de integração regional, o que representaria, portanto, uma contraposição de modelos entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico (SANAHUJA, 2016).

Para sustentar o argumento de contraposição de modelos, os trabalhos não apenas recorrem aos estudos de regionalismo latino-americano, mas aos de política externa – ideias e iniciativas – para dar evidências dessa contraposição. Nesse sentido, ainda que os trabalhos discutam a contraposição por uma análise dos modelos, ou seja, entre Aliança do Pacífico e Mercosul, aqueles também fazem menção aos impactos que o primeiro bloco teve sobre a política externa brasileira.

Em relação aos trabalhos que abordam os impactos da Aliança do Pacífico na política externa brasileira, aqueles se dividem em três frentes de análise: 1) análise por modelos regionalistas; 2) análise pela questão de influência sobre a região (discussão centrada na disputa de liderança entre Brasil, México, EUA e China sobre a América do Sul); 3) análise pela política externa brasileira.

3.6.1 Análise por modelos regionalistas

Este tipo de análise baseia-se, em um primeiro momento, na comparação de modelos e em seguida na correlação com a política externa: ou seja, a Aliança do Pacífico se difere do Mercosul, logo, se contrapõe a ele; como o Brasil faz parte de Mercosul, a Aliança do Pacífico se contrapõe àquele também.

O argumento principal é que a Aliança do Pacífico tem um impacto sobre a política externa brasileira devido ao modelo de integração que fomenta, logo, sobre sua estratégia de inserção e desenvolvimento econômico – mas que foi amenizado durante o governo Temer. A Aliança do Pacífico e o Mercosul seriam modelos diversos e contraditórios de integração econômica por refletirem preferências nacionais distintas, além de terem relação com o que se entende por futuro do comércio internacional, em que a Aliança do Pacífico estaria mais próxima desse ao se abrir para as cadeias globais de valor e o Mercosul mais distante ao preservar seu grau de protecionismo com a TEC (RUIZ, 2014; BERNAL-MEZA, 2015; MENEZES; MARIANO, 2016).

A resistência brasileira pelo novo bloco, segundo Actis (2014), explica-se pelas opções nacionais em relação a cinco variáveis. Em relação às estratégias de desenvolvimento, o Brasil segue um modelo híbrido (aspectos de abertura seletiva e de protecionismo) enquanto a Aliança do Pacífico segue um modelo liberal; em relação à inserção comercial internacional, o Brasil tem uma tradição protecionista e a Aliança do Pacífico, de abertura comercial; em relação à vinculação com os EUA, enquanto o bloco é mais acomodado àquele, o Brasil adota uma oposição limitada; com respeito ao papel que desempenham no sistema internacional, o Brasil tem sido mais ativo em processos globais enquanto os países da Aliança do Pacífico assumem um posicionamento mais passivo à globalização; por último, segundo o tipo de regionalismo, o Brasil segue o regionalismo pós-liberal enquanto o bloco segue o regionalismo aberto. No entanto, a distância não se explica por decisões conjunturais ou ideológicas dos governos, mas envolvem questões mais profundas e estruturais que não só obedecem a elementos comerciais.

É uma análise que também inclui a discussão acerca das ideologias dos dois blocos: a Aliança do Pacífico agrupa países que convergem, ainda que em diferentes graus, quanto à defesa do mercado, da globalização e da liberalização comercial, enquanto os países do Mercosul convergem quanto a globalização ser um desafio para o desenvolvimento nacional, a proeminência do Estado sobre o mercado, o fomento do comércio intrarregional e uma agenda de integração para promover uma política social regional e uma integração produtiva da região (RUIZ, 2014; HENDLER, 2015).

Ao analisar os modelos de integração de blocos, afirma-se que a Aliança do Pacífico se torna um constrangimento externo ao Brasil: como o primeiro adota a abertura comercial enquanto estratégia de inserção internacional, a Aliança do Pacífico traz implicações ao Brasil por este fazer parte do Mercosul, no qual a TEC faz parte da estratégia de inserção econômica internacional, realça a liderança brasileira sobre a região e reflete o caráter protecionista do país (justamente por este projeto ser, na sua origem, um projeto brasileiro). Ainda sobre a TEC, o modelo de integração proposto pela Aliança do Pacífico incide na discussão sobre a não consolidação da União Aduaneira do Mercosul e efetividade do mesmo (BARTESAGHI, 2013; SERRANO; GALARRETA, 2013; VEIGA, 2014; BERNAL-MEZA, 2015).

3.6.2 Análise pela questão de influência sobre a região

A Aliança do Pacífico reflete não apenas a região onde se localiza parcialmente – países da costa pacífica –, mas a região onde busca maior projeção. Como argumentado nas seções anteriores, os países da Aliança do Pacífico já eram membros da APEC antes da conformação da primeira; participam do TPP/CPTPP; estreitam laços com a ASEAN; e estão em processo de finalizar os acordos com os Estados Associados da Aliança do Pacífico.

O surgimento da Aliança do Pacífico também evidencia o papel da região nos projetos de integração: enquanto o Mercosul é um bloco que busca consolidar uma identidade sul-americana e direcionado a essa região, a Aliança do Pacífico é um bloco direcionado ao mundo, principalmente à região Ásia-Pacífico (BERNAL-MEZA, 2015).

A abertura de mercados, o estabelecimento de tratados de livre-comércio com diversos países e também a aproximação com a China e os EUA decorrente da projeção em direção à Ásia-Pacífico demonstram que o bloco tem importância política e econômica, de modo a lidar com algumas potências emergentes como o Brasil (FRANCO, 2015)

Nesse sentido, a disputa pela influência sobre o espaço também se torna uma questão importante sobre o contraste entre os dois blocos. No caso de contraste com o Brasil, o espaço em questão é justamente o sul-americano.

A ideia de América do Sul se torna parte da realidade da política externa brasileira na medida em que esta buscou distanciar-se da influência estadunidense e mexicana da região ao mesmo tempo em que passou a valorizar o processo de integração em infraestrutura da região (MELLO, 2002; LIMA, 2013). A dimensão sul-americana é reforçada pela política exterior do Brasil diante constrangimentos externos (NAFTA, ALCA, UE), sendo institucionalizada em 2008 com a Unasul (MELLO, 2002; TEIXEIRA, 2011).

O modelo de integração da Aliança do Pacífico seria conveniente ao relacionamento bilateral e de cunho comercial que os EUA tinham para com a região latino-americana. Com o declínio da presença estadunidense na região e aumento da presença chinesa na região, conservou-se o tal padrão de relacionamento, pois este é o que China vem adotando com os países sul-americanos mais recentemente (PECEQUILO, ALVES, 2016).

Ademais, ao incluir o México, o bloco permite que esse país possa ter algum tipo de influência na América do Sul e contrabalancear a influência brasileira sobre a mesma (SERRANO; GALARRETA, 2013; NOLTE; WEHNER, 2014; ZICCARDI, 2014). O argumento central é que o México, sendo o país de maior peso na Aliança do Pacífico, e Brasil, o de maior peso no Mercosul disputariam a liderança sobre espaço sul-americano (BARTESAGHI, 2013; BERNAL-MEZA, 2015). Logo, o primeiro contrasta com a política externa brasileira pelo viés da disputa pela influência sobre o espaço regional.

3.6.3 Análise pela política externa brasileira

Este 3º tipo de análise centra-se em como o Brasil, pelos formuladores tradicionais de política exterior, percebem e tratam a Aliança do Pacífico em sua agenda de integração regional. Por um lado, estão os estudos sobre a política externa brasileira para a América do Sul, os quais caracterizam a PEB do período mais recente e a partir de aí traçam um paralelo entre essa e a Aliança do Pacífico.

Assumem que as afinidades com os governos regionais de cunho progressista e a delimitação da América do Sul enquanto espaço regional de ação brasileira foram características dos governos Lula da Silva que permaneceram durante primeiro governo Rousseff, porém, com menos proativismo, caracterizando-se mais como uma política externa "reativa" (CORNETET, 2014; SARAIVA, 2014; MARIANO et al, 2015; MIRANDA; RIBEIRO 2015).

O declínio do crescimento econômico brasileiro é tido como um dos constrangimentos externos que teve repercussão direta sobre as ações brasileiras: nesta dimensão, priorizaram-se as questões econômicas de curto prazo e os vínculos bilaterais em matéria de cooperação técnica e financeira, limitou-se a margem de ação do Brasil (uma vez que se tinha menos a

oferecer em negociações) e demandou-se da política externa uma posição mais incisiva quanto à questão do desenvolvimento (SARAIVA, 2014; CORNETET, 2014).

Quanto à Aliança do Pacífico, estão os estudos que argumentam que a essa não foi percebida de modo consensual pela diplomacia brasileira, resultando na ausência de um posicionamento explícito por parte do governo, mas que recentemente vem se aproximando por meio do Mercosul para facilitar o comércio entre ambos os blocos (SARAIVA, 2014; SARAIVA; GOMES, 2016).

Por outro lado, a relação de complementariedade e/ou contraste entre o projeto de integração da Aliança do Pacífico e o proposto pelo Brasil é examinada a partir de estudos que, além de ressaltar as ideias de política exterior para a integração regional de maneira geral, tratam as percepções dos atores domésticos sobre este tema e fatores exógenos que contribuíram para que o Brasil se aproximasse da Aliança do Pacífico – em especial, a iniciativa chilena em 2014 denominada "*Convergencia en la diversidad*".

Nesse tipo de análise há um olhar mais atento às figuras do Presidente, Ministro de Relações Exteriores (MRE) e inclusive do Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior (MDIC); representantes do empresariado – Confederação Nacional de Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – e periódicos nacionais – “Folha de S. Paulo”, Estado de S. Paulo e “Valor Econômico”.

Esses estudos argumentam que a relação do Brasil com a Aliança do Pacífico se dá em dois tempos: o primeiro, de 2011 a 2013, de resistência; e o segundo, de 2014 em diante, de aproximação envolvendo também outras agências governamentais, como o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Sua criação “despertou, no começo, a resistência do Itamaraty, que procurou minimizar o impacto sobre os rumos da integração na região” (MENEZES; BANZATTO, p.140, 2016).

Um exame mais a fundo sobre os impactos da Aliança do Pacífico nos atores domésticos indica que aquela foi percebida de maneira muito diversa pelos mesmos e pelos representantes de política externa: os meios de comunicação e os setores empresariais mostraram interesse e apoio ao modelo de integração do bloco, enquanto setores do governo apresentaram uma posição mais cética em relação à potencialidade deste novo bloco (BRESSAN; LUCIANO, 2016).

Isso se deve ao fato de que Aliança do Pacífico e seu modelo pautado na liberalização comercial tende a influenciar as preferências brasileiras à medida que estimula uma divisão interna de visões políticas sobre a melhor forma de inserção internacional. A Aliança do Pacífico suscita questões referentes à política econômica interna, em que há um esgotamento do

modelo protecionista, resultando no isolamento do Brasil do comércio internacional (VEIGA, 2014; BERNAL-MEZA, 2015; MARIANO, 2016).

A ideia de estabelecer um diálogo com o Mercosul inicia-se em 2014 a partir da chancelaria chilena, sob Heraldo Muñoz, que expressa a intenção do governo chileno de buscar complementariedades entre os dois blocos. Nesse contexto, ressalta-se a proposta brasileira de aplicar uma tarifa zero aos países sul-americanos da Aliança do Pacífico durante a Cúpula do Mercosul em julho daquele ano (CASTILLO, 2015; BERNAL-MEZA, 2015).

No que diz respeito aos processos de integração regional, entende-se que há uma revisão da lógica daqueles na agenda de política externa atualmente, a qual passou a defender um projeto de retomar o regionalismo aberto, em que a aproximação com a Aliança do Pacífico se torna ainda mais incisiva (MENEZES; MARIANO, 2016).

Após elaborar um panorama sobre os estudos que relacionam a Aliança do Pacífico e a política externa brasileira, esta dissertação de mestrado optou por seguir a linha do 3º tipo de análise, em que almeja a realizar uma pesquisa empírica de maior profundidade sobre o tema. Os dados analisados poderão corroborar a literatura existente sobre o tema ou, ainda apresentar uma nova análise sobre o mesmo.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DIANTE A ALIANÇA DO PACÍFICO

Como argumentado no segundo capítulo, a criação da Aliança do Pacífico foi percebida de maneira muito diversa pelos atores domésticos e os representantes de política externa; a partir de 2014, o Brasil passa se aproximar do bloco e esta se tornou ainda mais incisiva com a reorientação da política externa do governo de Michel Temer (BRESSAN, LUCIANO, 2016; MENEZES, BANZATTO, 2016; MENEZES, MARIANO, 2016). Desta forma, ao longo do capítulo, buscou-se mostrar as percepções e ações da política externa brasileira em relação à Aliança do Pacífico. O capítulo é dividido em quatro seções: 1) escolha das variáveis, metodologia e dados da pesquisa; 2) primeiro governo Rousseff (2011 – 2014); 3) segundo governo Rousseff e governo Temer (2015 – 2018); 4) análise do objeto de estudo e apresentação dos resultados.

4.1 Escolha das variáveis, metodologia e dados da pesquisa

A pesquisa realizada partiu da motivação de identificar quais foram as percepções, os discursos e ações da política externa brasileira em relação à Aliança do Pacífico, desde seu surgimento até 2018, para responder à pergunta inicial: a partir das percepções brasileiras e como a política externa se relaciona com a Aliança do Pacífico, esta se apresenta como conflitante ou complementar aos objetivos brasileiros relativos à integração regional estabelecidos?

Portanto, com o embasamento teórico do capítulo 1, foi de interesse da pesquisa identificar o que os agentes governamentais, principalmente Presidente e Ministro de Relações Exteriores, discursaram e propuseram em relação a este novo bloco em quais espaços de interação social. Esta escolha se fundamenta no que a literatura da área argumenta sobre a relevância destes dois atores no processo de formulação de política externa, seja pelas garantias constitucionais previstas ou pela tradição do Itamaraty naquele.

Partimos do pressuposto que o Brasil desempenha o papel de agente socializador, buscando promover sua visão de integração regional à medida que sustenta suas ideias através da argumentação e barganha diante a Aliança do Pacífico.

Para tanto, a partir da literatura acadêmica sobre o tema, explorada na subseção 3.6.3, adotou-se dois marcadores: o Brasil de “perfil de resistência” e de “perfil de diálogo” em relação à Aliança do Pacífico. Admitiu-se que tais marcadores poderiam variar de acordo com os contextos político, social e econômico do agente em questão, de forma a corroborar o que se tem estudado ou ainda trazer novos dados e análises sobre o tema.

Utilizou-se o *process-tracing*, método da análise qualitativa, o qual é definido como o exame sistemático de evidências coletadas e analisadas à luz dos questionamentos e hipóteses postos pelo pesquisador sobre o tema investigado. O método é útil tanto para descrever fenômenos políticos e sociais quanto para identificar uma cadeia causal (COLLIER, 2011).

O foco está na análise descritiva e sistemática das principais etapas de um processo, ou seja, no desenrolar de eventos, ao longo de determinado período. Faz-se necessário o conhecimento prévio do assunto para estabelecer quais são as evidências relevantes e a partir dessa identificação é possível realizar a descrição daquilo que compõe o processo, ou seja, os acontecimentos intermediários, os quais permitem uma boa análise da mudança e sequência (COLLIER, 2011). O pesquisador mapeia cuidadosamente o processo, explorando a extensão em que um evento sucede e se liga com os demais (CHECKEL, 2005b).

As contribuições do *process tracing*, além da identificação de fenômenos sociais e sua descrição sistemática, são a avaliação e (re)formulação de hipóteses, e a obtenção de informações sobre mecanismos causais. Esse método é compatível com outros dados qualitativos (memórias históricas, entrevistas, documentos e matérias jornalísticas) e também com outros métodos quantitativos, tais como análises estatísticas (CHECKEL, 2005b; COLLIER, 2011).

Uma forma de também obter informações sobre eventos específicos em um processo é a identificação dos atores políticos chave inseridos naquele e a realização de entrevistas com os mesmos, os quais podem contribuir de duas principais formas: corroborar com o que já foi afirmado por outras fontes e estabelecer o conjunto de ideias dos atores sobre determinado assunto (TANSEY, 2007).

Segundo Checkel (2005b), os aspectos de se empregar o método do *process-tracing* é que este se torna um método adequado para estudar o fenômeno da socialização, de modo que seja explorado mais a fundo; é possível fazer verificações teóricas mais fortes, uma vez que o pesquisador analisa a relação dados e teoria; e, finalmente, o método possibilita o construir pontes entre teorias a partir do sequenciamento temporal e domínios de aplicação.

O conhecimento prévio para a realização desta pesquisa é aquele sinalizado na Introdução e segundo capítulo: o surgimento de um novo bloco regional (Aliança do Pacífico) que resgata um modelo de integração regional da década de 1990 (regionalismo aberto), o qual passou por uma revisão com a ascensão dos governos à esquerda no início século XXI em que a integração regional não se restringia apenas aos aspectos comerciais (regionalismo pós-liberal e/ou pós-hegemônico). Sabe-se que, a princípio, o Brasil possui uma postura cética em relação à Aliança do Pacífico, mas a partir de 2014 sua postura quanto ao novo bloco passa por uma mudança.

Utilizar o método *process-tracing* levou a duas contribuições nesta pesquisa: a primeira foi a realização da pesquisa aprofundada pela descrição detalhada dos posicionamentos oficiais do Brasil em ambientes de interação social sobre a Aliança do Pacífico – indicar quem, quando e o que se fala sobre a mesma. Ao explicitar esses três últimos elementos, a segunda contribuição foi a explicação causal da mudança de posicionamento do Brasil em relação à Aliança do Pacífico: quais fatores incidiram na mudança de posicionamento? A iniciativa do Chile em 2014 e a desaceleração da economia brasileira foram fatores suficientes para explicar a mudança da política externa?

Os dados coletados foram majoritariamente qualitativos:

1. Dados extraídos do site da Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores;
2. Os documentos “Mensagem ao Congresso Nacional” (documento divulgado pela Presidência da República ao Congresso Nacional em cada início de ano legislativo onde são apresentados os objetivos daquele ano em questão relativos às diversas áreas do plano de governo);
3. As notas telegráficas trocadas entre as Embaixadas brasileiras em Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia), Cidade do México (México) e Lima (Peru) e o Ministério das Relações Exteriores que tratam do assunto “Aliança do Pacífico”;
4. As atas e anexos das reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC) e Conselho do Mercado Comum (CMC);
5. Os Comunicados Conjuntos e as Declarações Conjuntas dos presidentes do Mercosul;
6. Os pronunciamentos e requerimentos disponíveis no site do Senado Federal;
7. As bases de dados eletrônicas disponíveis no Laboratório de Novas Tecnologias de Pesquisa em Relações Internacionais (LANTRI) da Unesp, que contém dados de jornais de grande circulação nacional, hemerotecas, banco de discursos oficiais, periódicos nacionais, seleção de notícias nacionais do MRE, seleção de notícias internacionais, notas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, catálogo de livros e artigos sobre política externa e integração regional. Nestas bases também estão disponíveis os dados armazenados na Hemeroteca de Política Externa Brasileira e Resenhas de Política Exterior do Brasil. As bases de dados estão indexadas em servidores do Laboratório de Relações Internacionais (FHCS/DERI/UNESP) e do próprio LAN-

TRI, estando disponíveis na rede local através do software de pesquisa avançada de texto integral (*Recoll Linux*).

8. Entrevistas;
9. Coleta de dados pelo serviço de *Web Google Alerts* para monitoramento e coleta dos mesmos: a ferramenta monitora os resultados que aparecem na *Web* conforme a seleção de termos específicos e os envia diretamente ao e-mail – por exemplo, os termos “‘Aliança do Pacífico’ AND Brasil” e “‘Aliança do Pacífico’ AND Mercosul”.
10. Coleta de dados pela Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011, que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, solicite informações públicas dos órgãos e entidades do Estado (GOVERNO FEDERAL, [2019]).

4.2 Primeiro Governo Rousseff (2011 – 2014)

Na Introdução, argumentou-se que América do Sul enquanto espaço regional de ação brasileira foram características dos governos Lula da Silva e que permaneceram durante primeiro governo Rousseff (CORNETET, 2014; SARAIVA, 2014; MARIANO et al, 2015; MIRANDA; RIBEIRO 2015). Por exemplo, no documento de 2011, a primeira “Mensagem ao Congresso Nacional” do novo governo brasileiro, o primeiro tópico abordado na área de Política Externa foi o papel da América do Sul para o país.

Neste documento, ressaltaram-se as iniciativas de política externa para a integração da América do Sul das gestões anteriores, reiterando a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao da América do Sul e indicando a continuidade do tratamento dos seguintes temas: integração energética, física e de infraestrutura; aprofundamento da integração do Mercosul (consolidação da União Aduaneira e aprovação do critério de representação cidadão no Parlamento); fortalecimento da Unasul; e fortalecimento das relações bilaterais com os vizinhos da região (BRASIL, 2011).

Ademais, a continuidade da preferência pela América do Sul manifestou-se pela manutenção dos funcionários da corrente autonomista do governo de Lula da Silva: Marco Aurélio Garcia (Assessoria da Presidência); Celso Amorim (Ministério da Defesa); Antônio Simões (SGAS); Antônio Patriota (MRE); e foi criado o cargo do Alto Representante do Mercosul, ocupado por Samuel Pinheiro Guimarães (CORNETET, 2014; SARAIVA, GOMES, 2016).

Com respeito à Aliança do Pacífico, conforme demonstrado no capítulo anterior, o anúncio da criação do bloco foi feito na Cúpula de Lima em abril de 2011; embora fosse considerado um passo inicial em direção à construção do bloco, os presidentes já sinalizavam as principais intenções e objetivos da Aliança do Pacífico, dentre elas, fortalecer o relacionamento com a Ásia-Pacífico e fomentar o regionalismo aberto.

A reação brasileira, por sua vez, ocorreu apenas em novembro em uma nota publicada no “Blog do Itamaraty”: a nota publicada fez menção ao debate crescente sobre os contrastes entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul, tratando de desmistificar a novidade do primeiro ao afirmar que a Aliança do Pacífico não era uma proposta inovadora, pois as iniciativas de livre-comércio já existiam nos marcos da ALADI:

A Aliança do Pacífico não é uma inovação. Esse projeto, em verdade, propõe-se a reunir iniciativas de livre comércio já em vigor nos marcos da ALADI. Em estágio posterior do processo de integração, o MERCOSUL configura uma união aduaneira, o que pressupõe não apenas a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias entre seus membros, mas também a adoção de uma Tarifa Externa Comum, cujas exceções se encaminham para a paulatina eliminação. Como projeto de integração voltado à facilitação do comércio e à cooperação aduaneira, a Aliança do Pacífico poderá, seguramente, valer-se da experiência e do acumulado histórico e institucional do MERCOSUL nessas matérias, de modo que possa cumprir plenamente a proposta de liberalização comercial que seus membros têm defendido (ITAMARATY, 2011).

Ao longo da nota, retratou-se o Mercosul como um estágio posterior do processo de integração e que, portanto, sua experiência poderia servir de exemplo para que a Aliança do Pacífico alcançasse plenamente a proposta de liberalização comercial contida em seus discursos. No que diz respeito à liberalização comercial, a nota apontou que o discurso de liberalização não podia ocultar o protecionismo em outras áreas:

A título de exemplo, a tarifa média de importação aplicada pelo Brasil está em torno de 12%, com picos de 30% para têxteis, vestuário e calçados. A média tarifária do México é de 6,3% para bens industriais e de 21,4% para o setor agrícola, com picos de 254% para óleos comestíveis, 250% para carnes, 245% para frutas, 210% para açúcares e confeitarias, 158% para cereais, 140% para cafés e chás e 125% para lácteos. Na Colômbia, a liberalização integral da pauta comercial entre os países membros da Aliança gera preocupações no setor agrícola local, que considera não ter condições de competir com seus concorrentes em países como México, Chile e Brasil. O compromisso com a liberalização total e irrestrita deve sair do discurso à prática (ITAMARATY, 2011).

Ainda no que diz respeito sobre as trocas comerciais, a nota informou que após 2019 a Aliança do Pacífico não traria impactos aos demais países da região uma vez que nesse ano se conformaria uma área de livre-comércio na América do Sul, por meio dos Acordos de Com-

plementação Econômica (ACE²⁵) da ALADI. Nesse sentido, posicionou o Brasil à frente dos demais países porque tem cumprido seu cronograma de desgravação tarifária com os vizinhos da região (ITAMARATY, 2011).

A nota também fez menção aos aspectos não comerciais de um projeto de integração regional que visam incorporar a sociedade e ter impacto no cotidiano dos cidadãos: redução de assimetrias (FOCEM); mobilidade acadêmica (Programa Marca); atenção às questões sociais (Instituto Social do Mercosul, Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais, Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos).

Com respeito aos documentos finais assinados pelos presidentes e presidentas do Mercosul nas Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul no ano de 2011, não se fez menção à Aliança do Pacífico (MERCOSUL, 2011a; MERCOSUL, 2011b). No entanto, cabe destacar que nos marcos da Reunião do Conselho do Mercado Comum realizada dia 20 de dezembro, tal como consta na Declaração Conjunta dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, foi decidida a criação de um Grupo de Diálogo de Alto Nível para impulsionar a incorporação de novos membros plenos ao Mercosul, fundamental para a consolidação do bloco e o fortalecimento da integração da América do Sul no contexto da integração latino-americana, segundo o documento (MERCOSUL, 2011c).

Por se ter dado uma maior atenção ao tema em uma declaração à parte dos comunicados conjuntos, permite-se a interpretação de que, ainda que o discurso governamental do Brasil buscasse desmistificar supostas rivalidades e defendesse o Mercosul enquanto projeto de integração avançado, o surgimento de um novo bloco criou um constrangimento e suscitou ações voltadas à incorporação de novos membros ao Mercosul.

Durante 2012, o posicionamento governamental brasileiro quanto à Aliança do Pacífico se deu em dois contextos: em junho, durante a crise política no Paraguai, que resultou na deposição do presidente Fernando Lugo; e em novembro, durante uma entrevista com Rousseff, em resposta ao questionamento sobre a reorientação econômica do bloco em direção à Ásia-Pacífico.

No primeiro, o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães Neto, alegou que a Aliança do Pacífico era uma estratégia estadunidense para a América do Sul, assim como também o eram o desgaste do Mercosul e dos governos progressistas da Argentina, Brasil e Uruguai (NETO,

²⁵ Os Acordos de Complementação Econômica (ACE) tem como objetivo promover os aproveitamentos de fatores produtivos, estimular a complementação econômica, assegurar condições equitativas de competição, facilitar a competitividade no mercado internacional. Os ACEs podem ser de dois tipos: acordos para conformar zonas de livre-comércio, os quais abarcam a eliminação total ou parcial do universo tarifário; e os acordos de preferências fixas, que são acordos seletivos que abarcam temas complexos e sensíveis, tal como o setor automotivo para Argentina, Brasil, México e Uruguai (ALADI, 2019a).

2012). Tal declaração ocorreu um dia após sua renúncia ao cargo de Alto Representante do Mercosul.

É indispensável mencionar que a suspensão do Paraguai do bloco, decisão com base na Carta Democrática, abriu espaço para que se acelerasse a inclusão da Venezuela no Mercosul e dessa forma aumentasse o número de membros plenos do bloco, além de incluir um país contrário ao modelo de integração proposto pela Aliança do Pacífico; a Venezuela, desde um primeiro momento, havia visto na Aliança do Pacífico uma intenção de retomar a ALCA e sua oposição à primeira fundamenta-se nas divergências de modelo de integração e inserção política internacional (BERNAL-MEZA, 2015).

No segundo, a manifestação partiu da presidente Dilma Rousseff durante entrevista concedida ao jornal “Valor Econômico”, a qual alegou que a Aliança do Pacífico tem vantagens para se voltar ao dinamismo da região Ásia-Pacífico e que o bloco teve certa indução dos Estados Unidos:

Eles estão fechando essa aliança porque acham que terão uma oportunidade maior lá e houve uma certa indução dos Estados Unidos [...] Acho que eles tentam essa saída, mas a saída para o Pacífico é complexa porque é uma saída para onde, para a China? Nós temos uma relação com a China de outra qualidade, nós queremos manter o comércio, as commodities, mas queremos – e os chineses mesmo reconhecem que é possível – aumentar as vendas de produtos manufaturados e agregar valor [...] Os países que fazem a Aliança do Pacífico, eles têm vantagens em fazer isso e eu tenho a impressão que é uma aliança mais para os Estados Unidos. Mas esse não é o tipo de problema que se coloca para uma economia como a brasileira. Nós temos que ter uma relação com os EUA e eu tenho certeza de que a partir da reeleição [Barack] Obama vamos poder acelerar essa relação, mas nós não somos um país de bens primários. E de uma coisa vocês podem ter certeza: dentro governo há uma convicção de que nós não iremos para um caminho de desenvolvimento se nós não dermos importância à indústria (ROUSSEFF, 2012).

O destaque para o setor industrial se deve ao entendimento de que aquele tem a capacidade de inovação, de atração de investimento e de articular os demais setores; segundo Rousseff, não se trata de proteger a indústria, mas de torná-la competitiva através da parceria público-privada (ROUSSEFF, 2012).

Como ocorrera no ano anterior, não se mencionou a Aliança do Pacífico em nenhum dos documentos do Mercosul de instância presidencial. Porém, durante a Cúpula do Mercosul em dezembro de 2012, seguinte à criação do CEAP pela Aliança do Pacífico em sua última

Cúpula, foi realizado o Foro Empresarial do Mercosul, o primeiro evento empresarial às margens da Cúpula do Mercosul desde a assinatura do Tratado de Assunção, com o objetivo de envolver a comunidade empresarial diretamente às discussões sobre a integração regional e o desenvolvimento regional (MERCOSUL, 2012a).

Ademais, em novembro, Conselho do Mercado Comum havia aprovado²⁶ a Decisão 64/12, a qual manifesta o interesse do bloco em participar como Estado Observador da Aliança do Pacífico (MERCOSUL, 2012b). Tal decisão foi tratada em reunião entre o Embaixador brasileiro no Peru e o Vice-Ministro de Comércio Exterior peruano, em fevereiro de 2013, onde o Embaixador sinalizou o interesse do Mercosul participar como Estado Observador; em contrapartida, o Vice-Ministro indicou que apenas Estados podem fazer parte desta categoria, não blocos (ITAMARATY, 2013a).

A partir dos dados levantados, não se verifica um interesse e tão pouco um reconhecimento da Aliança do Pacífico no discurso governamental, tratando-a com certo ceticismo e desdém, no entanto, há evidências de que o bloco suscitava certa preocupação, como expressado nos documentos das Cúpulas do Mercosul e do Conselho do Mercado Comum, e a necessidade de contê-lo. Identificaram-se os fatores que caracterizam o “perfil de resistência” do Brasil com respeito à Aliança do Pacífico: a continuidade e visões convergentes sobre integração regional fundamentada no regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico; a presença de diplomatas da corrente autonomista à frente do Itamaraty; a expansão do Mercosul (entrada da Venezuela como Estado Parte); a valorização do modelo neodesenvolvimentista; preferência por uma Zona de Livre-Comércio sul-americana; ausência de constrangimentos externos.

4.2.1 Antecedentes da aproximação: o debate sobre a Aliança do Pacífico na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado durante o mês de junho de 2013

2013 é o ano chave para entender os principais posicionamentos brasileiros, principalmente no âmbito do Executivo, em relação à Aliança do Pacífico. É a partir deste ano que as manifestações sobre a Aliança do Pacífico deixam de estar circunscritas apenas às notas informativas, matérias jornalísticas e trechos de entrevistas, e passam a ser manifestações de caráter mais formal.

Durante a reunião Celac-UE em janeiro de 2013, em reunião bilateral com seu homólogo mexicano, Enrique Peña Nieto, Rousseff manifestou o interesse de buscar uma aproximação com a Aliança do Pacífico. Devido ao ambiente de cordialidade da reunião, marcada

²⁶ Nesta mesma reunião, o CMC também havia aprovado a decisão 62/12, que criou o Fórum Empresarial do Mercosul.

pelo interesse de realizar viagens oficiais em futuro próximo a fim de estreitar as relações bilaterais (ITAMARATY, 2013b), a declaração de Rousseff mais se assemelha a uma sinalização de boas intenções do que o anúncio de uma proposta de agenda entre o Brasil e a Aliança do Pacífico.

Apenas em junho de 2013 houve o primeiro parecer formal quanto à formação e impactos da Aliança do Pacífico por parte do MRE. É a partir desse posicionamento do MRE que é possível compreender as motivações brasileiras e o conteúdo da aproximação do Mercosul com a Aliança do Pacífico.

O então ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, expressou o posicionamento do governo sobre a Aliança do Pacífico na audiência pública convocada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado através dos requerimentos feitos pelo senador Pedro Simon (PMDB/RS).

Ressalta-se uma informação muito relevante a respeito: o pronunciamento sobre a Aliança do Pacífico por parte da chancelaria não se deu de maneira espontânea, mas sim através de uma pressão política por parte dos senadores vinculados a esta Comissão.

Não se pode deixar de mencionar que o contexto político brasileiro na época foi marcado pelas Manifestações de Junho de 2013, cujas pautas, além das melhorias no transporte público, incluíam também questões como o combate a corrupção, a reforma política e os gastos exagerados nos eventos esportivos, que marcavam uma insatisfação com a política nacional de modo geral, em especial com a então presidente Dilma Rousseff.

A justificativa para o requerimento foi baseada em um artigo de opinião do jornalista Clóvis Rossi publicado no dia 21 de maio na “Folha de S. Paulo”, no qual afirmou que a decisão por parte da Aliança do Pacífico de eliminar 90% das tarifas de importação (medida que foi ressaltada no documento final da Cúpula de Cali da Aliança do Pacífico, alguns dias após publicação dessa matéria), daria impulso ao projeto de integração sustentado pelo bloco e o tornaria capaz de competir com o do Brasil, o qual, segundo o jornalista, encontrava-se atrelado à estagnação do Mercosul (ROSSI, 2013). Destaca-se que nesta reunião da Aliança do Pacífico, o Paraguai solicitou ser Estado Observador da mesma e o Uruguai, na figura do vice-presidente Danilo Astori, sinalizou o interesse de se converter em membro pleno daquele bloco (DOBAL, 2013; PARAGUAY..., 2013).

No entanto, o jornalista ressaltou que o Brasil naquele momento contava com um diferencial para se posicionar nas negociações comerciais: o apoio do empresariado – que, segundo a “Folha de S. Paulo” ouviu, a CNI estaria disposta a cobrir 90% do volume do comércio, coincidindo com o modelo proposto pela Aliança do Pacífico (ROSSI, 2013).

Essa matéria veiculada pelo jornal foi suficiente para que o senador Pedro Simon²⁷ (PMDB-RS), no mesmo dia, a utilizasse como justificativa para protocolar o Requerimento de nº 27 na Comissão de Relações Exteriores no Senado – lido e aprovado naquele dia pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) – e expressasse sua preocupação quanto à concorrência entre os projetos e o desmantelamento da integração regional, sendo este último de interesse aos EUA (SENADO FEDERAL, 2013).

De fato, o então ministro, Antônio Patriota, não havia marcado data para comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Devido a isto, no dia 13 de junho foi feito um novo Requerimento (de nº 40) a fim de reforçar o pedido contido no requerimento anterior sob a mesma justificativa e também devido à ausência de resposta por parte do MRE no primeiro requerimento. Além da assinatura de Simon (PMDB-RS), somaram-se também as assinaturas dos senadores Pedro Taques (PDT-MT), Cristóvam Buarque (PDT-DF) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) (SENADO FEDERAL, 2013b).

Ademais, a Comissão de Relações Exteriores decidiu suspender a votação dos indicados da então presidente Rousseff para ocuparem as embaixadas brasileiras até o momento em que o ministro comparecesse à audiência pública para debater os impactos da Aliança do Pacífico na região (LIMA, 2013). O ministro compareceu à CREDN no dia 20 de junho de 2013.

4.2.1.1 As percepções dos parlamentares brasileiros, a convergência de visões e o entrelaçamento do discurso parlamentar, do discurso jornalístico e do discurso empresarial sobre a Aliança do Pacífico: a visão pró-industrial

No período entre a aprovação do Requerimento de nº 27 e nº 40, e a audiência do ministro na CREDN, outros atores se posicionaram em relação à Aliança do Pacífico: senadores; imprensa; e grupos empresariais. São atores domésticos relevantes, pois têm capacidade de influenciar na configuração de preferências e no processo de tomada de decisão, principalmente senadores, cujas atribuições incluem aprovação ou veto de projetos de lei, e também a convocação de Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República (BRASIL, 2015a), podendo impor constrangimentos sobre o Executivo.

Após a aprovação do Requerimento de nº 27 da CREDN, outros senadores manifestaram preocupação em relação à Aliança do Pacífico em seus pronunciamentos no Senado Fe-

²⁷ Pedro Simon é conhecido por ser um entusiasta da integração regional latino-americana, principalmente do Mercosul.

deral. À exceção de Pedro Simon, cujos pronunciamentos trataram especificamente da Aliança do Pacífico, os demais senadores trataram da mesma em um contexto mais amplo de preocupação sobre a inserção comercial internacional do Brasil.

Como a motivação de Pedro Simon (PMDB/RS) para a elaboração do Requerimento de nº 27 da CREDN partiu de uma matéria veiculada no jornal “Folha de S. Paulo”, uma análise dos discursos parlamentares sobre a Aliança do Pacífico demonstra que, em alguns pronunciamentos, uma parte do que é defendido tem embasamento em matérias veiculadas por grupos jornalísticos (sejam elas de caráter editorial, artigo de opinião ou entrevistas com especialistas da área econômica) e que todas convergem para a ideia de que o Brasil e o Mercosul estão comercialmente estagnados.

Álvaro Dias (PSDB-PR), em 22 de maio de 2013, afirmou que o Brasil, pela baixa competitividade da indústria e pelos poucos acordos de livre-comércio firmados deixou de exportar produtos manufaturados para a região e que a Aliança do Pacífico surgia como agravante da perda de mercado pelo Brasil. Dias fez menção ao editorial da “Folha de S. Paulo” intitulado “A Indústria de Dilma”, o qual trata da perda de competitividade do Brasil de competir em mercados globais, e à entrevista do economista Pedro Cavalcanti Ferreira ao jornal “O Globo”, em que aponta para a ineficiência das políticas de incentivos a setores industriais para tornar a indústria competitiva (DIAS, 2013c).

Também nesse período, durante viagem oficial da presidente Rousseff, Marco Aurélio Garcia foi questionado sobre a conformação da Aliança do Pacífico e afirmou que a mesma “não tira o sono” do Brasil, que o peso das economias do Mercosul é maior se comparado àquela e que a Aliança do Pacífico não se apresenta como antagonista (ZANINI, 2013).

Pedro Simon (PMDB-RS), em 29 de maio de 2013, demonstrou sua preocupação frente aos objetivos da Aliança do Pacífico, sua recente decisão de liberalizar as tarifas comerciais entre seus membros e como o bloco poderia representar uma forte contraposição à influência política e econômica do Brasil sobre a região. Simon, afirmou que a declaração de Garcia é resultado de uma análise superficial do tema e da falta de ação mais ativa por parte do governo, revelando sua despreocupação quanto as implicações que poderia trazer ao Mercosul, por exemplo, na redução de atratividade do bloco. Ademais, enfatizou o potencial que a Aliança do Pacífico tem para dar fim ao “sonho” da integração latino-americana, que no momento se encontrava em discussões internas que o levavam à paralisia. Por fim, lamentou que até aquele momento o ministro Patriota não tinha marcado a data para se pronunciar quanto à Aliança do Pacífico, revelando mais uma vez despreocupação por parte do governo brasileiro (SIMON, 2013a).

Luiz Henrique (PMDB-SC), em 29 de maio de 2013, afirmou que a Aliança do Pacífico impunha “muletas” ao Mercosul, que já “caminha” com dificuldades, na sua missão de criar efetivamente um mercado comum na região. No entanto, ao contrário de Simon, acreditava que o MRE era uma diplomacia preparada que podia informar como se posicionará diante a Aliança do Pacífico e quais desdobramentos econômicos, políticos e sociais, e seus impactos na economia brasileira e no Mercosul (HENRIQUE, 2013).

Armando Monteiro (PTB-PE), em 04 de junho de 2013, expressou preocupação com a política de comércio exterior brasileira em decorrência da ausência de proatividade da política externa nessa temática. Em seu discurso, citou a entrevista do presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Pedro Passo, ao “Estado de S. Paulo” no qual argumentou que o Brasil não teve iniciativa de assinar novos acordos, sejam eles bilaterais ou multilaterais, e que o momento atual fazia com que o país tivesse que se inserir novamente nos fluxos de comércio internacional (MONTEIRO, 2013).

O Mercosul, segundo Monteiro, se encontrava em um nível de paralisia que comprometia o aprofundamento das relações com os sócios e travava a expansão do comércio intra-bloco, com consequências para o comércio exterior brasileiro, impossibilitado de fechar novos acordos. Monteiro chamou a atenção para a reinvenção do bloco, que deveria passar por ajustes necessários, caso contrário, deveria cogitar o retorno de uma União Aduaneira para o de área de livre comércio. Ademais, Monteiro rebateu a ideia de que o formato institucional protegia a indústria ao afirmar que o mesmo impedia a celebração de acordos bilaterais, cujos ganhos também eram substantivos (MONTEIRO, 2013).

Monteiro citou a Aliança do Pacífico como uma iniciativa bem sucedida por traduzir as vontades de seus membros de dar maior dinamismo e competitividade às suas economias. Em comparação com a Aliança do Pacífico, Monteiro alertou que o Brasil poderia ser trocado devido à falta de atratividade do Mercosul e que a conjuntura internacional poderia ameaçar a integração regional e a liderança que o Brasil vinha construindo. Diante esse cenário, Monteiro defendeu os acordos comerciais como forma de dinamizar a economia e integrar o Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais (MONTEIRO, 2013).

Casildo Maldener (PMDB-SC), em 04 de junho de 2013, acompanhou o argumento defendido por Monteiro quanto à estagnação do Mercosul e sublinhou que a economia brasileira não podia arcar com os custos de uma política comercial tímida, sendo necessário a expansão e consolidação de parceiros comerciais internacionais. Para o senador, a situação do comércio exterior realizado pelo Brasil não condizia com a indiferença que tem para com a Aliança do Pacífico, a qual se põe como desafio para o mercado exportador brasileiro. Maldaner utilizou os dados da CNI publicadas no jornal “O Estado de S. Paulo” para argumentar

que o Brasil perdeu espaço para a China, EUA, União Europeia e México no mercado de seus vizinhos regionais (MALDENER, 2013).

Pedro Simon (PMDB/RS), em 05 de junho de 2013, voltou à tribuna para demonstrar o espanto diante as notícias sobre eliminação imediata nas tarifas de 90% das tarifas da Aliança do Pacífico. Simon comparou o Mercosul, o qual se encontrava estagnado e isolado segundo o senador, com o rápido avanço da Aliança do Pacífico e alertou para as implicações não só comerciais, mas também geopolíticas que a Aliança do Pacífico poderia trazer para a integração regional, sendo muito mais atrativo aos interesses norte-americanos que aos do Brasil. Também chamou a atenção para as declarações de Marco Aurélio Garcia sobre não se preocupar com o novo bloco e para o fato de que o ministro Patriota ainda não havia marcado a data para comparecer a audiência pública. Simon, em seu pronunciamento, citou um documento da CNI sobre a queda das exportações brasileiras aos países da Aliança do Pacífico, e as matérias da “Folha de S. Paulo”, “O Globo” e “Veja” que caracterizaram o dinamismo e atratividade daquela (SIMON, 2013b).

Lúcia Vânia (PSDB-GO), em 05 de junho de 2013, ressaltou que o Mercosul estava desgastado em relação à Aliança do Pacífico em termos de trocas comerciais e de acordos de livre comércio estabelecidos, pois o último contava com “invejáveis” índices de desempenho econômico; o Brasil deveria, em suas palavras, agir de maneira mais comprometida e menos ideológica com o futuro do país e da população (VÂNIA, 2013).

Álvaro Dias (PSDB/PR), em 06 de junho de 2013, também voltou à tribuna para enfatizar o potencial da Aliança do Pacífico nos fluxos de comércio internacional enquanto o Brasil se encontrava “paralisado” nas negociações comerciais ao mesmo tempo em que se observava a consequente desindustrialização brasileira. Dias utilizou o artigo de Celso Ming, no “Estado de S. Paulo” para argumentar sobre a liberalização da Aliança do Pacífico e o isolamento comercial do Brasil (DIAS, 2013b).

Sergio Souza (PMDB/PR), em 12 de junho de 2013, declarou reconhecer legítimas as pressões do setor industrial sobre a inserção do Brasil em acordos bilaterais e regionais para reagir à Aliança do Pacífico e ao TPP e frente ao aumento de acordos parciais de comércio, ressaltando que o Brasil se encontrava “preso” ao Mercosul que pouco avançava e a alguns pactos de menor relevância (SOUZA, 2013).

Ricardo Ferraço (PMDB/ES), em 13 de junho de 2013, questionou a capacidade do governo de responder às mudanças do comércio internacional, principalmente às dinâmicas da região do Pacífico, por exemplo, a Aliança do Pacífico, de maneira mais pragmática e menos ideológica. Ressaltou que o período atual era marcado pelo preocupante fenômeno da desindustrialização e a “involução” dos produtos de maior valor agregado da pauta de exportações.

Também se pronunciou favorável à necessidade de refletir sobre reinvenção do Mercosul, inclusive institucional, diante as demandas do novo milênio, de forma que este bloco pudesse responder aos cenários futuros. Ferração não citou nenhuma matéria jornalística, mas fez menção ao diálogo que mantém com segmentos da sociedade civil: acadêmicos, economistas, empresários e políticos (FERRAÇO, 2013).

Valdir Raupp (PMDB/RO), em 17 de junho de 2013, questionou o isolamento do Mercosul e do Brasil diante o comércio internacional tendo em vista a conformação da Aliança do Pacífico e o TPP, os quais representavam grandes porções do PIB da América Latina e do mundo, respectivamente, e os impactos que estes acordos traziam ao setor industrial brasileiro. Argumentou que o Brasil estava “preso” ao Mercosul e à América do Sul, desprezando outros blocos comerciais (RAUPP, 2013).

De maneira geral, os senadores que se pronunciaram sobre a Aliança do Pacífico no período entre 21 de maio e 20 de junho, ressaltaram o desempenho econômico do novo bloco em tão pouco tempo, comparando-a com a inserção comercial internacional levada a cabo pelo Brasil, a qual passa fundamentalmente pelo Mercosul, e principalmente os impactos do novo bloco sobre o setor industrial, as exportações brasileiras e a própria integração regional sul-americana.

Nenhum dos senadores rechaça a existência do Mercosul ou sugerem que o Brasil deveria abandoná-lo para ingressar na Aliança do Pacífico; pelo contrário, há uma valorização do aspecto comercial da integração, pois quando citam o Mercosul, os senadores chamam a atenção para que tanto o bloco quanto o Brasil possam reagir à Aliança do Pacífico e ao TPP, e inserir-se nos fluxos de comércio e investimentos. Portanto, o argumento é que se deve repensar o Mercosul de forma que o mesmo se adequasse às negociações comerciais em vigor e não o seu abandono. Adicionalmente, os senadores Simon (PMDB-RS), Monteiro (PTB-PE), Maldaner (PMDB-SC), Dias (PSDB-PR), Ferração (PMDB-ES) e Raupp (PMDB-RO) mencionaram a suspensão do Paraguai do Mercosul e suas consequências, tal como o interesse do país na Aliança do Pacífico, e entrada da Venezuela no bloco como resposta àquela.

Dos pronunciamentos citados acima, a maior parte deles recorreu aos dados de instituições empresariais e/ou de jornais. Em relação aos jornais, no período em que ocorreram os pronunciamentos dos senadores, as matérias publicadas pela “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo” ressaltavam os aspectos econômicos e comerciais do bloco, com destaque para a política de abertura comercial, o estabelecimento de tratados de livre-comércio, o crescimento comercial conjunto e a atração de investimentos externos. Também deram destaque às repercussões da Aliança do Pacífico, focando-se em sua estratégia de desenvolvimento, para o empresariado brasileiro e, conseqüentemente, para o comércio exterior do país. Um dos argu-

mentos que mais apresentou recorrência foi a perda de mercado para o Brasil e a situação do Mercosul, o qual classificavam como “estagnado” e “ideologizado”, em que se fazia necessária mais iniciativa por parte do Brasil para que este não estivesse isolado do comércio internacional; uma demanda que surgiu do empresariado (LANTRI, [2017]).

Ao argumentar que o bloco se encontrava estagnado, os senadores em seus discursos também marcaram uma oposição à política comercial externa levada a cabo pelo governo de Rousseff, compreendendo-a como uma política ideologizada. Tanto os pronunciamentos como a decisão de suspender as nomeações de diplomatas aos postos no exterior devem ser compreendidos como frente de oposição na temática de política externa no contexto das Manifestações de Junho de 2013, marcadas pela insatisfação à política nacional e que miravam o governo de Rousseff.

Ressalta-se que no período em que se levaram a cabo os pronunciamentos sobre a Aliança do Pacífico no Senado Federal, a FIESP divulgou o documento intitulado “Agenda de Integração Externa” no mês de junho. Esse documento argumentava que o Brasil tinha apresentado déficit em sua balança comercial de manufaturados devido à perda de participação nos mercados consumidores dos produtos de alto valor agregado e que a indústria nacional era de baixa competitividade, o que se apresentava como um obstáculo para a negociação de acordos liberalizantes. Mesmo sendo um desafio, segundo a entidade, o Brasil não deveria estar isolado do processo de integração econômica com o exterior (FIESP, 2013).

Nesse sentido, a FIESP apresentou propostas tanto de políticas domésticas quanto de políticas externas no que diz respeito à promoção da competitividade da indústria brasileira em duas frentes: incremento do fluxo de investimentos e acesso aos mercados de bens e serviços no exterior. Das propostas externas, foram incluídos os tópicos: integração regional, interação extrarregional, negociações multilaterais e parceria econômica (FIESP, 2013).

O primeiro ponto abordado pelo documento foi o Mercosul, o ponto de partida da discussão conforme o próprio documento atesta. Para a entidade, o baixo dinamismo da política comercial brasileira não tem relação com as regras do bloco, mas da ausência de objetivos explícitos. O Mercosul é prioritário para política comercial brasileira e seu fortalecimento é necessário; das propostas para o bloco, destacaram-se: a reincorporação do Paraguai ao bloco; a incorporação das normas do Mercosul pela Venezuela a fim de que esta atuasse coerentemente com os tratados já estabelecidos entre os membros; a seleção dos projetos estruturantes, prioritários e viáveis, e acelerar a execução dos mesmos; a definição dos países com os quais o bloco deveria negociar acordos de livre-comércio; a busca por alternativas às barreiras comerciais existentes sem permitir “que ocorra qualquer tipo de retrocesso à livre circulação de mercadorias, serviços e capitais entre os membros do bloco. Esse processo deve evitar, em

especial, o desvio de comércio em prejuízo dos países da região e em favor das importações extrarregionais” (FIESP, 2013, p. 9).

Com respeito à região da América do Sul, o documento fez menção à importância comercial dos vizinhos para o Brasil, pois a região ocupa o primeiro lugar de destino das exportações brasileiras de manufaturados. Contudo, o documento argumentou que a nova dinâmica do comércio internacional poderia diminuir o acesso aos mercados regionais, destacando dois fatores: a assinatura de acordos preferenciais de comércio entre Chile, Colômbia e Peru com nações desenvolvidas, e o surgimento da Aliança do Pacífico. A FIESP caracterizou a Aliança do Pacífico como um bloco extremamente liberalizante, visando não apenas a integração comercial, mas a integração financeira, a cooperação alfandegária e o aumento do fluxo de investimento.

Sendo assim, a FIESP propôs que se aprofundasse e consolidasse o acesso aos mercados do Peru e Colômbia através da aceleração dos cronogramas dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) nº 58²⁸ e 59²⁹, além da negociação dos temas que não estavam presentes naqueles: serviços, compras governamentais, investimento, barreiras sanitárias e fitossanitárias, por exemplo, além da intensificação do comércio e do investimento brasileiro na região. Por fim, a conclusão do documento apontou “como prioridade o engajamento do Brasil no plano bilateral de negociação” (FIESP, 2013, p. 20).

4.2.2 Manifestações brasileiras durante e após a sessão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)

Após a decisão da CREDN, o ministro Antônio Patriota compareceu na semana seguinte, no dia 20 de junho, para se pronunciar quanto ao tema. A apresentação do ministro buscou rebater os argumentos relativos às trocas comerciais e aos acordos de livre-comércio, demonstrando que o Mercosul e o Brasil não estavam estagnados, e discursar sobre temas que vão além da lógica comercial do bloco, pois são de igual importância no processo de integração regional na visão do governo brasileiro. O chanceler defendeu a lógica de integração ado-

²⁸ O ACE-58 tem por objetivo estabelecer o marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física a fim de facilitar a livre circulação de bens e serviços e uma área de livre-comércio através da eliminação tarifária entre Argentina, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai (ALADI, 2019b).

²⁹ O ACE-59 tem por objetivo estabelecer o marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física a fim de facilitar a livre circulação de bens e serviços e uma área de livre-comércio através da eliminação tarifária entre Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela (ALADI, 2019b).

tada pelo governo da então presidente Rousseff, que é de continuidade do legado de seu antecessor (PATRIOTA, 2013).

Quanto ao tema relacionado às trocas comerciais, Patriota defendeu que o comércio intrazona do Mercosul tinha crescido 20% desde 2008, sendo superior ao comércio internacional de crescimento no mesmo período, que foi 13%, e que ao longo dos 20 anos de existência do bloco, o valor do comércio intrazona cresceu mais de 9 vezes, enquanto a corrente comercial do bloco com o exterior cresceu apenas 8 vezes. Dentro deste aspecto, o chanceler abordou também a composição da pauta exportadora: o Mercosul desempenha papel de grande relevância pois 90% das exportações brasileiras para o bloco são de manufaturados, enquanto que para os EUA, China e Europa são de 50%, 5% e 36% respectivamente. Ademais, fez menção ao estudo elaborado pela FIESP, intitulado “Agenda de Integração Externa”, no qual reconhece o Mercosul como principal plataforma de integração produtiva e que suas regras permitem a exportação de bens manufaturados (PATRIOTA, 2013).

O ministro também chamou a atenção para a existência de acordos de livre-comércio entre o Brasil e a maioria dos países da América do Sul devido aos acordos de liberalização no âmbito da ALADI, cuja porcentagem das tarifas liberalizadas estava em torno de 90% na época e seriam de 100% até 2019. Porém, ressaltou que os acordos de livre-comércio não implicam necessariamente no incremento das exportações e cita como exemplo o caso do Chile e Estados Unidos, cujas exportações do primeiro para o segundo cresceram menos do que as exportações do Mercosul para os EUA (PATRIOTA, 2013).

Quanto à medida de eliminação das tarifas a 90% dos produtos, o ministro afirmou que pouco representava ao que os membros da Aliança do Pacífico já haviam feito na ALADI, pois os acordos de livre-comércio já existiam bem antes da criação da Aliança do Pacífico:

Os compromissos anunciados em Cali no que diz respeito à eliminação de tarifas, em verdade, representam pouco ou nada em relação ao que já fizeram os países da Aliança do Pacífico na qualidade de membros da ALADI. De fato, já existem acordos de livre-comércio entre todos os países da Aliança do Pacífico, ao amparo do Tratado de Montevideu, de 1980 (PATRIOTA, 2013).

Quanto ao aspecto não comercial da integração, o FOCEM foi destacado devido à sua função de redução e superação das assimetrias entre os países membros, no qual se tornou o único mecanismo regional que financia projetos para promover a convergência estrutural, competitividade, coesão social e o fortalecimento da integração. As questões sociais também foram mencionadas, tais como a realização das Cúpulas Sociais do Mercosul, além dos acordos de seguridade social, de residência e o estatuto da cidadania, que cumprem os objetivos de

promover a livre circulação e que atendem também o aspecto de desenvolvimento. O ministro concluiu sua apresentação dizendo que a integração regional só teria futuro se houvesse envolvimento direto das pessoas nos processos de mudanças, cujos desdobramentos são a percepção de comunidade da região e as contribuições para a democracia, paz, justiça e inclusão social (PATRIOTA, 2013). A CREDN, por sua vez, retomou as deliberações sobre os indicados a ocuparem as embaixadas no exterior uma semana depois da apresentação de Patriota na audiência pública (SENADO FEDERAL, 2013c).

Este episódio nos permite dois entendimentos sobre o caso: o primeiro, de que a Aliança do Pacífico até o momento não era prioritária na agenda brasileira de integração regional, tendo em vista que o ministro de Relações Exteriores da época não havia respondido o convite de prontidão, corroborando para o que os estudiosos da área vêm apontando como uma postura cética em relação àquele bloco em um primeiro momento; inclusive, segundo o jornal chileno *La Tercera*, o pronunciamento do ministro Patriota contendo uma visão mais crítica em relação à Aliança do Pacífico teve ampla repercussão no Chile, sendo analisado tanto pela chancelaria chilena quanto pela equipe da então candidata presidencial, Michelle Bachelet (ITAMARATY, 2013c).

E o segundo, de que a decisão da CREDN de suspender os indicados às embaixadas brasileiras no exterior até que o ministro se pronunciasse sobre o assunto estão dentro da lógica de oposição ao governo marcada pelas Manifestações de Junho daquele ano, uma vez que, segundo Regimento Interno do Senado, o ministro tinha até 30 dias para comparecer à CREDN a partir da data de aprovação do requerimento.

A exposição do ministro Patriota na sessão da CREDN do Senado é o primeiro posicionamento de caráter mais formal do governo brasileiro sobre a Aliança do Pacífico. Ao longo do ano, esse entendimento sobre a Aliança do Pacífico foi compartilhado por outros cargos ligados ao MRE de maneira padronizada: repetem-se os argumentos em relação às vantagens do Mercosul nos aspectos comercial, social e de convergência estrutural, e à desmistificação da Aliança do Pacífico enquanto bloco inovador e de maior dinamismo em comparação ao Mercosul. A preferência pelo espaço de integração sul-americano é defendida em outros discursos de Patriota, quando, por exemplo, anunciou a entrada de Suriname e Guiana como Estados Associados ao Mercosul e afirmou que todos os membros do Mercosul (Estados Partes e Associados) faziam com que o bloco se fundisse a toda região da América do Sul (MERCOSUL..., 2013).

Em agosto do mesmo ano, o Embaixador brasileiro na ALADI, Ruy Pereira, transmitiu ao Itamaraty um telegrama contendo o artigo de autoria própria sobre a propagação da ideia de que a Aliança do Pacífico era um bloco dinâmico em contraposição ao Mercosul após

a Cúpula de Cali em maio (ITAMARATY, 2013d). O Embaixador já demonstrava preocupação com respeito à propagação da ideia de que o Mercosul era um bloco “atrasado”, principalmente pela mídia: argumentando que o Mercosul não dava atenção suficiente à divulgação institucional em comparação com as páginas *web* da UE e Aliança do Pacífico, o Embaixador enviou uma proposta ao Itamaraty de criação de uma unidade técnica de divulgação institucional para que os Estados partes pudessem divulgar os avanços do processo de integração regional do Mercosul, principalmente os seus aspectos positivos (ITAMARATY, 2013e).

Em audiência da CREDN da Câmara dos Deputados em novembro de 2013, o Subsecretário Geral da América do Sul, Antônio Simões esteve presente para discutir os temas relativos à política externa brasileira frente à América do Sul, dentre eles, a Aliança do Pacífico. Simões, a princípio, buscou desmistificar a ideia de que o Mercosul era um acordo incompleto ao argumentar que algumas das limitações existentes no bloco serviam para acomodar os interesses brasileiros, os quais visam estimular um projeto de desenvolvimento nacional no qual são incluídos os vizinhos regionais. Em sua fala sobre o bloco, comentou sobre os aspectos positivos da integração do Mercosul, destacando os mesmos pontos ressaltados pelo ministro de Relações Exteriores e o Embaixador Ruy Pereira: aumento do comércio intrabloco; aumento das exportações brasileiras de manufaturados; geração de cadeias produtivas; promoção da convergência estrutural (FOCEM); e participação social. Com respeito ao FOCEM, Simões argumentou que foi investido US\$ 1 bilhão, enquanto ao Fundo de Cooperação da Aliança do Pacífico foi investido US\$ 1 milhão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Quanto à Aliança do Pacífico, Simões afirmou ser contraproducente alimentar um discurso de rivalidade entre ambos os blocos e que o importante seria promover a integração da América do Sul como um todo; compreendeu a Aliança do Pacífico enquanto um acordo comercial de escopo limitado, tendo em vista a baixa troca comercial entre seus membros e essencialmente de *commodities*. A redução do universo tarifário não traria impactos ao Brasil, pois

Outro elemento também que eu acho importante notar é que o grande avanço que eles fizeram até o momento foi anunciar que já foram liberalizados cerca de 90% do universo tarifário. Essa negociação de fato ocorreu, isso está de fato vigente, só que ocorreu no âmbito da ALADI, aliás, num âmbito de que nós também participamos. O Brasil trabalhou com eles nesse exercício de redução e atingiu marcas semelhantes, só que ao longo do tempo. O que eles fizeram agora foi anunciar o vigor imediato disso (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Argumentou que o Brasil apresentou a proposta de antecipar o cronograma de liberalização comercial entre toda a América do Sul na última reunião ministerial do Mercosul em outubro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Tal proposta havia sido mencionada pelo ministro do MDIC, Fernando Pimentel, na reunião do Foro Empresarial Brasil-Peru durante visita oficial de Rousseff ao país no início de novembro daquele ano (ITAMARATY, 2013f).

Do conteúdo exposto, identificaram-se novamente as variáveis do “perfil de resistência” do Brasil em relação à Aliança do Pacífico: a continuidade e visões convergentes sobre integração regional fundamentada no regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico; a presença de diplomatas da corrente autonomista em principais postos do Itamaraty; a expansão do Mercosul (entrada do Suriname e Guiana como Estados Associados); a valorização do modelo neodesenvolvimentista; a preferência por uma Zona de Livre-Comércio sul-americana. No entanto, após a decisão da Cúpula de Cali (2013), algumas variáveis emergiram e foram desgastando os argumentos do discurso governamental: o conhecimento intersubjetivo de que a Aliança do Pacífico estava sendo bem sucedida nos acordos comerciais e a solicitação de Uruguai e Paraguai para fazerem parte da categoria Estados Observadores da Aliança do Pacífico (constrangimentos externos); e uma nascente oposição interna ao governo Rousseff (constrangimento interno). A partir destas novas variáveis, o Brasil passou a adotar um “perfil de diálogo” em relação à Aliança do Pacífico, o qual será explorado a seguir.

4.2.3 Início da aproximação entre Brasil e Aliança do Pacífico (2014)

Como argumentado nos capítulos anteriores, em 2014 observou-se o início da aproximação entre o Brasil e Aliança do Pacífico por meio do Mercosul, de modo a contornar o impacto da última na região (MENEZES, BANZATTO, 2016). A Aliança do Pacífico, então, passa a ser uma nova vertente no tema de integração regional para o Brasil; o diálogo com os países da Aliança do Pacífico passou a ser tratado no nível bloco a bloco a partir de 2014, mas teve como base os acordos bilaterais já assinados no âmbito do Mercosul (ARSLANIAN, 2017).

Compreender essa aproximação leva em consideração dois elementos daquele ano: o posicionamento mais firme do empresariado em relação aos impactos da Aliança do Pacífico sobre a inserção comercial internacional do Brasil e o governo chileno, sob gestão de Michelle Bachelet, o qual veio a ser uma oportunidade para que o Brasil propusesse tal aproximação no âmbito do Mercosul.

Já era de conhecimento a vitória de Bachelet nas eleições presidenciais e o interesse do novo governo em aproximar a Aliança do Pacífico do Mercosul sob a ideia de “*Convergencia*

en la diversidad”. Bachelet e Rousseff, por serem de partidos de esquerda (Partido Socialista e Partido dos Trabalhadores, respectivamente), compartilhavam visões de governo semelhantes no que diz respeito às políticas sociais e à importância da região latino-americana. Além disso, também compartilham o fato de terem sido vítimas das ditaduras militares e primeiras mulheres a assumirem a Presidência da República de Chile e Brasil, respectivamente.

Por parte do Brasil, essa aproximação também começava a ganhar forma no empresarializado: em telegrama enviado pela Embaixada de Santiago ao Itamaraty em dezembro de 2013, relatou-se a reunião realizada entre a CNI e a SOFOFA em Brasília, onde anunciaram a criação do Conselho Empresarial Chile-Brasil. De acordo com o telegrama, a busca de meios para que as empresas brasileiras aproveitassem as oportunidades oferecidas pela Aliança do Pacífico foi o tema geral da reunião, tendo em vista o interesse da CNI por explorar mercados em razão da falta de avanços nas negociações comerciais do Mercosul – por exemplo, com a União Europeia. (ITAMARATY, 2013g).

O discurso de aproximação à Aliança do Pacífico ganhou materialidade em dois momentos: em maio, durante reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) e durante a Cúpula presidencial do Mercosul em julho. Ainda que no discurso do chanceler fossem mencionados os quatro países da Aliança do Pacífico, ao longo do ano o Brasil buscou estreitar laços com o Peru, Colômbia e, principalmente, com o Chile no que concerne à aproximação do Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Em fevereiro de 2014, o novo ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, esteve presente em uma audiência pública da CREDN do Senado com o propósito de discutir os rumos da política externa brasileira. Na audiência, o chanceler destacou que o Mercosul não era apenas um bloco comercial, mas também trabalhava no sentido de privilegiar o desenvolvimento socioeconômico e a diversificação produtiva dos Estados-partes. E mesmo no que concerne às trocas comerciais, o Mercosul, segundo o chanceler, propiciou o espaço para que houvesse aumento de 9% das vendas para a Argentina e conseqüentemente o incremento do comércio intrabloco (SENADO FEDERAL, 2014).

Sobre a Aliança do Pacífico, o ministro sinalizou que já estava em andamento uma proposta no âmbito do Mercosul para que houvesse a desgravação total das exportações para o Chile, Colômbia, Peru e México, pois era de interesse para o Brasil acelerar o processo de desgravação, o qual era uma medida realizável para aquele ano. Por fim, ressaltou que o Mercosul não era absolutamente, excludente e nem autorreferente, pois ele existia para que houvesse interação com os demais países da região e com outras regiões, como no caso do acordo Mercosul-União Europeia (SENADO FEDERAL, 2014).

Em maio, o ministro esteve presente na CREDN da Câmara dos Deputados onde abordou os mesmos pontos que na audiência anterior e trouxe outros novos: afirmou que o Brasil tinha interesse de projetar uma identidade sul-americana cada vez mais forte e, ao mesmo tempo, contribuir para a estabilidade e prosperidade do entorno, os quais faziam parte da noção de desenvolvimento nacional brasileiro. O chanceler voltou a dizer que não havia discrepâncias entre os processos de integração do Mercosul e da Aliança do Pacífico, e que havia interesse por parte do Brasil de promover maior integração entre as partes, uma vez que já existiam os acordos de liberalização do comércio. O Mercosul foi novamente citado como um grande bloco, em questões econômicas e populacionais, e cujos resultados iam além do aumento das trocas comerciais, abarcando também os projetos de dimensão política, jurídica, social e cidadã, os quais, segundo o ministro, faziam parte do projeto de desenvolvimento socioeconômico (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Nos dias 12 e 13 de maio, a delegação brasileira apresentou durante a reunião do GMC, na Venezuela, a proposta de antecipar para dezembro de 2014 o cronograma de desgravação comercial com Peru (ACE-58) e Colômbia (ACE-59), que estava previsto para 2019. Para tanto, apresentaram o Projeto de Decisão intitulado "antecipação de cronogramas de desgravação tarifária dos acordos de complementação entre Mercosul-Peru (ACE-58) e Mercosul-Colômbia (ACE-59)" e o documento "Projeto de Declaração Conjunta das Presidentas e dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul sobre aprofundamento com Estados Associados" (MERCOSUL, 2014a; 2014b; 2014c)

Os dois documentos apresentados pela delegação brasileira fizeram menção à importância do aspecto comercial na temática da integração regional, principalmente para o desenvolvimento econômico e social dos países, e também ao interesse de promover uma maior integração com os países da América do Sul através do Mercosul, os quais são ressaltados como Estados Partes ou Associados do bloco. A ideia do Mercosul enquanto motor da integração regional e a preferência pela América do Sul enquanto espaço geográfico são reiterados nos documentos, tendo em vista a preferência por tratar o Peru e Colômbia como Estados Associados do Mercosul e não os referenciar como membros da Aliança do Pacífico – inclusive, a proposta brasileira foi apresentada na seção sobre o Mercosul Comercial, e não na seção sobre relacionamento externo do bloco. As propostas apresentadas pela delegação brasileira foram as propostas da FIESP em seu documento “Agenda de Integração Externa” para que o Brasil contornasse o impacto da Aliança do Pacífico, visto como um bloco "extremamente liberalizante" pela entidade empresarial, através dos acordos bilaterais preferenciais de comércio com Peru, Colômbia e Chile.

Durante a Cúpula do Mercosul em julho, Rousseff discursou a favor da desgravação tarifária para criar uma zona de livre-comércio sul-americana (ROUSSEFF, 2014a) e, em contrapartida, o chanceler venezuelano, Elías Jaua, apresentou a proposta de promover uma Zona Econômica Complementária entre o Mercosul, ALBA, Petrocaribe e Caricom como instrumento para impulsionar o desenvolvimento integral baseado na complementação, solidariedade e cooperação – a qual consta no Comunicado Conjunto dos Estados Partes, em detrimento da proposta brasileira (CASTILLO, 2015; MERCOSUL, 2014d).

O Projeto de Decisão e o Projeto de Declaração Conjunta, propostas de autoria brasileira, não foram aceitas. Na ata da reunião extraordinária do GMC, realizada às margens da Cúpula de Presidentes do Mercosul, consta que a desgravação tarifária com Peru (ACE-58) e Colômbia (ACE-59) continuariam na agenda do GMC. Foram incluídas na agenda do Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX) do Mercosul a relação entre este e a Aliança do Pacífico (MERCOSUL, 2014e).

Com respeito à relação bilateral entre Brasil e Chile, em maio o chanceler havia viajado ao Chile, a convite de seu homólogo, Heraldo Muñoz, para participar do debate "O diálogo Atlântico-Pacífico e Oportunidades de Comércio e Investimento na América Latina", do Conselho Consultivo Empresarial da APEC, onde também estavam seus pares argentino e uruguaio. No evento, foram discutidas as perspectivas para a integração econômica na América do Sul e para as exportações brasileiras em direção ao Pacífico a partir da ampliação da infraestrutura chilena e também sul-americana (ITAMARATY, 2014b).

Em junho, por ocasião da visita oficial de Bachelet ao Brasil, a CNI e SOFOFA assinaram a declaração em que se comprometiam a desenvolver projetos para ampliar e diversificar as relações comerciais bilaterais – Bachelet e Rousseff acompanharam a cerimônia e, na ocasião, assinaram o ato de cooperação em Direitos Humanos. A CNI destacou que era de interesse do setor produtivo acompanhar o andamento da Aliança do Pacífico e que a aproximação com o Chile era vantajosa, principalmente pelo mercado chileno ser um mercado importador expressivo (INDÚSTRIA..., 2014).

Em agosto, o MRE enviou para a Embaixada brasileira em Santiago uma proposta de agenda a ser submetida à Chancelaria chilena para a reunião de Consultas Políticas entre os dois países; dos temas regionais, o MRE incluiu na agenda o diálogo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico (ITAMARATY, 2014c). Este é um dado relevante, pois, ao analisar a comunicação entre as Embaixadas brasileiras e o Itamaraty, o MRE não havia enviado proposta semelhante aos postos do Brasil nos demais países da Aliança do Pacífico; depreende-se, então, que a iniciativa do governo de Bachelet levou a que o Brasil priorizasse o Chile para tratar da aproximação entre os dois blocos.

Conforme argumentado no capítulo anterior, em novembro de 2014 aconteceram duas reuniões entre os blocos: a primeira, de caráter informativo, e a segunda, no formato de seminário. Na segunda, o ministro declarou que o diálogo era uma tentativa de olhar de maneira objetiva e concreta a possibilidade de convergência entre os países da região. Figueiredo destacou o artigo 4º da Constituição Federal (que estipula a busca pela integração regional) e, nesse sentido, a proposta chilena de convergência era fundamental, pois possibilitava compreender melhor os caminhos e buscar maneiras de fazer dar andamento à ideia comum de todos de uma integração regional, ainda que fosse de caráter exploratório com respeito a como buscá-la. O discurso de que o Brasil tinha acordos de livre-comércio com os países da Aliança do Pacífico foi ressaltado e que isso dava base para buscar a aproximação, além de ter desmistificado a ideia que os dois blocos estão em de costas um para o outro, ressaltando que os dois tem o objetivo comum de buscar a integração regional (FIGUEIREDO, 2014).

Na reunião extraordinária do GMC ocorrida em novembro, em Buenos Aires, os dois eventos que discutiram a aproximação do Mercosul e Aliança do Pacífico foram positivamente avaliados pelo Grupo. Ademais, foram informados o prosseguimento de reuniões sobre o ACE-35³⁰ (Chile), ACE-36³¹ (Bolívia), ACE-58 e ACE-59, onde a delegação brasileira expressou o interesse de continuar aproximando o Mercosul dos países da região durante a Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul (MERCOSUL, 2014f)

Durante a abertura da 47ª Cúpula do Mercosul, a presidente Dilma Rousseff destacou o interesse de acelerar os acordos de complementação econômica com os países da Aliança do Pacífico e de intensificar o diálogo com a mesma através do Mercosul, fazendo menção às trocas comerciais de US\$ 47 bilhões entre os blocos (ROUSSEFF, 2014b).

Fora do ambiente institucional, em entrevista aos jornais latino-americanos, Rousseff apreciou a iniciativa do Chile em promover o diálogo entre os blocos, reconhecendo a diversidade entre os países da América do Sul com respeito às estratégias de inserção internacional, contudo, ressaltando que os temas de integração tratados pela Aliança do Pacífico refletem à maneira que se tratava dos mesmos no século passado:

Respeitamos as opções de muitos países por estabelecerem tratados de livre-comércio, mas os temas da integração não se colocam hoje da mesma forma que no século passado (ROUSSEFF, 2014b).

³⁰ O ACE-35 conforma uma Zona de Livre comércio entre Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai (ALADI, 2019b).

³¹ O ACE-36 tem como objetivo alcançar a conformação de uma Zona de Livre-Comércio entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (ALADI, 2019b).

Para Rousseff, a integração regional devia priorizar o lado comercial e também a necessidade de uma maior complementaridade produtiva, de maior integração energética, de infraestrutura e de cadeias de valor (ROUSEFF, 2014b).

Durante o primeiro governo Rousseff, percebeu-se que a ausência de propostas de aproximação e o conteúdo das manifestações sobre o novo bloco nos primeiros anos demonstram uma resistência por parte do Brasil quanto ao modelo de integração defendido por aquele. Até 2013, as manifestações públicas sobre o bloco se deram por meio de notas informativas e entrevistas aos jornais, as quais buscaram rebater a ideia de novidade e de crescimento econômico espontâneo em decorrência do regionalismo aberto, além de afirmar que o bloco era parte da estratégia dos EUA para a região. Analisando a comunicação entre o Itamaraty e as embaixadas brasileiras nos países da Aliança do Pacífico, com ênfase na atuação dos Embaixadores, percebe-se que há uma aversão à ideia de que a Aliança do Pacífico é um bloco mais exitoso que o Mercosul, portanto, agem de forma a minimizar este impacto.

Os discursos foram direcionados no sentido de posicionar o Mercosul como projeto de integração mais à frente da Aliança do Pacífico, pois o Brasil já tinha acordos de livre-comércio com quase toda a América Sul e devido à existência do FOCEM, por ser o único mecanismo cuja preocupação era corrigir as assimetrias estruturais dos países membros do Mercosul. Porém, destaca-se que logo de início – após a realização de duas reuniões de Cúpula da Aliança do Pacífico – os presidentes do Mercosul lançaram uma declaração conjunta para impulsionar a adesão de mais países ao bloco, que nos leva a entender que a Aliança do Pacífico impacta em um dos objetivos da política externa brasileira de expandir o Mercosul na região da América do Sul.

A mudança do tratamento brasileiro em relação à Aliança do Pacífico se deve, como tratado nas subseções anteriores, às pressões de grupos domésticos em relação a esta temática com destaque para o Senado, imprensa, CNI e FIESP. A criação do Foro Empresarial do Mercosul no mesmo ano em que se criou o CEAP da Aliança do Pacífico já demonstrava o anseio pelo empresariado dos países do Mercosul de ter um espaço próprio para propor pautas no processo de integração regional. A partir do anúncio de liberalização de 90% das tarifas da Aliança do Pacífico, em maio de 2013, esses atores interagem sob a mesma lógica de se analisar o impacto dessa decisão sobre o Brasil, principalmente sobre a indústria nacional.

O documento “Agenda de Integração Externa” da FIESP apresentou diretrizes e propostas de como contornar o impacto do nascente bloco, que foram internalizados pelo Itamaraty, MDIC e Presidência da República. Ou seja, a atuação desses grupos domésticos levou à formação de uma preferência governamental: aproximar-se dos três países que compõem a

Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia e Peru) para conter seus impactos sobre o Brasil e o Mercosul.

Se nos anos anteriores a postura brasileira para defender o projeto de integração regional via Mercosul passava pela afirmação de que o bloco não estagnava o Brasil devido à existência de acordos de livre-comércio com os países do Pacífico, que em 2019 já haveria uma zona de livre-comércio em toda América do Sul e que o Mercosul era um mecanismo de integração à frente dos demais, e portanto, sem propor uma agenda em relação à Aliança do Pacífico, aquela passa por uma alteração a partir de uma demanda interna, de modo a desejar uma aproximação com países da Aliança do Pacífico devido ao ganhos materiais advindos da proposta de acelerar a desgravação comercial com Chile, Colômbia e Peru, e assim conter a Aliança do Pacífico.

De “perfil de resistência”, o Brasil passou a adotar um “perfil de diálogo” em relação à Aliança do Pacífico, o qual privilegiava a aproximação bilateral com os membros do bloco, principalmente os sul-americanos, através da antecipação do cronograma tarifário e assim conformar uma Zona de Livre-Comércio na América do Sul. Mantiveram-se as variáveis: a continuidade e visões convergentes sobre integração regional fundamentada no regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico; a valorização do modelo neodesenvolvimentista; e a preferência por uma Zona de Livre-Comércio sul-americana.

A proposta, por um lado, reflete os constrangimentos externos e internos que começavam a questionar o posicionamento brasileiro diante a integração regional comercial e, por outro, foi o meio de barganha pelo qual o Brasil poderia contornar o impacto da Aliança do Pacífico e reforçar o argumento que até então vinha sendo empregado para defender a integração regional levada a cabo pela política externa. Destaca-se que a iniciativa do governo de Bachelet também se tornou uma oportunidade para que os argumentos brasileiros com respeito à aproximação com a Aliança do Pacífico se apoiassem nas condições materiais existentes.

4.3 Segundo governo Rousseff e governo Temer (2015 – 2018)

Considerando a iniciativa brasileira no âmbito do GMC e a iniciativa chilena de promover o diálogo bloco a bloco, foi durante o segundo governo Rousseff em que se presenciou um número maior de ações expressivas quanto à aproximação com a Aliança do Pacífico, principalmente pela via comercial, como visto nas manifestações da presidência e do Itamaraty e também nas ações mais enfáticas do ministro do MDIC, Armando Monteiro, quem já fora presidente da CNI.

No início do ano, o documento “Mensagem ao Congresso Nacional” recordou a proposta brasileira para a antecipação do cronograma de desgravação tarifária com Peru e Colômbia e as reuniões entre ministros do Mercosul e Aliança do Pacífico, e indicou que teria uma agenda mais ativa de comércio exterior, incluindo a relação com a Aliança do Pacífico, mas apenas mencionando Chile, Colômbia e Peru (BRASIL, 2015b).

Contudo, é importante destacar que este período coincide com o crescimento da oposição interna ao governo Rousseff e, conseqüentemente, com o agravamento dos conflitos domésticos sob o risco de um processo de *impeachment* (o qual já era presente no discurso da oposição). Estes dois fatores tomaram ainda mais a atenção da presidente para os assuntos internos, fazendo com que esta revesse sua presença nos eventos internacionais.

Isso se soma ao saldo da política externa do primeiro mandato de Rousseff, que foi marcado por uma redução do proativismo das gestões anteriores, caracterizando-se uma política externa reativa face aos acontecimentos externos como a Primavera Árabe (2011), as revelações de espionagem da *National Security Agency*, o agravamento da crise econômica (CORNETET, 2014), e aos constrangimentos internos que se agravaram no segundo mandato.

Para Saraiva e Velasco (2016) tanto a crise política quanto o agravamento da crise econômica contribuíram para que o Brasil não tivesse atuação destacada na reincorporação de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA), como era esperado; ocupasse posição marginal no processo de paz da Colômbia; evitasse críticas mais contundentes à situação doméstica da Venezuela; tivesse desinteresse de arcar com os custos da cooperação regional na Unasul; e ficasse em um impasse quanto aos obstáculos às exportações brasileiras na Argentina. Em seu primeiro governo, houve também o impasse gerado pela fuga do ex-senador boliviano, Roger Molina, para o Brasil, o qual levou a que o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, pedisse demissão do cargo (PASSARINHO, 2013).

Também se observou uma maior ênfase em relação aos BRICS e acordos bilaterais em detrimento de ações mais efetivas na região sul-americana, incluindo a Unasul – tendo em vista que a construção daquele se deu durante o mandato de seu antecessor. Análises acadêmicas já cogitavam que a opção por não desenvolver uma burocracia própria da Unasul poderia torná-la vulnerável às mudanças governamentais e períodos de instabilidade políticas (MARIANO et al, 2015), o que se tornou realidade a partir de 2016 adiante.

Segundo Berringer (2015), as importações chinesas e as implicações para as indústrias brasileiras, a crise econômica argentina e o aumento de restrições da mesma às importações brasileiras se apresentariam como desafios ao Mercosul e ao modelo neodesenvolvimentista para o segundo governo Rousseff.

Nesse contexto de fim do ciclo de crescimento econômico impulsionado pela exportação de *commodities*, algumas análises apontam que as indicações para ocuparem o Itamaraty, MDIC e Fazenda estavam em "sintonia" em decorrência da necessidade de retomar o crescimento econômico (FLECK, 2015). Portanto, a nomeação de Monteiro para o MDIC já ao final de 2014, a escolha de Mauro Vieira em 2015 para o Itamaraty a fim de dar sintonia à pauta comercial e a retração da diplomacia presidencial por parte de Dilma Rousseff em decorrência dos conflitos internos são fatores que corroboram o entendimento que a agenda comercial do MDIC impulsionou a relação entre o Brasil e a Aliança do Pacífico.

Antes mesmo de tomar posse como ministro, Monteiro já defendia a mudança na prioridade dos acordos Sul-Sul, buscando parceria com os EUA, o México e a Aliança do Pacífico, defendendo a União Aduaneira do Mercosul, mas reivindicando liberdade para adotar ações mais ofensiva em algumas áreas (MONTEIRO, 2014). Para Monteiro, o diálogo com a Aliança do Pacífico deveria ser uma prioridade em matéria de comércio exterior para o Brasil no ano de 2015; em janeiro deste ano, o MDIC já sinalizava a realização de missões empresariais brasileiras no Chile, Colômbia, Peru e México a fim de impulsionar as exportações do país (MDIC..., 2015).

O relacionamento com a Aliança do Pacífico impulsionado pelo MDIC reflete à demanda do empresariado por garantir a presença brasileira nos mercados desses países em um contexto de retração das exportações brasileiras e principalmente por Monteiro já ter sido presidente da CNI. Ainda que o relacionamento com o bloco seja aludido, foi priorizado o relacionamento bilateral do Brasil com os países membros da Aliança do Pacífico, tendo em vista as missões empresariais realizadas nesses países durante o ano de 2015 e 2016, até o momento da destituição de Rousseff (EXPORTAÇÕES..., 2015). A celebração de acordos bilaterais já era uma necessidade apontada por Monteiro quando este ainda era senador e havia participado das primeiras discussões sobre a Aliança do Pacífico no Senado Federal em junho de 2013.

Além disso, o conteúdo dos acordos negociados ao longo do ano foram aqueles propostos pelo documento "Agenda de Integração Externa" da FIESP em junho de 2013: serviços, compra governamentais, investimento, barreiras sanitárias e fitossanitárias (FIESP, 2013). Dentre as áreas destacadas pela FIESP, ressalta-se também o envolvimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no relacionamento com a Aliança do Pacífico em 2015: em maio, a ministra de Agricultura, Kátia Abreu, presidiu a reunião de trabalho para a harmonização de normas sanitárias entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico (MERCOSUL..., 2015a).

Em junho, o ministro Armando Monteiro afirmou que o Brasil precisava se integrar às redes de acordos comerciais e que o Mercosul não poderia se constituir uma trava à inserção do Brasil em outros blocos econômicos (SALES; BATISTA, 2015). Motivado pela busca do crescimento econômico e desenvolvimento em decorrência da queda das exportações brasileiras para os grandes blocos comerciais, também em junho o MDIC lançou o Plano Nacional de Exportações, com o objetivo de aumentar a presença de empresas brasileiras no mundo, identificando os 32 mercados prioritários para a ação brasileira – sendo 10 deles latino-americanos: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Cuba e México (MINISTRO..., 2015a).

No mês seguinte, Monteiro deu início às viagens e às missões empresariais aos países que constam no Plano Nacional de Exportações e que são partes da Aliança do Pacífico: viajou ao Peru e Colômbia para assinar acordos que incrementassem as trocas comerciais, promovessem as empresas brasileiras e fortalecessem o investimento para os setores produtivos, em um esforço para antecipar a desgravação tarifária de 2019 para 2016 (proposta que o Brasil já havia levado ao Mercosul anteriormente). Em maio acompanhou Rousseff em sua viagem oficial ao México e, em outubro, à Colômbia, onde a mandatária assinou acordos de facilitação do comércio e declarou que o Mercosul e a Aliança do Pacífico deveriam convergir. Em novembro, o ministro liderou uma missão empresarial no Chile, onde assinou um acordo de cooperação e facilitação de investimentos entre este país e o Brasil. Em novembro também foi realizada a reunião entre representantes brasileiros e mexicanos para o aprofundamento e ampliação do Acordo de Complementação Econômica com o México (ACE-53³²) (BRASIL..., 2015c; COMÉRCIO..., 2015; MINISTRO..., 2015b).

Em fevereiro de 2016, Monteiro acompanhou a viagem oficial de Rousseff ao Chile, onde o ministro destacou que a aproximação com a Aliança do Pacífico continuaria a ser prioridade para o Brasil. Em abril do mesmo ano, foi realizada a reunião de Monitoramento Comercial entre Brasil e Chile, na qual destacaram a necessidade de fortalecer os laços comerciais e de investimentos entre os dois países e no mesmo mês também foi assinado o Acordo de Ampliação Econômico Comercial Brasil-Peru, no qual se "estabelece a liberalização de serviços, abertura dos mercados de compras públicas e inclui um capítulo de investimentos nos moldes dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos" (BRASIL..., 2016a; BRASIL..., 2016b).

Ademais, nesse período (2015 – 2016), o Ministro também reforçou os laços comerciais com os países do Mercosul que são Estados Observadores da Aliança do Pacífico: em se-

³² O ACE-53 estabeleceu Acordo de Preferências Tarifárias Fixas entre Brasil e México, e não um Acordo de Livre-Comércio (ALADI, 2019b).

tembro de 2015, Monteiro viajou ao Paraguai para discutir com o presidente Horácio Cartes temas sobre integração produtiva e aumento do comércio bilateral e, em dezembro, assinou junto à sua homóloga uruguaia, em Brasília, um acordo automotivo de livre-comércio com o Uruguai. Em relação à Argentina, Monteiro avaliou positivamente a eleição de Maurício Macri no país por este ser um presidente favorável ao mercado e em fevereiro de 2016 anunciou as negociações do acordo automotivo entre Brasil e Argentina (ESPOSITO, 2015; RODRIGUES, 2015; BRASIL..., 2016).

O posicionamento e ações do ministro Vieira ao longo do governo mantém consonância com a agenda do MDIC em relação à Aliança do Pacífico, no entanto, é notável a continuidade da linha argumentativa do Itamaraty em relação àquela: a ideia por trás do bloco não era inovadora, pois os acordos negociados já existiam no âmbito da ALADI; o Mercosul não era um bloco estagnado e nem fracassado pois o comércio intrabloco neste era maior que o da Aliança do Pacífico; e o Mercosul já tinha acordos de complementação econômica com Chile, Peru e Colômbia que possibilitaria uma Área de Livre-Comércio na América do Sul até 2019. Também foi reforçada a ideia de que estes países, Chile, Peru e Colômbia, eram Estados Associados do Mercosul, corroborando para a ideia de defesa do Mercosul enquanto projeto de integração sul-americano onde o diálogo entre Aliança do Pacífico e Mercosul deveria ir além de temas comerciais (VIEIRA, 2015a, 2015b).

Em abril de 2015, Vieira realizou visita oficial ao Chile para tratar de temas bilaterais, como cooperação nas áreas energéticas, científica e tecnológica, de defesa, de investimentos, de infraestrutura, mas também o diálogo entre Mercosul e Aliança do Pacífico (ITAMARATY, 2015b).

Nesse mesmo mês, na reunião do GMC, a Presidência Pro Tempore brasileira enviou a proposta de “Plano de Ação” para o diálogo Mercosul e Aliança do Pacífico, e deu prosseguimento às reuniões do ACE-35 (Chile), ACE-58 (Peru) e ACE-59 (Colômbia). Em maio, foi anunciado o envio da proposta do “Plano de Ação” para a Presidência Pro Tempore mexicana na Aliança do Pacífico e também para o governo chileno sobre os seguintes tópicos: aprofundamento dos ACEs; certificado de origem; participação das empresas do Mercosul nas *Macro Ruedas de Negocios de la Alianza del Pacífico*; acumulação de origem; janelas únicas de comércio exterior; cooperação aduaneira. Paralelamente, as delegações venezuelana e boliviana manifestaram a necessidade de avançar no relacionamento com a ALBA e CARICOM (ITAMARATY, 2015c; MERCOSUL, 2015b; 2015c).

Na reunião do CMC em julho de 2015, a Presidência Pro Tempore brasileira apresentou os resultados de sua gestão, dentre os quais incluem a assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul e a apresentação do Plano de Ação para o diálogo com a Aliança do

Pacífico. Em dezembro, as delegações do GMC coincidiram no interesse de realizar uma reunião de alto nível entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico (MERCOSUL, 2015d, 2015e).

Como resultado da iniciativa brasileira para a aproximação com a Aliança do Pacífico, os comunicados conjuntos dos presidentes dos Estados-partes evoluíram de uma simples saudação à Aliança do Pacífico em 2014 para uma declaração de interesse que se realizasse um novo encontro de alto nível entre os blocos em 2015, além de reconhecer que o Mercosul deveria incrementar sua participação nos fluxos mundiais de comércio e investimentos por meio de acordos ambiciosos com países e blocos de todo o mundo (MERCOSUL, 2015f, 2015g, 2015h).

Em meio à crescente oposição doméstica ao seu governo, os posicionamentos de Rousseff refletiram as iniciativas de Monteiro e Vieira no MDIC e MRE respectivamente. No discurso presidencial, a aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico foi algo positivamente avaliado, sendo reiterado em várias ocasiões o processo de aproximação e a disposição brasileira para se tratar do tema e de estabelecer uma Área de Livre-Comércio latino-americana – expandindo o discurso de América do Sul para América Latina. Em viagens oficiais ao México e Colômbia, para o público empresarial, Rousseff destacava que o Mercosul e a Aliança do Pacífico eram complementares e deviam convergir, destacando que os modelos de inserção, ainda que diferentes, não eram impeditivos para a integração regional (ITAMARATY, 2015d; ROUSSEFF, 2015a; 2015b, 2015c, 2015d).

Durante viagem oficial ao Chile, Rousseff declarou seu apreço à iniciativa chilena de promover o diálogo entre os blocos para facilitar e construir uma aproximação, segundo suas palavras, estratégica para a América do Sul. Segundo Rousseff, no contexto de crise, queda dos preços das commodities e desaceleração de economias emergentes, a cooperação se tornava o caminho pelo qual o desenvolvimento econômico era retomado. O discurso de Rousseff também foi marcado pelo apreço à sua homóloga, Michelle Bachelet, a qual é chamada de “amiga” e “querida presidenta” (ROUSSEFF, 2016).

O crescimento da Aliança do Pacífico na região pode provocar alterações no discurso de atores importantes, identificados como parte da “corrente autonomista” que compuseram o quadro governamental de Rousseff e que já haviam se expressado sobre o tema: Celso Amorim, apesar de já não ser mais ministro no segundo governo Rousseff, afirmou que “investidas conservadoras” na América Latina ameaçavam as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos, e comentou que este bloco se apresentava mais atrativo àqueles que desejam a liberalização total dos mercados (INVESTIDAS..., 2015). Por sua vez, Marco Aurélio Garcia, declarou que a região atravessava uma situação difícil na qual já não havia discussão política sobre integração regional (INFOREL, 2015b).

As alterações também são averiguadas no discurso presidencial, que antes classificava o modelo de integração da Aliança do Pacífico como uma estratégia do século passado e que passou a reconhecer a Aliança do Pacífico como estratégica para a região. A escolha de Armando Monteiro para o MDIC, quem defendia mais liberdade em negociações comerciais, e a escolha de Vieira para o MRE são indicativos de que o segundo governo Rousseff também foi marcado por um pragmatismo comercial da atuação externa.

O “perfil de diálogo” com a Aliança do Pacífico, a partir do 2015, fundamentou-se na forte oposição interna ao governo Rousseff; nas condições materiais da época (queda das exportações brasileiras aos países da Aliança do Pacífico e baixo desempenho da economia brasileira); na crise do neodesenvolvimentismo e no pragmatismo comercial da atuação externa (agenda comercial baseada em temas tarifários e não tarifários impulsionada pelo MDIC e Itamaraty); na ausência de diplomatas da corrente autonomista nos principais postos do Itamaraty; e na descontinuidade do regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico. Contudo, a preferência por conformar uma Zona de Livre-Comércio sul-americana e expandir o Mercosul se mantém, como a adesão da Bolívia à categoria Estado Parte do Mercosul.

A destituição de Rousseff da Presidência e a ascensão ao poder das forças políticas que levaram a cabo seu processo de *impeachment* (BANZATTO, MENEZES, 2016), e a eleição de Mauricio Macri na Argentina foram fatores importantes no desmonte de uma comunidade epistêmica favorável à integração regional nos marcos do regionalismo pós-liberal, que levou à revisão do Mercosul e à criação da Unasul e Celac (SARAIVA, VELASCO, 2016).

O então vice-presidente, Michel Temer, ocupou o cargo presidencial de forma interina em maio e de forma definitiva de agosto de 2016 até 1º de janeiro de 2019. Ainda que houvesse relativa estabilidade no campo econômico, este pode ser considerado como um dos períodos mais conturbados da história político-institucional do país. O governo Temer adotou dois objetivos: alcançar maior legitimidade do novo governo, principalmente da própria figura presidencial, e sustentar-se no poder, agindo de forma a dar resposta imediata aos setores políticos e econômicos que o apoiam, e diante à revelação de casos de corrupção através do mecanismo de delação premiada (MARIANO, 2017).

Sua política externa de forma geral foi caracterizada a partir do binômio “retração política e pragmatismo econômico”, em que se destacam a priorização do Acordo Mercosul-União Europeia e Mercosul-Aliança do Pacífico, o isolamento diplomático da Venezuela, a busca por acordos bilaterais e o *low-profile* em fóruns multilaterais (NUNES, RODRIGUEZ, 2017). Mariano (2017) identifica cinco frentes de ação da política externa do período Temer: a rearticulação com a Argentina na integração regional; o posicionamento crítico em relação à Venezuela; o esforço de fazer com que o Mercosul “voltasse às suas origens” do livre-

comércio, enfatizando o aspecto comercial da integração regional; a prioridade às parcerias tradicionais com países desenvolvidos (EUA, Europa, Japão, Acordo Mercosul-UE e entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); e a continuidade dos compromissos assumidos anteriormente, como a diversificação de parcerias, articulação com países emergentes e os BRICS.

Especificamente sobre a integração regional, o governo Temer passou a defender um projeto de retomar o regionalismo aberto sob a ideia da flexibilização do Mercosul; a revisão das parcerias regionais; a estratégia de liderança regional; e aproximação mais incisiva com a Aliança do Pacífico (MARIANO, MENEZES, 2016). Isto se deve, em parte, aos dois ministros do Itaramaty que ocuparam a pasta e que eram filiados ao PSDB, José Serra e Aloysio Nunes, pois suas ações enquanto ministros refletiram as ideias partidárias contidas no programa de governo do PSDB nas eleições de 2010 e 2014: protagonismo global, não ideologização da política externa e priorização (ou também fusão) do comércio exterior na política externa em relação ao seu entorno regional (PSDB, 2010; PSDB, 2014).

A aproximação com a Aliança do Pacífico passou a cumprir com o objetivo de retomar o regionalismo aberto da década de 1990 (MARIANO, 2017). Assim que tomou posse como ministro de Relações Exteriores, Serra afirmou que o Mercosul deveria passar por uma correção, principalmente no que diz respeito ao livre-comércio e entre os membros do bloco, e continuar a construir pontes com a Aliança do Pacífico para não promover divisões na América do Sul (SERRA, 2016). Ainda que o novo ministro tivesse declarado que os acordos bilaterais seriam buscados de forma desinibida, o discurso dos governos anteriores de que já existe livre-comércio entre Brasil e os países da Aliança do Pacífico foi mantido (ACORDOS..., 2016).

Durante o ano de 2016, o Mercosul foi marcado pela divergência de seus membros em relação à questão democrática da Venezuela, gerando uma crise política interna que levou a suspender a Presidência Pro Tempore venezuelana e, conseqüentemente, a não realização da Cúpula em julho daquele ano (CAVALHEIRO, 2016). Inclusive, durante a crise interna do Mercosul, o presidente paraguaio, Horácio Cartes, declarou que a situação da Presidência Pro Tempore do Mercosul não deveria gerar atritos com a Aliança do Pacífico (PARAGUAI..., 2016).

Não foi publicado nenhum “Comunicado Conjunto dos Estados Partes do Mercosul” em que se reiterasse o interesse de prosseguir com o diálogo com a Aliança do Pacífico. No entanto, a intenção de aprofundar a aproximação com a Aliança do Pacífico foi expressa em encontros bilaterais entre os presidentes e/ou chanceleres do Mercosul e também nas reuniões do GMC e CMC durante 2016. Apesar do rompimento institucional com a deposição de Ro-

usseff em maio de 2016, a aproximação com a Aliança do Pacífico através do relacionamento bilateral entre o Mercosul e Peru e Mercosul e Colômbia, por meio dos ACEs, e do Plano de Ação foi bem avaliado, sendo que a celeridade do processo era estimada pelo Brasil, conforme as atas das reuniões do GMC (MERCOSUL, 2016a; 2016b).

Em junho de 2016 os chanceleres do Brasil e Paraguai deram a conhecer a conveniência de estreitar os laços entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, os quais declararam que estavam unidos por uma série de acordos comerciais, mas que seria necessário ampliá-los e remover outros entraves ao comércio (ITAMARATY, 2016a).

Em julho, Serra viajou ao México para dar prosseguimento às negociações do ACE-53 (EFE, 2016), e durante a visita do presidente brasileiro à Argentina em outubro, Temer e Macri destacaram o interesse de avançar no diálogo iniciado entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, com base nas áreas de interesse comum acordadas, tais como facilitação do comércio, cooperação aduaneira, promoção comercial e pequenas e médias empresas (ITAMARATY, 2016b). Em dezembro, as delegações dos países membros do Mercosul apresentaram informes individuais sobre as tarefas desenvolvidas no âmbito de relacionamento externo e intrabloco (MERCOSUL, 2016c).

Ao final de 2016, com a vitória do *Brexit*, a eleição de Trump nos EUA e possível retirada do país do TPP, o chanceler brasileiro já sinalizava que estes seriam fatores que poderiam trazer implicações à atuação externa brasileira para o ano seguinte e, portanto, uma aproximação do Mercosul com a Aliança do Pacífico seria oportuna para enfrentar o cenário que se colocava (AGOSTINI, 2016).

Por ocasião da visita do presidente argentino ao Brasil em janeiro, Temer destacou que “no momento em que ganham forças tendências de desunião, isolamento e protecionismo, Argentina e Brasil respondem com mais aproximação, mais diálogo, mais comércio” (TEMER, 2017a). Temer e Macri ressaltaram que durante as presidências pro-tempore da Argentina e do Brasil ao longo de 2017 se daria importância de avançar nas tratativas com a Aliança do Pacífico, tendo como base as áreas de interesse comum pré-acordadas (ITAMARATY, 2017a).

Como apresentado no segundo capítulo, os chanceleres do Mercosul e Aliança do Pacífico reuniram-se em Buenos Aires no dia 7 de abril. Foi estabelecida a "*Hoja de Ruta*" com os temas em que os dois blocos poderiam convergir e incrementar o comércio regional visando diminuir a dependência das exportações de produtos primários (MERCOSUL..., 2017a). Também na ocasião, o chanceler brasileiro, junto ao ministro do MDIC, Marcos Pereira, assinaram o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) entre os países do Mercosul a fim de incrementar o relacionamento intrabloco (ACORDO..., 2017).

Nas semanas que antecederam o encontro ministerial, o MRE contatou as Embaixadas brasileiras nos países da Aliança do Pacífico para que estas pudessem expressar o interesse do ministro em reunir-se com seus pares às margens do encontro ministerial: foram contatadas e agendadas as reuniões com os chanceleres do Peru, México e Colômbia (ITAMARATY, 2017b; 2017c; 2017d).

No entendimento do Itamaraty, o diálogo do Mercosul com a Aliança do Pacífico iniciado em 2014 se apresentava como promissora de forma a aproveitar os acordos já existentes, via Mercosul, e expandi-los para outros temas para além da questão comercial tarifária. A “*Hoja de Ruta*” sintetiza justamente os temas que buscavam aproveitar os acordos já existentes (ARSLANIAN, 2017).

Após a reunião dos chanceleres do Mercosul e da Aliança do Pacífico, não se verificaram ações expressivas do Brasil em relação à Aliança do Pacífico, como fora no ano de 2015. A menção ao bloco era feita em encontros bilaterais com os países vizinhos, em reuniões de Cúpula do Mercosul e nas reuniões do GMC.

É válido ressaltar que a aproximação do Mercosul com a Aliança do Pacífico era citada como um dos resultados da atuação da política externa de governo de Michel Temer. Por exemplo, durante a visita do presidente paraguaio ao Brasil, Temer ressaltou que tanto o Brasil quanto o Paraguai tinham interesse de aproximar o Mercosul e Aliança do Pacífico, para também se aproximar da Ásia. Em novembro, o chanceler brasileiro viajou ao México para tratar das negociações do ACE-53, onde reiterou o interesse de ampliar o acordo e liberalizar as trocas comerciais entre Brasil e México, e a aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico (TEMER, 2017a; BRASIL..., 2017). Isso também se relaciona à necessidade de que Temer fosse legitimado como presidente apesar dos casos de corrupção de seu governo e à narrativa existente de que o *impeachment* fora, na verdade, um golpe articulado com o congresso e o Poder Judiciário.

No âmbito do GMC, deu-se continuidade às negociações referentes ao ACE-58 e foi iniciada a negociação de um novo ACE do Mercosul com a Colômbia (ACE-72³³). O grupo tomou nota do encontro de chanceleres do bloco em abril daquele ano e foi informado que a Presidência Pro Tempore argentina enviou a proposta de estabelecer um Mecanismo de Coordenação Conjunta denominado "MS-AP" à Presidência Pro Tempore chilena na Aliança do Pacífico. Em junho, todas as delegações manifestaram beneplácito sobre a proposta de realizar uma Mesa de Diálogo de Alto Nível público-privado, seguido do Seminário Mercosul –

³³ O ACE-72 tem como objetivo a conformação de uma área de livre-comércio entre Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai (ALADI, 2019b).

Aliança do Pacífico na reunião do GMC e GAN em julho de 2017 (MERCOSUL, 2017b, 2017c).

Durante o segundo semestre, sob a PPT do Brasil no Mercosul, em setembro o GMC e o GAN discutiram as atividades para implementar a “*Hoja de Ruta*”, acordada em abril, em que trataram dos seguintes temas: Certificação de Origem Digital, Janelas Únicas de Comércio Exterior, Temas Aduaneiros, Acumulação Regional de Origem e Cadeias Regionais de Valor, Barreiras não tarifárias, Promoção Comercial e Pequenas e Médias Empresas, e a proposta Mercosul de facilitação de comércio (sendo esta impulsionado pela PPT do Brasil para aprovação prévia entre os membros do Mercosul para então enviar à Aliança do Pacífico). As discussões sobre o ACE-58 e ACE-35, o depósito e internalização do ACE-72, continuaram em pauta (MERCOSUL, 2017d, 2017e).

Em novembro³⁴, o Brasil enviou a proposta de Marco Jurídico de Facilitação de Comércio entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico; a proposta de intercâmbio de informações sobre Pequenas e Médias Empresas; e a proposta de iniciativas facilitadoras de comércio (MERCOSUL, 2017f, 2017g, 2017h). O Marco Jurídico é um documento que diz respeito às diretrizes normativas para a criação de um entorno comercial que beneficie as comunidades empresariais; o segundo, para impulsionar uma melhor atuação das empresas; e o terceiro, para promover o entendimento comercial entre as partes em temas não tarifários.

Durante a Cúpula do Mercosul em Brasília, Temer citou a aproximação dos dois blocos e, juntamente a seus pares, saudou os avanços do novo ACE com a Colômbia (ACE-72), a execução dos trabalhos previstos pela “*Hoja de Ruta*” e a apresentação do Marco Jurídico de Facilitação de Comércio pelo Mercosul à Aliança do Pacífico. Ademais, os presidentes afirmaram o compromisso com a integração no sentido de estreitar a conexão entre eles ressaltando o corredor bioceânico para promover a convergência entre Aliança do Pacífico e Mercosul (TEMER, 2017b; ITAMARATY, 2017e).

É importante destacar que o Brasil, estando com a Presidência Pro Tempore do Mercosul, tratou de realizar o encontro de presidentes entre o último e a Aliança do Pacífico às margens da Cúpula do Mercosul em dezembro. Temer enviou através do Secretário-Geral do Itamaraty, Marcos Galvão, o convite para que os presidentes dos países da Aliança do Pacífico pudessem comparecer na reunião; foram entregues os convites ao chanceler chileno, Heraldo Muñoz, ao presidente colombiano, Juan Manuel Santos e ao presidente peruano, Pedro Pablo Kuczynski. O chanceler mexicano veio ao Brasil e se reuniu com seu homólogo, onde tratou do tema da aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico, mas não foi registrado o

³⁴ Não foi disponibilizada a ata da CVI reunião ordinária do GMC, ocorrida em novembro de 2017, no site do Mercosul (GestorWeb).

envio do convite para que o presidente mexicano participasse da reunião³⁵. O encontro presidencial não ocorreu como desejado (ITAMARATY, 2017f, 2017g, 2017h, 2017i).

Em decorrência da PPT do Brasil no Mercosul durante o 2º semestre de 2017, ao longo de 2018, os discursos de Temer sobre a Aliança do Pacífico foram marcados pela forte menção à ideia de que os dois blocos estavam se aproximando e que deveria levar a formação de uma "aliança" entre o bloco e o Mercosul, como sinalizado pelo mesmo no dia da posse de Sebastián Piñera como presidente do Chile (TEMER, 2018a, 2018b).

No primeiro semestre, Temer recebeu seus homólogos colombiano e chileno para tratar de assuntos bilaterais. Com o presidente colombiano, Temer discutiu sobre comércio, investimentos, cooperação em agricultura familiar e desminagem, segurança nas fronteiras e desenvolvimento fronteiriço, e o apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia, (ITAMARATY, 2018a).

Com o presidente chileno, foram assinados o Acordo de Compras Públicas e o Protocolo sobre Serviços Financeiros, e ambos os presidentes reafirmaram o compromisso do Brasil e Chile no aprofundamento do diálogo Mercosul e Aliança do Pacífico. Além disso, foi anunciado o início das negociações do Acordo Bilateral de Livre-Comércio entre os países, proposta feita por Piñera, para negociar os itens que não estavam nos acordos já existentes, como as barreiras regulatórias. Ao total, foram quatro rodadas de negociações durante o ano de 2018; o novo acordo complementa o ACE-35 no sentido de incluir 17 temas de natureza não tarifária, como comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; obstáculos técnicos ao comércio; facilitação de comércio; propriedade intelectual; e micro, pequenas e médias empresas, além de incorporar os acordos que já haviam sido assinados pelos dois países, como o Protocolo de Compras Públicas e o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras (ITAMARATY, 2018b, 2018c; TEMER, 2018c).

O discurso de aproximação com a Aliança do Pacífico era ressaltado como resultado do Mercosul que resgatou o livre-comércio como pilar do bloco, e da capacidade do Brasil de se abrir para o mundo, como as iniciativas de negociar acordos de livre-comércio do Mercosul com Canadá, Cingapura e Coreia do Sul (MEDIDAS..., 2018).

A integração regional, ressaltada por Temer como um imperativo histórico e constitucional, era entendida como a desburocratização do comércio entre os países da região. Por um

³⁵ O envio dos convites ao Chile, Colômbia e Peru através do Secretário-Geral do Itamaraty, Marcos Galvão, foi registrado na página oficial do Itamaraty na rede social *Facebook*. Mesmo com o registro da visita do chanceler mexicano na mesma rede social, não se fez menção à entrega de tal convite na publicação como nos outros casos citados; a decisão da pesquisa, então, foi de registrar que não houve o envio.

lado, o Brasil defendia a aproximação dos dois blocos e, por outro, avançava na assinatura de acordos e protocolos comerciais com os países membros da Aliança do Pacífico. Ademais, a celeridade da aproximação respondia às ameaças protecionistas (por exemplo, a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar as importações de aço do Brasil), as quais fomentavam a busca por alternativas de negociações comerciais. Nesse sentido, tanto o Mercosul e a Aliança do Pacífico deveriam defender a bandeira do livre-comércio, segundo Temer (TEMER, 2018d; MEIRELLES..., 2018).

No início de junho, o governo brasileiro organizou o seminário "Mercosul – Aliança do Pacífico: reforçando os vetores da integração" em Brasília, que reuniu pessoas ligadas ao governo, setor privado, academia e organizações internacionais – à semelhança do que fora o seminário realizado pelo Chile em 2014 (ITAMARATY, 2018d). No âmbito do GMC, foram tratados o convite da Aliança do Pacífico ao Mercosul para encontro presidencial e os acordos com Chile (ACE-35) e Colômbia (ACE-72) (MERCOSUL, 2018a).

Já na Cúpula do Mercosul no Paraguai, ao final de junho, Temer demonstrou o interesse de comparecer ao primeiro encontro de Presidentes da Aliança do Pacífico e do Mercosul no final de julho, e ainda declarou que "imagino que todos os representantes do Mercosul estarão no México para este convite que todos recebemos para promover esta aliança". Ao final da Cúpula do Mercosul, os presidentes destacaram, no Comunicado Conjunto, a importância de se avançar nas ações previstas na "*Hoja de Ruta*" (TEMER, 2018e; MERCOSUL, 2018b).

Às vésperas do primeiro encontro presidencial do Mercosul e Aliança do Pacífico, o vice-presidente da CNI, Paulo Tigre, destacou que a aproximação dos dois blocos por meio de acordos comerciais deveria ser prioritária, principalmente nos temas não tarifários, como a redução de burocracia; a eliminação de barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias; temas regulatórios; compras governamentais; e promoção de investimentos, a fim de aumentar o acesso do Brasil ao comércio de bens e serviços, e ao mercado de compras governamentais dos países da Aliança do Pacífico – considerando a perda de espaço das exportações brasileiras naqueles (LIMA, 2018).

O encontro ocorreu durante a Cúpula de Puerto Vallarta (2018). Porém, as expectativas para o primeiro encontro que reuniria todos os presidentes dos dois blocos foram frustradas, principalmente pela ausência do presidente argentino, Maurício Macri, e paraguaio, Horácio Cartes, os quais estavam preocupados com a situação política de seus países (BRANT, 2018); é importante mencionar que esses países são membros plenos do Mercosul e também Estados Observadores da Aliança do Pacífico.

Na ocasião, os presidentes assinaram a Declaração entre os Estados Partes do Acordo Marco da Aliança do Pacífico e os Estados Partes do Mercosul signatários do Tratado de As-

sunção, onde destacaram o compromisso com o livre-comércio, o sistema multilateral de comércio e o regionalismo aberto para a inserção eficiente no mundo globalizado, com o interesse de fortalecer os vínculos de cooperação nas áreas comerciais e econômicas de interesse comum, e o aprofundamento da aproximação entre as partes por meio da “*Hoja de Ruta*”. Também foi assinado o “Plano de Ação” a fim de complementar e ampliar as atividades da “*Hoja de Ruta*”. Os pontos acordados incluíram aqueles tratados pelo GMC e o GAN, e a estes somaram-se as seguintes áreas: turismo, mobilidade acadêmica, cooperação regulatória, agenda digital, mobilidade de pessoas, comércio inclusivo e gênero (MERCOSUL, 2018c; 2018d).

O “perfil de diálogo” com a Aliança do Pacífico durante o governo Temer é marcado pela acentuação das seguintes variáveis: os constrangimentos internos (instabilidade da política interna brasileira acompanhada da necessidade de legitimação do novo governo); os constrangimentos externos (expansão da Aliança do Pacífico através da categoria Estado Associado e a entrada da Argentina na categoria Estado Observador na mesma, *Brexit*, governo Trump, crise na Venezuela); a descontinuidade do regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico, e o resgate do regionalismo aberto; abertura comercial do Mercosul; o pragmatismo comercial da atuação externa (agenda comercial baseada em temas tarifários e não tarifários impulsionada pelo MDIC e Itamaraty); a ausência de diplomatas da corrente autonomista à frente do Itamaraty; o relacionamento bilateral com os membros da Aliança do Pacífico e no nível bloco a bloco (Mercosul – Aliança do Pacífico).

4.4 Análise do objeto de estudo e apresentação dos resultados

Após explicitar, a partir do exame de dados primários, quais foram as percepções e iniciativas da política externa brasileira diante a Aliança do Pacífico de 2011 a 2018, nesta subseção fez-se o esforço de dar inteligibilidade à postura brasileira para aquela a partir da abordagem teórica do primeiro capítulo para responder às perguntas feitas na Introdução: a Aliança do Pacífico se apresenta como conflitante ou complementar aos objetivos brasileiros relativos à integração regional estabelecidos de 2011 a 2018?

Retomando os postulados da abordagem teórica adotada nesta dissertação, de maneira geral a persuasão normativa é um processo que ocorre em um ambiente de interação social onde agentes persuasivos (*norm-entrepreneurs*) transformam suas ideias em estruturas normativas, e para tanto, se utilizam de condições materiais e da comunicação persuasiva fundamentada em argumentos estrategicamente moldados (*framing*) para demonstrar veracidade e validade dos mesmos em relação a outras ideias aceitas a fim de modificar crenças dos agentes

alvos da persuasão e levar à internalização de normas. Considera-se também que o que é proposto no nível internacional por um indivíduo/grupo de indivíduos que atuam em nome do Estado mantém relação com as dinâmicas de atores domésticos ao interior daquele.

A pesquisa, então, foi orientada a coletar e sistematizar as visões brasileiras sobre a Aliança do Pacífico ao longo do período abordado (2011 – 2018), considerando também as condições materiais, os constrangimentos internos e os constrangimentos externos.

Constatou-se que Rousseff indicava a continuidade da agenda de integração regional levada a cabo nos mandatos de seu antecessor até que, em abril de 2011, surgiu a Aliança do Pacífico com o objetivo de promover a integração profunda entre seus membros e estreitar seu relacionamento externo com a região Ásia-Pacífico. Ainda que as declarações dos membros do bloco ressaltassem a inexistência de um objetivo político para sua integração regional, a Aliança do Pacífico demarcou um posicionamento político de promover a liberalização comercial intrabloco e o regionalismo aberto, reforçando a política de abertura comercial de seus países.

Frente às diretrizes do nascente bloco, os quais são compreendidos como pilares de sua identidade, o Brasil buscou promover suas ideias acerca da integração regional: a defesa do Mercosul como plataforma para alcançar a integração regional sul-americana, seja pelos Estados Partes ou Estados Associados, que abarcavam todos os países da América do Sul. De 2011 a 2013, o discurso governamental brasileiro, compartilhado pelo MRE (Ministro e Embaixadores) buscava destacar os avanços do Mercosul, os quais o colocavam como um bloco à frente da Aliança do Pacífico, não apenas por uma questão de anos de existência: a Aliança do Pacífico não era algo inovador, pois os acordos de liberalização comercial já existiam na ALADI; o crescimento intrabloco do Mercosul era muito maior que o da Aliança do Pacífico; já existia liberalização comercial promovida entre eles e em 2019 haveria uma Zona de Livre Comércio em toda América do Sul; e o Mercosul promovia uma integração que ia além da questão comercial, com destaque ao aspecto social da integração e principalmente ao papel do FOCEM. Ainda que existissem exceções à União Aduaneira no Mercosul, essas eram justificadas para acomodar os interesses dos membros no mesmo.

Destacam-se a declaração presidencial de expandir o Mercosul em 2011, a criação do Foro Empresarial do Mercosul em 2012, a solicitação do representante brasileiro na ALADI para adequação do site institucional do Mercosul e a solicitação do GMC de que o Mercosul se tornasse um Estado Observador como respostas diante aos impactos da Aliança do Pacífico em três formas: expansão de seus membros, inclusão da temática empresarial no processo de integração e divulgação das informações sobre os avanços positivos do Mercosul.

O discurso presidencial buscou desmitificar a Aliança do Pacífico pela via de seu relacionamento externo: a ideia de que a Aliança do Pacífico, dizendo que tinha sido induzida por terceiros, teria vantagens sobre o Brasil no que diz respeito ao relacionamento com a China e EUA e destacando a relação de “outra qualidade” com a China e bom relacionamento com os EUA porque era uma relação que se fundamentava pela priorização do setor industrial brasileiro.

Contudo, a partir de junho de 2013 o Brasil teve que contornar o maior impacto da Aliança do Pacífico: a decisão do bloco de liberalizar 90% do comércio entre as partes. A partir de então, atores domésticos (parlamentários, imprensa e empresariado) se articulam em prol do setor industrial para pressionar o governo a responder aos impactos que aquela decisão poderia trazer a esse setor e, conseqüentemente, à inserção comercial internacional do Brasil. Destaca-se que o ambiente onde decorre essa demanda é a CREDN do Senado Federal, onde os senadores se utilizaram das atribuições garantidas pelo Regimento Interno (convocação de Ministro de Estado) para constranger o governo a se posicionar a respeito e o contexto político pelo qual passava o país era de intensas manifestações que criticavam o governo Rousseff.

Depreendeu-se que a decisão de liberalizar 90% do universo tarifário, anunciada na Cúpula de Cali (2013), impactou substantivamente nas percepções de importantes atores domésticos brasileiros, de forma que foi se consolidando um conhecimento intersubjetivo de que a Aliança do Pacífico era um bloco em ascensão e que estava dando passos em direção à sua consolidação e atratividade, se inserindo e se destacando nas principais negociações comerciais (TPP, direcionamento à região asiática, acordos com a China e EUA), ou seja, sendo reconhecida por esses atores como uma iniciativa de sucesso. Diante esse novo cenário que a Aliança do Pacífico começava a desenhar na região, consolidava-se por sua vez o conhecimento intersubjetivo de que o Brasil se encontrava “preso” e “atrelado” ao Mercosul e à necessidade de negociação conjunta com os demais membros do bloco, e de que não havia um plano de governo que impulsionasse o bloco nas principais negociações comerciais, o que o tornava “atrasado” em relação à Aliança do Pacífico. Ademais, a falta de avanço e de perspectivas para a conclusão do acordo Mercosul-UE contribuiu para a percepção de que a integração regional proposta pela Aliança do Pacífico seria mais atrativa por alcançar resultados desejados em pouco tempo.

Isso levou a que o discurso governamental reiterasse em diversas ocasiões quais eram vantagens do Mercosul em relação à Aliança do Pacífico, e também as vantagens para o Brasil de fazer parte daquele. Ou seja, por parte da Presidência e do Itamaraty havia um esforço

de que as ideias defendidas também fossem aceitas e se consolidassem em um conhecimento intersubjetivo compartilhado pelos atores domésticos.

Ainda assim, a necessidade de se reiterar o mesmo discurso repetidamente indica um confronto entre a demanda que surgia pelos atores domésticos e o entendimento existente sobre a finalidade do processo de integração regional do Mercosul, colocando em xeque e desgastando os argumentos que sustentam o último. Tendo em vista os pressupostos ressaltados pelo capítulo teórico, que ideias novas competem com ideias previamente internalizadas, em junho de 2013 iniciou-se um embate de percepções com respeito ao que deveria ser feito em relação à Aliança do Pacífico: enquanto atores domésticos demandavam uma ação por parte da política externa, o discurso governamental indicava que não seria necessário tomar alguma medida, pois aquela não era algo inovador e não trazia impactos sobre os acordos e mecanismos de integração regional que o Brasil fazia parte e nem para seu relacionamento externo.

O discurso até então defendido pelo MRE de que em 2019 haveria uma Zona de Livre-Comércio em toda América do Sul se materializa em uma proposta de antecipar o cronograma de desgravação tarifária de 2019 para 2014, que seria levada em reunião do GMC e na reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul. A proposta apresentada, visando às negociações do ACE-58 e ACE-59, atendia principalmente à necessidade do setor industrial de conter o impacto da Aliança do Pacífico, tal como sugerido pela FIESP. Foi uma proposta que, por um lado atende a demanda do empresariado e por outro está em consonância com o discurso de priorização da integração da América do Sul via Mercosul.

Entende-se que o Brasil, ao levar a proposta para o Mercosul, tentou induzir uma mudança de comportamento nos membros do bloco através de seus argumentos, defendendo a veracidade daqueles dentro de uma perspectiva de ganhos comerciais que privilegiava tanto o país quanto os demais membros. O Brasil, sendo o ator persuasivo, agiu em princípios de argumento deliberativo, moldando sua argumentação conforme as crenças dos demais membros sobre a valorização do processo de integração regional da América do Sul e a importância do aspecto comercial da mesma, e priorização desta região ao ressaltar o Peru e a Colômbia não como Estados Partes da Aliança do Pacífico, mas como Estados Associados ao Mercosul. A internalização desta norma pelos formuladores de política externa brasileira (Presidência e MRE), sendo demandada por atores domésticos, levou o país realizar essa proposta no âmbito do Mercosul, porém foi recusada em contraposição à proposta venezuelana de privilegiar as relações entre aquele, a ALBA, a Petrocaribe e a Caricom.

As possíveis causas da não aceitação da proposta brasileira também podem ser explicadas pelas condições para que ocorra a persuasão normativa, focando nos agentes alvos e no ambiente de interação: os demais países membros do Mercosul, portanto, alvos do agente per-

suasivo, já possuíam crenças prévias sobre acordos de livre-comércio, as quais eram inconsistentes com a mensagem do Brasil, mas favoráveis à proposta venezuelana, pois ainda não eram sentidos os efeitos do fim do ciclo das *commodities*. Além disso, a interação ocorreu em um ambiente mais politizado (GMC e Cúpula de Presidentes), onde as ideias expressas pelas partes poderiam ser apresentadas, questionadas e confrontadas no que concerne às ações que deveriam ser tomadas no Mercosul.

Não se deve deixar de mencionar que a iniciativa chilena de “*Convergencia en la diversidad*” se tornou uma oportunidade para que o Brasil levasse a proposta de aproximação ao Mercosul e também para que os membros do bloco comesçassem a internalizar a ideia de promover uma aproximação entre ambos os blocos em temas possíveis.

A partir de 2015, duas variáveis relevantes no processo de persuasão normativa se acentuaram e contribuíram tanto para as proposições feitas pelo Brasil quanto à aceitação das mesmas pelos demais membros do Mercosul: as condições materiais (baixo crescimento da economia brasileira e regional, e queda das exportações brasileiras aos países da Aliança do Pacífico) e os atores domésticos (forte oposição doméstica e atuação ativa do empresariado).

Tais condições materiais foram importantes para que ainda no governo Rousseff se desejasse aproximar ainda mais dos países da Aliança do Pacífico. Com Armando Monteiro à frente do MDIC, as demandas da FIESP e CNI encontraram espaço na agenda desta agência governamental, pois Monteiro, quem até então ocupava o cargo de senador, também já foi presidente da CNI. A escolha de Mauro Vieira para o MRE, cuja nomeação se deu depois a da de Monteiro, também representou o anseio de dar sintonia à pauta comercial mais ativa que seria levada a cabo durante o segundo mandato de Rousseff.

Tanto o conteúdo quanto a forma para se aproximar dos países da Aliança do Pacífico e dos países do Mercosul que eram Estados Observadores da Aliança do Pacífico, de 2015 a 2016, atenderam à visão empresarial sobre a integração regional: foi privilegiado o relacionamento bilateral nos temas de serviços, compra governamentais, investimento, barreiras sanitárias e fitossanitárias, e a partir de 2015, a aproximação com o México através do ACE-53 também entrou em pauta. Os pronunciamentos e iniciativas do MRE mantiveram consonância com a agenda do MDIC, mas preservando os argumentos em defesa da integração regional promovida pelo Mercosul.

Com a destituição de Rousseff do cargo da Presidência da República, o governo Temer buscou promover uma agenda política marcadamente distinta do governo anterior. Com respeito à integração regional, ganhou força a ideia de que o Mercosul deveria promover uma integração baseada no comércio exterior, enfraquecendo o argumento dos governos anteriores de que a integração regional deveria incluir temas como correção de assimetrias, integração

energética, social e de infraestrutura; também foi enfraquecido o argumento de que a integração regional seguiria o modelo de círculos concêntricos, focando-se apenas no funcionamento do Mercosul para tal. A demanda de grupos empresariais encontrou espaço também na agenda do MRE, cujos ministros eram do PSDB, partido com tradição de defender a integração regional pautada pelo aspecto comercial e a flexibilização do Mercosul.

A partir de 2017, o relacionamento entre Mercosul e Aliança do Pacífico foi intensificado devido a, principalmente, dois constrangimentos externos e o que eles poderiam representar futuramente para os interesses do novo governo com respeito ao processo de abertura da economia brasileira: o *Brexit* e o governo de Donald Trump. Os chanceleres dos dois blocos assinaram então a “*Hoja de Ruta*”, documento no qual foram definidas as diretrizes que pautariam o relacionamento entre os dois blocos diante às incertezas do novo cenário global. O relacionamento com a Aliança do Pacífico se alimentava e se justificava ao mesmo tempo pela nova visão do governo de resgatar as origens do Mercosul, ou seja, os acordos de livre-comércio e de promover a abertura da economia brasileira ao mundo. A destituição de Rousseff da presidência e, conseqüentemente, a posse do cargo presidencial por Michel Temer insere-se também no novo cenário regional de presidentes favoráveis à visão de mercado; sendo assim, a aproximação com a Aliança do Pacífico durante o governo Temer é vista como benéfica para o próprio Mercosul.

No âmbito do GMC e CMC, de 2015 a 2018, a aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico aconteciam em duas frentes: a negociação dos ACEs com Chile, Colômbia e Peru, e o relacionamento bloco a bloco. Apenas o ACE-53 foi negociado bilateralmente, os demais eram negociados no Mercosul.

Com ênfase nas Presidências Pro Tempore brasileiras, em 2015 se apresentou o “Plano de Ação” para aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico e levou a que, no Comunicado Conjunto das Presidentas e Presidentes do Mercosul, se demonstrasse o interesse de realizar um novo encontro de alto nível entre os blocos. E na Presidência Pro Tempore de 2017, deu-se continuidade à implementação das diretrizes previstas na “*Hoja de Ruta*” e foi proposto um Marco Jurídico para o relacionamento entre Mercosul e Aliança do Pacífico, as quais levaram a que o Brasil tentasse realizar o encontro presidencial entre os mandatários dos blocos durante a Cúpula do Mercosul daquele ano em Brasília e que o discurso presidencial em 2018 passasse a enfatizar e desejar ainda mais a aproximação. Fora do ambiente institucional do Mercosul, também se observou a continuidade do relacionamento bilateral entre Brasil e países da Aliança do Pacífico.

O Brasil entende a Aliança do Pacífico como um bloco que pode trazer impactos negativos e propõe em 2014 a aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico como forma de

contê-los. Até 2015, ideia de aproximação não foi internalizada pelos demais membros do Mercosul devido à visão de integração regional promovida pelas partes, que estavam em discordância com a visão promovida pela Aliança do Pacífico. A partir de 2015, com os efeitos da desaceleração das economias regionais, da atuação brasileira na Presidência Pro Tempore do Mercosul e da proposta chilena de “*Convergencia en la diversidad*”, a ideia de se aproximar em passa a ser aceita. A ascensão de governos de direita na América do Sul e a intenção de resgatar o regionalismo aberto, o *Brexit* e o governo de Donald Trump foram acontecimentos que colaboraram para que os membros do Mercosul quisessem intensificar a aproximação diante um cenário de instabilidades e incertezas da política internacional, cujos pilares, globalização e livre-comércio, eram colocados em xeque. De 2015 a 2018, não fora necessário moldar estrategicamente os argumentos para se aproximar da Aliança do Pacífico, pois se entende que os demais membros do Mercosul passaram a compartilhar visão similar a da Aliança do Pacífico (inclusive, fazendo parte da categoria Estado Observador) e a internalizar a ideia de aproximação também como resposta ao contexto do momento. Quanto ao ambiente de interação, destaca-se que as reuniões bilaterais foram ambientes mais insulados, possibilitando a continuidade da aproximação, e que nos ambientes politizados, GMC, CMC e Cúpulas de Presidentes, a partir de 2016, a ideia de aproximação não encontrou resistências devido à convergência de visões entre os membros do Mercosul.

Ainda que houvesse uma mudança de governo e de visões sobre a integração regional e o papel do Mercosul durante governo Temer, foi preservado o modelo institucional do bloco; ou seja, não se visualizou o anúncio de retornar de uma União Aduaneira para uma Área de Livre-Comércio, pois seu formato atende aos interesses da política externa. O empresariado, o ator doméstico mais interessado na aproximação desde o início devido à preocupação de que a Aliança do Pacífico impactasse negativamente sobre o Brasil, teve suas demandas contempladas também pela agenda do MRE durante a gestão de Michel Temer, garantindo uma continuação das pautas sobre o relacionamento com a Aliança do Pacífico.

E ainda que a “*Hoja de Ruta*” tenha sido desenhada em seu governo, Temer dá prosseguimento a uma agenda já existente no âmbito do GMC dos governos anteriores e, diferentemente dos demais membros do Mercosul, não solicitou a entrada do Brasil à categoria de Estado Observador da Aliança do Pacífico, mesmo que os governos do Mercosul estivessem em sintonia no que diz respeito à abertura comercial. Ademais, o Mercosul passou a negociar Acordos de Livre-Comércio com os países que em 2017 e 2018 se juntaram à categoria de Estado Associado da Aliança do Pacífico: Singapura, Canadá e Coreia do Sul. As percepções do Brasil sobre a Aliança do Pacífico, para além do discurso formal, mantiveram continuidade mesmo com mudanças de governo; o que muda de um governo para o outro é a conveniência

de intensificar a aproximação com o bloco devido aos constrangimentos externos, os quais também poderiam impactar negativamente sobre a atuação externa do Brasil.

Portanto, a resposta para a pergunta feita por esta pesquisa é que a Aliança do Pacífico se apresenta como um bloco que entra em conflito ao que Brasil propõe como projeto de integração regional fundamentado no Mercosul. O discurso de aproximação levado a cabo pelo Brasil desde final de 2013 revela que por trás dele há uma intenção de conter os efeitos da Aliança do Pacífico sobre o Brasil e conseqüentemente o Mercosul, agindo em um primeiro momento de forma bilateral e depois multilateral para minimizar os impactos.

As categorias “perfil de resistência” e “perfil de diálogo” sintetizam bem as variáveis que incidiram no relacionamento com a Aliança do Pacífico, as quais ora se intensificam, ora se desgastam dependendo dos contextos político, social e econômico. Ademais, a mudança de um perfil para o outro foi gradual, de maneira que algumas variáveis persistiram de um perfil a outro ao longo do período, e outras foram se enfraquecendo ou se intensificando.

O “perfil de resistência” foi marcado pela continuidade e visões convergentes sobre integração regional fundamentada no regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico; presença de diplomatas da corrente autonomista à frente Itamaraty; expansão do Mercosul (Venezuela, Bolívia, Suriname e Guiana); valorização do modelo neodesenvolvimentista; preferência por uma Zona de Livre-Comércio sul-americana; ausência de constrangimentos externos.

O “perfil de diálogo” foi marcado pelo constrangimento político interno (oposição ao governo Rousseff e instabilidade política no governo Temer); constrangimentos externos (avanços e expansão da Aliança do Pacífico, associação de Argentina, Paraguai e Uruguai à categoria de Estado Observador da Aliança do Pacífico; queda das exportações e retração econômica brasileira; crise do neodesenvolvimentismo) pragmatismo comercial (agenda comercial baseada em temas tarifários e não tarifários impulsionada pelo MDIC e Itamaraty, abertura do Mercosul); descontinuidade do regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico (segundo governo Rousseff); resgate do regionalismo aberto (governo Temer); ausência de diplomatas da corrente autonomista à frente do Itamaraty (segundo governo Rousseff e governo Temer); diálogo bilateral em um primeiro momento e diálogo bloco a bloco gradual;

Abaixo, sistematizaram-se na Tabela 4 os resultados da pesquisa nas condições de escopo para que ocorra a persuasão normativa apresentado no primeiro capítulo: o agente socializador é um membro de autoridade do grupo o qual o alvo quer pertencer; o agente socializador não demanda, mas atua em princípios de argumentos deliberativos; a interação entre agente-alvo ocorre em ambientes menos politizados e mais insulados; o alvo da socialização está em um ambiente novo e motivado a analisar novas informações; o alvo tem poucas crenças

enraizadas, as quais seriam inconsistentes com a mensagem de socialização (CHECKEL, 2005a).

Por ambiente politizado, segundo Johnston (2001), compreende-se que nele existem as dinâmicas de apresentação de argumentos e das conclusões iniciais; de exposição às ideias contrárias; e de redefinição das visões e das conclusões iniciais. Ambiente insulado, por sua vez, é o ambiente marcado pela ausência de pressões sociais.

Tabela 4 – sistematização das condições de escopo e dos resultados de pesquisa

	Quem diz o que	Em qual canal	Para quem	Com qual efeito
Condições de escopo	Brasil: Presidência (Rousseff/Temer); MRE (Patriota, Figueiredo, Vieira, Serra, Nunes); MDIC (Monteiro); MAPA (Abreu).	Bilateralmente (insulado);	Presidentes de direita e ausência da Venezuela (ambiente novo);	Aproximação com a Aliança do Pacífico
	Rousseff: Aproximar-se para conformar uma Zona de Livre-Comércio Sul-Americana (argumentos deliberativos)	Cúpula de Presidentes (politizado); GMC e CMC (politizados)	Crença no regionalismo aberto (crenças enraizadas)	
	Temer: Aproximar-se para resgatar a vocação de livre-comércio do Mercosul (argumentos deliberativos)			

Fonte: Criação nossa, com base em Checkel (2005a), Zurn e Checkel (2005), e Gardikiotis e Crano (2015) e os resultados da pesquisa.

No Anexo foram sistematizadas as principais reações e iniciativas brasileiras para conter a Aliança do Pacífico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a aproximação entre Mercosul e a Aliança do Pacífico a partir das percepções e iniciativas por parte da política exterior do Brasil elucidada em que medida os pontos discutidos na “*Hoja de Ruta*” e “Plano de Ação” (2015, 2017 e 2018), ou seja, todo o movimento de aproximação, estão em sintonia aos pontos que são de interesse do Brasil e, por sua vez, evidenciam como o Brasil se aproxima da Aliança do Pacífico para conter seus efeitos sob a região.

A revisão bibliográfica sobre política externa brasileira na temática de integração regional indicou que cada fase do regionalismo latino-americano, seja ele aberto, pós-liberal ou pós-hegemônico, reflete em parte os interesses da política externa brasileira para a região. Esta, por sua vez, é resultado de condicionantes internos (desempenho econômico, processos decisórios, acontecimentos políticos, ideais partidários, perfil das lideranças) e constrangimentos externos (surgimento de novos blocos, aumento ou retração de determinada economia, mudanças da política externa de determinado país). A América do Sul enquanto região diferenciada da América Latina foi ganhando escopo na agenda de política externa brasileira a partir de 1990, concomitantemente ao processo de integração em si.

Ao longo do período analisado, a Aliança do Pacífico avançou em conformar uma Zona de Livre-Comércio entre seus membros ao garantir os mecanismos institucionais para tanto, tal como o Acordo Marco e o Protocolo Adicional ao Acordo Marco, a criação do CEAP (para integrar o empresariado no processo), a conformação gradual dos Grupos Técnicos (os quais estão em função do aspecto comercial da integração regional), a Comissão Interparlamentar (para acelerar o processo de integração nos parlamentos nacionais) e a criação da categoria de Estados Associados (para acelerar a assinatura de acordos de livre-comércio com terceiros).

Tendo em vista tais avanços, discutiu-se o processo de integração regional que a Aliança do Pacífico buscou levar a cabo considerando seu objetivo de promover uma articulação política com a Ásia-Pacífico e uma integração profunda. Ainda que apresente características de um processo de integração, reúna características de projetos integracionistas anteriores e se situe em um contexto regional e global distinto, ao longo dos anos os acordos assinados e que conformam a Zona de Livre-Comércio da Aliança do Pacífico (primeira etapa de um projeto de integração) não levaram à interdependência entre as partes e à complementariedade de suas economias. A ideia de criar um referente de integração fundamentado economicamente e na participação de terceiros no processo, leva a concluir que a Aliança do Pacífico existe para reforçar a política de abertura comercial de seus países e o compromisso com a globalização e

os acordos de livre-comércio, utilizando-se do processo de integração para reforçar a imagem de que estes são países favoráveis e promotores da liberalização comercial. A Aliança do Pacífico existe para se relacionar com a região Ásia-Pacífico, a qual é entendida como região dinâmica e com tendência de sê-lo nos próximos anos. Por um lado, o relacionamento com a China e com a região asiática acomodam os interesses de Chile, Peru e Colômbia, e o relacionamento com a APEC e o TPP/CPTPP, por serem blocos que incluíam os EUA, acomodam os interesses do México e Colômbia.

O relacionamento com o Mercosul é desejado a partir da iniciativa do governo de Michelle Bachelet, em 2014, de promover pontos de convergência entre esses dois blocos com diversidade de orientações e objetivos, além de garantir um entorno regional sem atritos políticos. A partir de 2017, diante ao *Brexit*, à eleição de Donald Trump e às mudanças de expectativas geradas por esses dois elementos, o relacionamento com o Mercosul tornou-se estratégico para a própria capacidade da Aliança do Pacífico de promover um diálogo em consonância com os princípios do livre-comércio e da globalização.

Ainda sobre o relacionamento com o Mercosul, este deve ser entendido como um processo contínuo, que atravessa as mudanças de orientações político-ideológicas dos governos da região, é dependente das vontades dos governos nacionais e que também levou a outros resultados do que fora concebido em um primeiro momento, tal como o Acordo de Livre-Comércio Brasil-Chile de 2018. Contudo, é válido destacar que esta agenda de aproximação surgiu exclusivamente no governo de Michelle Bachelet e que refletiu a percepção da presidente chilena e de Heraldo Muñoz, seu ministro de Relações Exteriores, de priorizar a América do Sul e não se afastar de países como o Brasil e a Argentina. Ainda que o relacionamento bilateral com o Brasil fosse algo presente em agendas de política externa, não era uma preocupação discutida pelos membros do bloco ou uma proposta que foi apresentada pelo CEAP.

Comparando a sua inserção internacional em duas frentes, na região asiática e na região sul-americana, considerando o relacionamento com o Mercosul, e constatando que a Aliança do Pacífico existe para reforçar os vínculos comerciais com terceiros, buscou-se elucidar os vínculos entre a política exterior e a política comercial dos países que a conformam.

Chile e Peru se destacam como países de maior grau de abertura comercial e, portanto, a Aliança do Pacífico está em conformidade com suas diretrizes de política comercial; para a Colômbia, a Aliança do Pacífico é atrativa para promover a abertura comercial do país, intensificar seus laços comerciais com a China e é um mecanismo de *softbalancing* em relação ao Brasil; já para o México, a Aliança do Pacífico se apresenta como oportunidade para que o país se volte à região latino-americana após anos de preferência pelas relações bilaterais com

os EUA e, desde o anúncio da renegociação do NAFTA, vem se mostrando ainda mais oportuna em termos comerciais.

A existência do CEAP é a expressão destes vínculos entre política exterior e política comercial, tendo em vista que é o órgão em que os setores empresariais de cada país definem uma agenda que está em conformidade com seus interesses e apresentam suas propostas, durante as reuniões pós-Cúpula de Presidentes, aos mandatários da Aliança do Pacífico e são aceitas. Inclusive, na última reunião de Cúpula de 2018, os mandatários discutiram a necessidade de uma nova institucionalidade e que a governança do bloco estivesse nas mãos do setor privado, justamente para blindar a Aliança do Pacífico das mudanças de governo e, conseqüentemente, das orientações político-ideológicas que estivessem em contradição com a finalidade desta iniciativa de integração regional.

De forma geral, compreender a Aliança do Pacífico passa por compreender as confluências entre política comercial e política exterior, considerando o relacionamento entre Presidência e grupos domésticos, e como isto reflete na condução do processo de integração regional e define a inserção internacional do bloco.

Para analisar como o Brasil reage diante o novo bloco e se este é conflitante ou complementar aos seus interesses relativos à integração regional, buscou-se fazer uma discussão sobre as potencialidades da persuasão normativa enquanto uma abordagem construtivista para a análise de política externa em integração regional. Por tratar das características cognitivas do ator, a persuasão normativa preenche a lacuna apontada por Flockhart (2012) e Solomon e Pinheiro (2013) sobre o construtivismo em análises de política exterior.

Para se mostrar efetiva, fez-se necessário abarcar um conjunto de bibliografia sobre o Construtivismo nas Relações Internacionais – privilegiando o construtivismo de via média –, Análise de Política Externa, Psicologia Social e Cognitiva, e Integração Regional que se focassem na agência (ação de um ator) em ambientes de interação social, a qual revela quais ideias são comunicadas a fim de serem internalizadas pelos alvos da persuasão.

Concluiu-se que estes diferentes campos compartilham entendimentos comuns sobre a variável “ideias” em processos sociais, e como estas se transformam em estruturas normativas através da persuasão. Isto, por sua vez, permite a análise da política exterior do Brasil para os processos de integração regional em relação a determinado assunto, no caso, a Aliança do Pacífico. Na bibliografia consultada verificou-se uma variável importante nos processos de persuasão normativa: o papel das elites no processo de formulação/aceitação de normas. Os resultados apresentados também levantaram questionamentos sobre algumas variáveis que não foram apropriadamente abordadas no capítulo: o tempo de exposição do agente alvo da persuasão a uma mensagem específica para que haja a internalização de normas; e a falsa percepção

ção (*misperception*) sobre o que é anunciado, como exemplo, o anúncio de que 90% das tarifas comerciais seriam abolidas assim que entrasse em vigor o Acordo Marco, o qual foi percebido por atores domésticos brasileiros como uma decisão imediata, mas que na realidade se concretizou apenas dois anos após o anúncio.

O terceiro capítulo apresentou os dados e resultados a partir da pergunta de pesquisa, da abordagem teórica e das variáveis selecionadas. Constatou-se que a Aliança do Pacífico põe em xeque a integração regional levada a cabo pelo o Brasil, principalmente em seu aspecto comercial. Nos governos Rousseff, a integração regional não restringia o foco na dimensão comercial, mas também abarcava a dimensão social, e poderia ocorrer nas três instâncias regionais promovidas pela política externa: Mercosul, Unasul e Celac. Com o governo Temer, a integração privilegiou o aspecto comercial e se deu preferencialmente pelo Mercosul em detrimento, e também esvaziamento, das outras duas instâncias regionais.

No âmbito doméstico, com as discussões impulsadas pela CREDN do Senado, foi se consolidando a visão de que a integração regional pautada pela dimensão social não se sustentava mais, e a decisão da Aliança do Pacífico de liberalizar 90% das tarifas trouxe à tona a necessidade, segundo os atores domésticos, de dar importância à integração comercial na América do Sul, considerando o papel do Mercosul na mesma. A indicação de Monteiro para o MDIC e Vieira para o Itamaraty pode ser visto como um sinal de pragmatismo da diplomacia em torno da agenda de comércio exterior a partir do segundo governo Rousseff.

A dimensão comercial da integração, no governo Rousseff, foi fundamentada na liberalização de bens e tarifas previstas pelos acordos da ALADI. Em seu segundo governo, começou-se a assinar acordos, com Chile e Peru, de temas não tarifários (acordos de segunda geração), como investimentos, barreiras sanitárias, compras públicas, e no governo Temer, deu-se impulso a esses acordos, como o Acordo de Livre-Comércio Brasil-Chile – o primeiro acordo do tipo assinado pelo Brasil.

Tanto o posicionamento de Rousseff quanto de Temer em relação à Aliança do Pacífico seguem a lógica “*bottom-up*” da 2ª geração da Análise de Política Externa, em que os formuladores de política externa respondem aos estímulos internos, corroborando com o que a literatura acadêmica aponta como redução do proativismo da diplomacia presidencial uma vez que as declarações de ambos os presidentes refletiam o encaminhamento dado à aproximação pelo GMC do Mercosul.

Contudo, analisando de forma ampla, existem linhas de continuidade de um governo para o outro, que sustenta a tese de que a Aliança do Pacífico é conflitante aos interesses brasileiros.

Quanto ao papel da América do Sul, no discurso presidencial sobre a Aliança do Pacífico percebeu-se maior ênfase sobre a importância da região durante os governos Rousseff, enquanto no governo Temer é dada maior ênfase à atuação global do Mercosul.

Ou seja, a América do Sul como espaço de atuação brasileira tem se mostrado como uma constante desde 1990 e se manifesta através da preferência pelo relacionamento bilateral com os países sul-americanos, tendo em vista que a aproximação com a Aliança do Pacífico passava pelo relacionamento com Peru, Colômbia e Chile de forma contínua de um governo para o outro. Nesse sentido, a aproximação com a Aliança do Pacífico bilateralmente e no GMC, onde se priorizavam aqueles três países sul-americanos, corrobora o argumento de que o Brasil busca exercer sua influência sob a região frente ao México e também aos demais países não pertencentes ao subcontinente; por exemplo, as negociações de acordos de livre-comércio do Mercosul com Singapura, Coreia do Sul e Canadá terem iniciado depois que estes se associaram à categoria Estados Associados da Aliança do Pacífico.

A dimensão sul-americana tem sido reforçada pela política exterior do Brasil diante constrangimentos externos (NAFTA, Aliança do Pacífico, União Europeia, *Brexit*) e o Mercosul manteve-se como uma União Aduaneira, sem de fato tornar-se um Mercado Comum como previsto nas tratativas iniciais e fundacionais do bloco, ou regressar a uma Zona de Livre-Comércio. Por um lado, evidencia-se que a integração regional tem sido marcada pela rejeição por instituições supranacionais, a qual incidiria na questão de “autonomia nacional” dos países.

Por outro lado, o qual também é uma linha de continuidade, foi justamente o envolvimento do empresariado nessa aproximação. Suas demandas foram ganhando espaço ao longo do tempo, primeiro com o Foro Empresarial do Mercosul; as propostas no GMC (“Plano de Ação”, “*Hoja de Ruta*”, “Marco Jurídico”); agenda do MDIC a partir de 2015; a agenda do MRE a partir de 2016; os acordos bilaterais assinados ao longo do período; e o Acordo de Livre-Comércio Brasil-Chile. Estes evidenciam a preferência do empresariado, como a FIESP e CNI, de manter o bloco como está por garantir que a América do Sul seja um ambiente favorável às exportações brasileiras de alto valor agregado.

O papel do Itamaraty em defesa da América do Sul também é outra constante e se insere em uma discussão mais ampla sobre as linhas de continuidade da política externa e o papel desta agência na manutenção das mesmas. Notou-se que o discurso dessa agência em relação à Aliança do Pacífico no governo Temer apresentou descontinuidade em relação às gestões anteriores, que afirmavam a existência de acordos de livre-comércio com a região, o que leva a questionar se isso se deve mais ao fato de que os ministros que ocuparam a pasta não eram diplomatas de carreira e menos pelo fato de não fazerem parte da “corrente autonomis-

ta” do Itamaraty, ou porque no governo Temer foi dado o encaminhamento dos temas não tarifários.

Outra constante foi o relacionamento bilateral com o Chile. A proposta chilena da “*Convergencia en la diversidad*” foi uma oportunidade para que o Brasil apresentasse a proposta de desgravação tarifária com os países da Aliança do Pacífico no âmbito do Mercosul, e tal aproximação compôs a agenda de reuniões presidenciais e ministeriais entre Brasil e Chile a partir de então, o que não se verificou de forma contínua no caso dos demais. Ressalta-se que ambos os países passaram por mudanças de governos e de orientações político-ideológicas (Rousseff-Bachelet, Temer-Bachelet, Temer-Piñera), porém a aproximação manteve-se na agenda bilateral e, inclusive, ganhou nova forma com a proposta de Piñera de assinar um acordo de livre-comércio em temas não tarifários.

Essa dissertação de mestrado indica para a necessidade de trabalhos mais amplos sobre a política externa brasileira e a integração regional no período recente; trabalhos que analisem a política externa dos demais membros do Mercosul em relação à Aliança do Pacífico; para que se explore e se aproxime mais à Academia brasileira os estudos sobre política comercial e política externa de Chile, Peru, Colômbia e México. Principalmente, contribui para que a relação entre o Brasil e a Aliança do Pacífico não seja compreendida à luz de análises superficiais, mas de um exame aprofundado sobre o tema e como os resultados apresentados aqui se relacionam com as discussões mais amplas da área de Política Externa Brasileira.

REFERÊNCIAS

ACTIS, Esteban. Brasil y sus pares sudamericanos de la “Alianza del Pacífico”: divergencias regionales en las opciones nacionales e internacionales. **Relaciones Internacionales**, v. 23, n. 46, p. 71 – 87, 2014.

ACORDOS bilaterais serão buscados sem inibição, afirma Serra. **Valor Econômico**. 10 jun. 2016. Brasil. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4596853/acordos-bilaterais-serao-buscados-sem-inibicao-afirma-serra>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ACORDO fomenta comércio entre membros do Mercosul. In: **Governo do Brasil**. 07 abr. 2017. Economia e Emprego. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/04/acordo-fomenta-comercio-entre-membros-do-mercosul>. Acesso em: 26 jan. 2019.

AGOSTINI, Cristiane. Serra: '2017 não será um ano glorioso nas negociações' com UE. **Valor Econômico**. 09 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4801237/serra-2017-nao-sera-um-ano-glorioso-nas-negociacoes-com-ue>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ALADI. Informaciones sobre Acuerdos de Alcance Parcial. 2019a. **Acuerdos Actuales**. Disponível em: <http://www.aladi.org/sitioALADI/acuerdosInfoAcDosAP.html>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ALADI. Acuerdos de Alcance Parcial - Complementación Económica (AAP.CE). 2019b. **Acuerdos Actuales**. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/vacewebR?OpenView&Start=1&Count=800&Expand=39#39>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Lima. In: **Alianza del Pacífico**. 2011a. Declaraciones Presidenciales. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Mérida. In: **Alianza del Pacífico**. 2011b. Declaraciones Presidenciales. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Paranal. In: **Alianza del Pacífico**. 2012a. Declaraciones Presidenciales. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Cádiz. In: **Alianza del Pacífico**. 2012b. Declaraciones Presidenciales. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Santiago. In: **Alianza del Pacífico**. 2013a. Declaraciones Presidenciales. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Cali. **In: Alianza del Pacífico**. 2013b. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Cartagena. **In: Alianza del Pacífico**. 2014a. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Punta Mita. **In: Alianza del Pacífico**. 2014b. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Paracas. **In: Alianza del Pacífico**. 2015. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Puerto Varas. **In: Alianza del Pacífico**. 2016. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Cali. **In: Alianza del Pacífico**. 2017. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Alianza del Pacífico y Asean concluyen IV Reunión Ministerial con un Plan de Trabajo listo para implementar el Marco de cooperación. **In: Alianza del Pacífico**. 2017b. Comunicados y Noticias. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/alianza-del-pacifico-y-asean-concluyen-iv-reunion-ministerial-con-un-plan-de-trabajo-listo-para-implementar-el-marco-de-cooperacion/>. Acceso em: 7 out. 2017.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Reunión ministerial Mercosur y Alianza del Pacífico Comunicado Conjunto. **In: Alianza del Pacífico**. 2017c. Comunicados y Noticias. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/reunion-ministerial-mercosur-alianza-del-pacifico-comunicado-conjunto/>

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración de Puerto Vallarta. **In: Alianza del Pacífico**. 2018a. Declaraciones Presidenciales. Disponible em: <<https://alianzapacifico.net/download-category/declaraciones-presidenciales/>>. Acceso em: 18 ago. 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Alianza del Pacífico proyección 2030. **In: Alianza del Pacífico**. 2018b. VISIÓN ESTRATÉGICA DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO AL AÑO 2030. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/download-category/alianza-del-pacifico-proyeccion-2030/>. Acceso em: 26 jan. 2019.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Alianza del Pacífico y Mercosur definen Plan de Acción para fortalecer vínculos entre los dos bloques. **In: Alianza del Pacífico**. 2018c. Comunicados y Noticias. Disponible em: https://alianzapacifico.net/en/alianza-del-pacifico-y-mercosur-definen-plan-de-accion-para-fortalecer-vinculos-entre-los-dos-bloques/?sf_paged=7. Acceso em: 26 jan. 2019.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Organigrama y objetivos. **In: Alianza del Pacífico**. 2019. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/organigrama-y-objetivos/>. Acceso: 23 jul. 2018.

ÁLVAREZ, Mariano. **Los 20 años de Mercosul: una integración a dos velocidades. Comercio Internacional**. Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

ALVEAR, Fernando . **Entrevista** [16 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 24 min).

ANDINA. Consejo Empresarial de Alianza del Pacífico avanza en rubro de medicamentos. **Agencia**. 28 jan. 2017. Disponível em: <https://andina.pe/Agencia/noticia-consejo-empresarial-alianza-del-pacifico-avanza-rubro-medicamentos-651485.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ARANDA, Isabel. Oportunidades y desafíos que plantea la Alianza del Pacífico para la política exterior y para los nuevos modelos de integración regional de sus miembros. In: ARANDA, Isabel. POSADA, Edgar Vieira (Orgs.). **Perspectivas y oportunidades de la Alianza del Pacífico**. Bogotá: Colegio de Estudios Superiores de Administración, tomo V, p. 33 – 63, 2015.

ARSLANIAN, Michel. Entrevista [04 dez. 2017]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Brasília, 2017. Áudio digital (ca: 28 min).

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BALASSA, Bela. **The Theory Of Economic Integration**. London: Allew and Unwin, 1961.

BARÓN, Angelica. Una aproximación “inside out” a la política exterior económica peruana. In: BUELVAS, Eduardo; GEHRING, Hubert. **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 223 – 25, 2014.

BARTESAGHI, Ignacio. El Mercosur y la Alianza del Pacífico, ¿más diferencias que coincidencias? **Online Journal Mundo Asia Pacifico**, v. 3, n. 4, p. 43-56, 2014.

BERRINGER, Tatiana. A crise do neodesenvolvimentismo. **Carta Capital**. 20 jan. 2015. Opinião. Disponível em: <https://old01.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/a-crise-do-neodesenvolvimentismo-9056.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Alianza del Pacífico versus ALBA y Mercosur: entre el desafío de la convergencia y el riesgo de la fragmentación de Sudamérica**. *Pesquisa & Debate*, v. 26, n. 1, p. 1 – 34, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BRANT, Danielle. Em cúpula vazia, Mercosul e Aliança do Pacífico buscam se unir contra Trump. **Folha de S. Paulo**. 23 jul. 2018. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/em-cupula-vazia-mercosul-e-alianca-do-pacifico-buscam-se-unir-contra-trump.shtml>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 2011: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Regimento Interno. **Diário do Senado Federal**. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=19335&seqPaginaInicial=1&seqPaginaFinal=150>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 2015: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 2015b.

BRASIL assina acordo de facilitação de investimentos com o Chile. **Agência Brasil**. Economia. 23 nov. 2015c. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/11/brasil-assina-acordo-de-facilitacao-de-investimentos-com-o-chile>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL e Chile buscam reforçar o intercâmbio comercial e estimular investimentos bilaterais. In: **Comex do Brasil**. 18 abr. 2016a. <https://www.comexdobrasil.com/brasil-e-chile-buscam-reforcar-o-intercambio-comercial-e-estimular-investimentos-bilaterais/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL e Peru assinam acordos para ampliar compras, serviços e investimentos. In: **Governo do Brasil**. 29 abr. 2016b. Economia e Emprego. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/04/brasil-e-peru-assinam-acordos-para-ampliar-compras-servicos-e-investimentos>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL e Argentina vão começar a renegociar acordo automotivo em abril. **Agência Brasil**. 19 fev. 2016c. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-02/brasil-e-argentina-vaio-comecar-renegociar-acordo-automotivo-em-abril>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL e México avaliam nesta sexta-feira ampliação do comércio bilateral. **Agência Brasil**. Economia. 24 nov. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/brasil-e-mexico-avaliam-nesta-sexta-feira-ampliacao-do-comercio-bilateral>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRESSAN, Regiane; LUCIANO, Bruno. Percepciones y reacciones brasileñas frente a la Alianza del Pacífico: contrapeso o convergencia? In: BUELVAS, Eduardo.; JOST, Stefan (Orgs.). **Incidencias Regionales y Globales de la Alianza del Pacífico**. Cidade do México: Fundación Konrad Adenauer, A.C México, p. 254 – 276, 2016.

BUELVAS, Eduardo; VÉLEZ, Ricardo; ALEGRÍA, Rafael. Colombia y la Alianza del Pacífico: un proyecto regional de cara a la multipolaridad creciente. In: BUELVAS, Eduardo; GEHRING, Hubert (Orgs.). **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 173 – 207, 2014.

BUELVAS, Eduardo. **The Pacific Alliance: facing regional projects and global transformations**. Cidade do México: Fundación Konrad Adenauer, 2016.

CALCAGNI, Paola. **Entrevista** [15 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 38 min).

CÂMARA dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. In: **Discursos Proferidos nas Comissões**. 20 nov. 2013. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2006/13>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CÂMARA dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. In: **Discursos Proferidos nas Comissões**. 07 fev. 2014. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0512/14>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CANCILLERÍA. Presidente Juan Manuel Santos presentó las cualidades de la Alianza del Pacífico ante los mandatarios presentes en la Cumbre de la CELAC. **Noticias**. 29 jan. 2014. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/presidente-juan-manuel-santos-presento-las-cualidades-la-alianza-del-pacifico-ante-los>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CANCILLERÍA. Mecanismos de Concertación e Integración Regionales. **Alianza del Pacífico**. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/international/consensus/pacific-alliance>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CARLSNAES, Walter. Foreign policy. In: _____. ;RISSE, Thomas.; SIMMONS, Beth. (Orgs.) **Handbook of International Relations**. Londres: Sage, 2002.

CARVALHO, Virgínia; BORGES, Livia; RÊGO, Denise. Interacionismo Simbólico: Orígens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 1, p. 146 – 161, 2010.

CASTILLO, Alberto. De la Comunidad Andina de Naciones al Mercado Común del Sur: nueva estrategia de integración de Venezuela. **Colômbia Internacional**, n. 83, p. 203 – 233, 2015.

CAVALHEIRO, Rodrigo. Cúpula do Mercosul, marcada para julho, é cancelada. **Folha de S. Paulo**. 29 jun. 2016. Notícias. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cupula-do-mercosul-marcada-para-julho-e-cancelada,10000059852>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CEPAL. **El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: CEPAL, 1994.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.46, n.2, 2003.

CERVO, Amado. Adaptação à ordem global nos anos 1990. In: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo (Orgs). **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHECKEL, Jeffrey. International Institutions and Socialization in Europe: Introduction and Framework. **International Organization**, Cambridge, v. 59, n. 4, p. 801 – 826, 2005.

COLLIER, David. Understanding Process Tracing. **Political Science and Politics**, n.4, p. 823 – 830, 2011.

COLOMBIA solicitó ingreso formal a TPP. In: **Portafolio**. 15 jun. 2018. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/colombia-solicito-ingreso-formal-a-tpp-518128>. Acesso em: 26 jan. 2019.

COMERCIO de Alianza del Pacífico entró en fase de desaceleración. In: **Notimex**. 11 maio 2017. Disponível em: <https://www.20minutos.com.mx/noticia/219520/0/comercio-de-alianza-del-pacifico-entro-en-fase-de-desaceleracion/>. Acesso em: 26 jan. 2019

COMÉRCIO Exterior. In: **Inforel**. 22 nov. 2015. Disponível em: <http://www.inforel.org/brasil-e-mexico-discutem-ampliacao-do-acordo-de-complementacao-economica>. Acesso em: 26 jan. 2019

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 1, p. 135 – 152, 2006.

CORNETET, João. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**. v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.

CORREDOR, Germán. VÉLEZ, Ricardo. Entre la soberanía, el liberalismo y la innovación: un marco conceptual para el análisis de la Alianza del Pacífico. In: BUELVAS, Eduardo; GEHRING, Hubert. **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 75 – 117, 2014.

DIAS, Álvaro. Pronunciamento de Alvaro Dias em 22/05/2013. In: **Senado Federal**. 22 maio 2013a. Pronunciamentos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399549>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DIAS, Alvaro. Pronunciamento de Alvaro Dias em 06/06/2013. In: **Senado Federal**. 06 jun. 2013b. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399925>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DESTRADI, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review of International Studies**, n. 36, p. 903 – 930. 2010.

DE LA JARA, Fabián. Mercosul e Aliança do Pacífico buscam pontos de convergência. “**O Estado de S. Paulo**”. 24 nov. 2014. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-e-alianca-do-pacifico-buscam-pontos-de-convergencia,1597436>. Acesso em: 18 ago. 2018.

DOBAL, Marcela. Uruguay busca ser miembro de Alianza del Pacífico. **El País**. 23 maio 2013. Comercio. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/economia/noticias/uruguay-busca-miembro-de-alianza.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DO CARMO, Corival; PECEQUILO, Cristina. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). **Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n.9, p. 54 – 75, 2016.

ESPOSITO, Anthony. Armando Monteiro diz que novo presidente da Argentina é "música para os ouvidos". **UOL**. 23 nov. 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/11/23/armando-monteiro-diz-que-novo-presidente-da-argentina-e-musica-para-os-ouvidos.htm>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ESQUIVEL, Felipe. **La Alianza del Pacífico y el Rol de Perú en el Orden Regional Sudamericano 2011-2015: una mirada desde el realismo clásico**. 2016. 112f. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política e Governo) – Escuela de Posgrado, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima (Peru), 2016.

EXPORTAÇÕES e importações do Brasil caem drasticamente para todos os grandes blocos comerciais. In: **Comex do Brasil**. 11 nov. 2015. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/exportacoes-e-importacoes-do-brasil-caem-drasticamente-para-todos-os-grandes-blocos-comerciais/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FERRAÇO, Ricardo. Pronunciamento de Ricardo Ferraço em 13/06/2013. In: **Senado Federal**. 13 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/400142>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FIERKE, Karin Marie. Constructivism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. (Orgs). **International Relations Theories: discipline and diversity**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

FIGUEIREDO, Luiz. Intervenção do Ministro Figueiredo no Seminário de Integração Regional Aliança do Pacífico-Mercosul. Santiago, 24 nov. 2014. In: **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uYpp0cdUbG4>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FIESP. Agenda de Integração Externa. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FIGUEIRA, Ariane. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil**. 2009. 255f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 887 – 917, 1998.

FLECK, Isabel. Mauro Vieira assume Itamaraty em meio a crise da pasta. Folha de S. Paulo. Mundo. 02 jan. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1569628-mauro-vieira-assume-itamaraty-em-meio-a-crise-da-pasta.shtml>. Acesso em:

FLOCKHART, Trine. Constructivism and Foreign Policy. In: STEVE, Smith; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (Orgs). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

FRANCO, Henry. La Alianza del Pacífico y los foros multilaterales: ¿perspectivas de birregionalismo? IN: BUELVAS, Eduardo; GEHRING, Hubert. **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 383 – 402, 2014.

GALARRETA, Federico Rojas. **Ideas y política exterior: el rol de las comunidades epistémicas en la participación de Chile en la Alianza del Pacífico**. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Asuntos Públicos, Universidad de Chile, Santiago (Chile), 2015.

GARDIKIOTIS, Atonis; CRANO, William. Persuasion theories. In: WRIGHT, James (Org.). **International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier, p. 1 – 27, 2015.

GOODMAN, Ryan; JINKS, Derek. How to Influence States: Socialization and International Human Rights Law. **Duke Law Journal**, v. 54, n. 3, p. 621 – 703, 2004.

GOMÁ, Oscar. **El modelo económico de la concertación 1990 - 2005: reformas o cambios?** Santiago de Chile: Catalonia, 2007.

GOVERNO FEDERAL. LAI: A Lei de Acesso à Informação. **Acesso a Informação**. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 26 jan. 2019.

HAAS, Ernest. **The uniting of Europe: political, social, and economic forces 1950-1957**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1968.

HENDLER, Bruno. Correntes políticas e processo de integração na América Latina: a Aliança do Pacífico em comparação ao Mercosul e à ALBA. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 2015.

HENRIQUE, Luiz. Pronunciamento de Luiz Henrique em 29/05/2013. In: **Senado Federal**. 29 maio 2013. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399835>. Acesso em: 26 jan. 2019.

HERREROS, Sebastián. **Entrevista** [7 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 54 min).

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto Internacional**, v. 16, n. 21, p. 75 – 89, 1994.

IKENBERRY, John; KUPCHAN, Charles. Socialization and Hegemonic Power. **International Organization**, v. 44, n. 3, p. 283 – 315, 1990.

INDÚSTRIA brasileira se aproxima da Aliança do Pacífico para estimular fortalecimento do comércio bilateral. In: **Portal da Indústria**. 13 jun. 2014. Agência de Notícias. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/industria-brasileira-se-aproxima-da-alianca-do-pacifico-para-estimular-fortalecimento-do-comercio-bilateral/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

INVESTIDAS conservadoras ameaçam autonomia da América Latina, diz Amorim. **Rede Brasil Atual**. 27 ago. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2015/08/amorim-autonomia-da-america-latina-esta-ameacada-798.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. A verdadeira integração. In: **Blog do Itamaraty**. 2011. Disponível em: <http://blog.itamaraty.gov.br/16-mercosul?start=4>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Embaixada brasileira em Lima (Peru). Telegrama nº 00235. 12 fev. 2013a

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Embaixada brasileira na Cidade do México (México). Telegrama nº 00105. 28 jan. 2013b.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Embaixada brasileira em Santiago (Chile). Telegrama nº 00773. 23 jul. 2013. 2013c.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Delegação permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul. Telegrama nº 00448. 11 jun. 2013. 2013d

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Delegação permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul. Telegrama nº 00627. 02 ago. 2013. 2013e.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Embaixada brasileira em Lima (Peru). Telegrama nº 02062. 21 nov. 2013. 2013f.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado pela Embaixada brasileira em Santiago (Chile). Telegrama nº 01348. 20 dez. 2013. 2013g.

ITAMARATY. Reunião Informativa de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Países Membros da Aliança do Pacífico - Cartagena das Índias, 1º de novembro de 2014. In: **Itamaraty**. 31 out. 2014a. Notas à imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5951-reuniao-informativa-de-ministros-das-relacoes-exteriores-dos-estados-partes-do-mercosul-e-dos-paises-membros-da-alianca-do-pacifico-cartagena-das-indias-1-de-novembro-de-2014>. Acesso em: 18 ago. 2018.

ITAMARATY. Visita do Ministro das Relações Exteriores a Santiago do Chile. In: **Blog do Itamaraty**. 06 maio 2014b. Disponível em: <http://blog.itamaraty.gov.br/31-brasil-chile/74-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-a-santiago-do-chile>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado para a Embaixada brasileira em Santiago (Chile). Telegrama nº 00597. 06 ago. 2014c.

ITAMARATY. Comunicado Conjunto das Presidentas e dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL. In: **Itamaraty**. Brasília, 17 de jul. 2015a. **Notas à imprensa**. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10523:comunicado-conjunto-das-presidentas-e-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-brasilia-17-de-julho-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280. Acesso em: 18 ago. 2018.

ITAMARATY. Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Chile. In: **Itamaraty**. 16 abr. 2015b. Notas à imprensa. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8983-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-ao-chile>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado para a Embaixada brasileira em Santiago (Chile). Telegrama nº 00299. 21 maio 2015c.

ITAMARATY. Reunião da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente eleito da Argentina, Mauricio Macri. In: **Itamaraty**. 4 dez. 2015d. Notas à imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/12613-reuniao-da-presidenta-dilma-rousseff-com-o-presidente-eleito-da-argentina-mauricio-macri>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Visita do ministro de Relações Exteriores do Paraguai ao Brasil. In: **Itamaraty**. 07 jun. 2016a. Notas à imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14173-visita-do-ministro-de-relacoes-exteriores-do-paraguai-ao-brasil-brasilia-8-de-junho-de-2016>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Visita do Presidente da República à Argentina - Comunicado Conjunto. In: **Itamaraty**. 03 out. 2016b. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14819-comunicado-conjunto-brasil-argentinatemermacri>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Declaração conjunta presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Mauricio Macri a Brasília. In: **Itamaraty**. 07 fev. 2017a. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15709-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-mauricio-macri-a-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado para a Embaixada brasileira Lima (Peru). Telegrama nº 00154. 29 mar. 2017b.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado para a Embaixada brasileira na Cidade do México (México). Telegrama nº 00146. 29 mar. 2017c.

ITAMARATY. Telegramas trocados entre as Embaixadas e o Itamaraty que incluem o assunto “Aliança do Pacífico”. Enviado para a Embaixada brasileira em Bogotá (Colômbia). Telegrama nº 00154. 30 mar. 2017d.

ITAMARATY. Atos adotados por ocasião da LI Reunião do CMC e da LI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. In: **Itamaraty**. 21 dez. 2017e. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18097-atos-adotados-por-ocasio-da-li-reuniao-do-cmc-e-da-li-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-brasilia-20-e-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. O secretário-geral do #Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, na qualidade de enviado especial [...]. 21 nov. 2017f. Facebook: ItamaratyGovBr. Disponível em: https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/posts/1808495889183687?__tn__=-R. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, foi recebido [...]. 22 nov. 2017g. Facebook: ItamaratyGovBr. Disponível em: <https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/photos/a.147451148621511/1809726812393928/?type=3&permPage=1>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. O secretário-geral do #Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, foi recebido [...]. 23 nov. 2017h. Facebook: ItamaratyGovBr. Disponível em: https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/posts/1810768192289790?__tn__=-R. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. O secretário-geral do #Itamaraty, embaixador Marcos Galvão [...]. 24 nov. 2017i. Facebook: ItamaratyGovBr. Disponível em: https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/posts/1811713348861941?__tn__=-R. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Atos assinados por ocasião da visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos. In: **Itamaraty**. 20 mar. 2018a. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18502-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-republica-da-colombia-juan-manuel-santos>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Visita do presidente do Chile, Sebastián Piñera. In: **Itamaraty**. 27 abr. 2018b. Notas à imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18731-visita-do-presidente-do-chile-sebastian-pinera>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile. In: **Itamaraty**. 20 out. 2018c. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19656-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-brasil-e-o-chile-santiago-16-a-19-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ITAMARATY. Seminário "MERCOSUL-Aliança do Pacífico: Reforçando os Vetores da Integração". In: **Itamaraty**. 25 maio 2018d. Aviso às Redações. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/aviso-as-redacoes/18940-seminario-mercosul-alianca-do-pacifico-reforcando-os-vetores-da-integracao>. Acesso em: 26 jan. 2019.

JOHNSTON, Alastair. Treating International Institutions as Social Environments. **International Studies Quarterly**, n. 45, 487–515, 2000.

KING, Germán. Política Exterior económica de Chile. In: ROSS, César; ARTAZA, Mario. **La política exterior de Chile, 1990 – 2009: del aislamiento a la integración global**. Santiago de Chile: RIL, 2012.

KIPNIS, David; SCHMIDT, Stuart. The language of persuasion. **Psychology Today**, p. 40 – 46, 1985.

LANTRI. Jornais. **Bases de dados**. Laboratório de Relações Internacionais, Unesp. Franca, 2017.

LEYTON, Loreto. **Entrevista** [11 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 27 min).

LIMA, Djalba. À espera da presença de ministros, CRE decide suspender votação de embaixadores. **Senado Federal**. 13 jun. 2013. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/18/13/a-espera-da-presenca-de-ministros-CRE-decide-suspender-votacoes-de-embaixadores>. Acesso em: 26 jan. 2019.

LIMA, Frederico. Em carta, CNI defende acordos entre Mercosul e Aliança do Pacífico. **O Globo**. 20 jul. 2018. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-carta-cni-defende-acordos-entre-mercosul-alianca-do-pacifico-22905583>. Acesso em: 26 jan. 2019.

LIMA, Maria Regina. Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, n. 90, p. 167 – 201, 2013.

MALAMUD, Andrés. Integração regional na América Latina: teorias e instituições comparadas. In: ESTEVES, Paulo L. (org) Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração. Belo Horizonte: Editora PucMinas, p. 325 – 350, 2003.

MALDANER, Casildo. Pronunciamento de Casildo Maldaner em 04/06/2013. In: **Senado Federal**. 04 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399904>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MARIANO, Karina. Nova Visão das Teorias de Integração Regional: Um Modelo para a América Latina. **Relatório de Pesquisa** (FAPESP). 2004.

MARIANO, Marcelo. **A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. 2007. 218f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

MARIANO, Marcelo; RAMANZINI, Haroldo. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. **Revista de Sociologia Política**, v. 20, n. 43, p. 23 – 41, 2012.

MARIANO, Marcelo et al. O Brasil e a América do Sul: o governo Dilma (2011 - 2014) e a integração no subcontinente. In: **39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2015, Caxambu.

MARIANO, Marcelo. La política exterior brasileña y los procesos de integración regional a partir de la creación de la UNASUR y la Alianza del Pacífico. In: BUELVAS, Eduardo.; JOST, Stefan (Orgs.). **Incidenias Regionales y Globales de la Alianza del Pacífico**. Cidade do México: Fundación Konrad Adenauer, A.C México. 2016, p. 205 – 227.

MARIANO, Marcelo. A crise doméstica do Brasil e a política externa do governo Temer. IN: BIZZOZERO, Lincoln; FERNÁNDEZ LUZURIAGA, Wilson (Orgs.). **Anuario política internacional & política exterior 2016-2017**. Montevideu: Cruz del Sur. 2017, p. 99 – 105.

MDIC quer ampliar comércio com a Aliança do Pacífico que somou US\$ 25,6 bilhões em 2014. In: **Comex do Brasil**. 21 jan. 2015a. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/mdic-quer-ampliar-comercio-com-alianca-pacifico-que-somou-us-256-bilhoes-em-2014/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MEDIDAS do governo vão ampliar participação do Brasil no comércio internacional, diz Temer. In: **Acompanhe o Planalto**. 29 maio 2018. Notícias. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/05/medidas-do-governo-va-ampliar-participacao-do-brasil-no-comercio-internacional-diz-temer>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MEIRELLES diz que protecionismo recente estimula outros acordos comerciais. **O Globo**. 19 mar. 2018. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/meirelles-diz-que->

proteccionismo-recente-estimula-outros-acordos-comerciais-22503530. Acesso em: 26 jan. 2019.

MELLO, Flávia C. de. A Política Externa do Brasileira e os Blocos Internacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 2, pg. 37 – 43. 2002.

MENEZES, Roberto; BANZATTO, Arthur. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. **Anuario de la Integracion Regional de América Latina y el Caribe. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales**: Buenos Aires, n. 13, 2016.

MENEZES, Roberto; MARIANO, Karina. O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana 2008 – 2015: liderança, competição e novos rumos. In: **10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 2016, Belo Horizonte.

MERCOSUL. COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR. 2011a.

MERCOSUL. COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR. 2011b.

MERCOSUL. DECLARACIÓN CONJUNTA DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR SOBRE LA CREACION DE UN GRUPO DE DIÁLOGO DE ALTO NIVEL PARA LA INCORPORACIÓN DE NUEVOS ESTADOS AL MERCOSUR. 2011c.

MERCOSUL. COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR. 07 dez. 2012a.

MERCOSUL. XLIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. Grupo Mercado Comum. Ata 02/12, 06 dez. 2012b.

MERCOSUL vai ter Guiana e Suriname como associados, diz Patriota. G1. **Mundo**. 12 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/mercosul-vai-ter-guiana-e-suriname-como-associados-diz-patriota.html>. Acesso em:

MERCOSUL. XCIV REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Grupo Mercado Comum. Ata 01/14, maio 2014a.

MERCOSUL. PROJETO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA DAS PRESIDENTAS E DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SOBRE APROFUNDAMENTO DO COMÉRCIO COM ESTADOS ASSOCIADOS. Grupo Mercado Comum. Anexo VIII, maio 2014b.

MERCOSUL. ANTECIPAÇÃO DE CRONOGRAMAS DE DESGRAVAÇÃO TARIFÁRIA OS ACORDOS DE COMPLEMENTAÇÃO ENTRE MERCOSUL-PERU (ACE-58) E MERCOSUL-COLÔMBIA (ACE-59). Grupo Mercado Comum. Anexo IX, maio 2014c.

MERCOSUL. COMUNICADO CONJUNTO DE LAS PRESIDENTAS Y LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR. 29 jul. 2014d.

MERCOSUL. XLIII REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 01/14, 27 jul. 2014e.

MERCOSUL. XCVI REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 03/14, nov. 2014f.

MERCOSUL e Aliança do Pacífico montam grupo para normas sanitária. **Valor Econômico**. 06 maio 2015a. Agronegócio. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4037982/mercosul-e-alianca-do-pacifico-montam-grupo-para-normas-sanitaria>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MERCOSUL. XCVII REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Ata 01/15, abr. 2015b.

MERCOSUL. XCVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Ata 02/15, maio 2015c.

MERCOSUL. XLVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. Ata 01/15, 16 jul. 2015d.

MERCOSUL. XLVI REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMUM. Ata 02/15, dez. 2015e.

MERCOSUL. Comunicado Conjunto das Presidentas e dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL. In: **Itamaraty**. 17 de jul. 2015f. Notas à imprensa. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10523:comunicado-conjunto-das-presidentas-e-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-brasilia-17-de-julho-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280. Acesso em: 18 ago. 2018.

MERCOSUL. COMUNICADO CONJUNTO DE LA PRESIDENTA Y LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR. 21 dez. 2015g.

MERCOSUL. DECLARACIÓN SOBRE RELACIONAMIENTO EXTERNO DEL MERCOSUR. 21 dez. 2015h.

MERCOSUL. CI REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 01/16, maio 2016a.

MERCOSUL. CII REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 02/16, jun. 2016b.

MERCOSUL. XI REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL CONSEJO DEL MERCADO COMÚN. Ata 01/16, 14 dez. 2016c.

MERCOSUL e Aliança do Pacífico querem ampliar comércio na América do Sul. **Agência Brasil**. Internacional. 07 abr. 2017a. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/mercosul-e-alianca-do-pacifico-querem-ampliar-comercio-na-america-do>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MERCOSUL. CIII REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 01/17, abr. 2017b.

MERCOSUL. CIV REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 02/17, jun. 2017c.

MERCOSUL. CV REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Ata 03/17, set. 2017d.

MERCOSUL. CV REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Anexo XVI, set. 2017e.

MERCOSUL. CVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Anexo XV, nov. 2017f.

MERCOSUL. CVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Anexo XVII, nov. 2017g.

MERCOSUL. CVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO MERCADO COMUM. Anexo XVIII, nov. 2017h.

MERCOSUL. CVIII REUNIÓN ORDINARIA DEL GRUPO MERCADO COMÚN. Ata 02/18, jun. 2018a.

MERCOSUL. Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia. In: **Itamaraty**. 18 de jun. 2018b. Notas à imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19038-comunicado-conjunto-dos-presidentes-de-estados-partes-do-mercosul-e-bolivia-assuncao-18-de-junho-de-2018>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MERCOSUL. DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DOS PAÍSES DA ALIANÇA DO PACÍFICO E DO MERCOSUL. 24 jul. 2018c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/PuertoVallarta/Plano-de-Acao-de-Puerto-Vallarta-PORT.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MERCOSUL. DECLARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO ACORDO MARCO DA ALIANÇA DO PACÍFICO (AP) E OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SIGNATÁRIOS DO TRATADO DE ASSUNÇÃO. 24 jul. 2018d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/PuertoVallarta/FinalFinalDeclaracaoVallartaPORT.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MÉXICO e Brasil buscam fechar um acordo econômico "moderno e equilibrado". **UOL**. 25 jul. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/07/25/mexico-e-brasil-buscam-fechar-um-acordo-economico-moderno-e-equilibrado.htm>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MILA. **Reseña Historia**. Disponível em: <http://www.mercadomila.com/home/resena>. Acesso em: 23 ago.2017

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**,v.35, n.1, p.11 – 41, 2013.

MINISTRO Armando Monteiro lança Plano Nacional de Exportações. In: **MDIC**. 24 jun. 2015a. Notícias. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/noticias/894-ministro-armando-monteiro-lanca-plano-nacional-de-exportacoes>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MINISTRO diz que Brasil avança em negociações comerciais com países do Pacífico. **Agência Brasil**. 04 ago.2015b. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-08/ministro-diz-que-pais-avanca-em-negociacoes-comerciais-com-paises-do>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MIRANDA, Samir; RIBEIRO, Camille. A América do Sul na política externa de Dilma Rousseff: continuidades e rupturas. In: **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 2015, Porto Alegre.

MONTEIRO, Armando. Pronunciamento de Armando Monteiro em 04/06/2013. In: **Senado Federal**. 04 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399902>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MONTEIRO, Armando. Saída é buscar novos mercados, diz Monteiro. Entrevista: Marina Falcão. **Valor Econômico**. 30 dez. 2014. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/3839572/saida-e-buscar-novos-mercados-diz-monteiro>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MORALES, Constanza. Alianza del Pacífico crea figura de “país asociado” para establecer nuevos tratados. **La Tercera**. 14 mar. 2017. Negocios. Disponível em: <http://www2.latercera.com/noticia/alianza-del-pacifico-crea-figura-pais-asociado-establecer-nuevos-tratados/>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MUJICA e Marco Aurélio Garcia falam da tragédia latino-americana. **Inforel**. 06 ago. 2015. Disponível em: <http://infoel.org/mujica-e-marco-aurelio-garcia-falam-da-tragedia-latino-americana>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MUÑOZ, Heraldo. Convergência na diversidade: A nova política latino-americana do Chile. **El País**. 12 de março. 2014. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/12/opinion/1394642773_153377.html. Acesso em: 18 ago. 2018.

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NAMIHAS, Sandra; NOVAK, Fabián. **The Pacific Alliance: situation, perspectives and consolidation proposals**. Pontificia Universidad Católica del Perú: Lima, Perú, 196p, dez. 2016.

NETO, Samuel. Diplomata vê onda neogolpista na América do Sul. Entrevista: Eleonora de Lucena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2012. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/51567-diplomata-ve-onda-neogolpista-na-america-do-sul.shtml>. Acesso em: 26 jan. 2019.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. La creciente presencia de la Alianza del Pacífico en América Latina. **Iberoamericana**, n. 54, p. 173 – 177, 2014.

NOLTE, Detlef. The Pacific Alliance: Nation-Branding through Regional Organisations. **GIGA Focus: Latin America**, n. 4, 2016.

NOLTE, Detlef. Trade: The Undervalued Driver of Regional Integration in Latin America **GIGA Focus: Latin America**, n. 5, 2017.

NUNES, Raul; RODRIGUEZ, Vitória. A Política Externa Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. **Boletim de Conjuntura NERINT**, v. 1, n. 4, p. 30 – 39, 2017.

PARAGUAI não quer que presidência do Mercosul gere conflito. In: **Exame**. 12 jul. 2016. Mundo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/paraguai-nao-quer-que-presidencia-do-mercosul-gere-conflito/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PARAGUAY solicita ingresar como observador en la Alianza del Pacífico. **Última Hora**. 08 maio 2013. Nacionales. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/paraguay-solicita-ingresar-como-observador-la-alianza-del-pacifico-n618988.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). **Programa de Governo José Serra Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/storage/2010/10/Programa-de-Governo-Jose-Serra.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). **PLANO DE GOVERNO AÉCIO NEVES – PSDB**. 2014. Disponível em: http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/10/Plano-de-governo_aecio1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

PATRIOTA, Antônio. Apresentação do Ministro Antônio de Aguiar Patriota em Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. In: **Itamaraty**. 2013c. Notas à Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3478-apresentacao-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-em-audiencia-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma demite ministro Patriota após episódio com senador boliviano. **G1**. 26 ago. 2013. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/dilma-demite-ministro-patriota-apos-episodio-com-senador-boliviano.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

PAYNE, Rodger. Persuasion, Frames and Norm Construction. **European Journal of International Relations**, v. 7, n.1, p. 37 – 61, 2001.

POSADAS, Carlos. Alianza del Pacífico: más que un tratado de libre comercio. In: FOXLEY, Alejandro; MELLER, Patricio. **Alianza del Pacífico: en el proceso de integración latinoamericana**. Santiago de Chile: CIEPLAN, p. 75 – 87, 2014.

POSADAS, Edgar. La Alianza del Pacífico: integración profunda hasta que grado? In: ARANDA, Isabel; _____. (Orgs.). **Perspectivas y oportunidades de la Alianza del Pacífico**. Bogotá: Colegio de Estudios Superiores de Administración, tomo V, p. 63 - 105, jul. 2015.

PRIETO, Manuel. **Entrevista** [9 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 26 min).

QUILICONI, Cintia. From open regionalismo to neoextractivism. IN: RUIZ, José.; MORALES, Isidro (Orgs.). **Post-Hegemonic Regionalism in the Americas: Toward a Pacific–Atlantic Divide?** New York: Routledge, 1ª ed., p. 57 – 73, 2017

RAUPP, Valdir. Pronunciamento de Valdir Raupp em 17/06/2013. In: **Senado Federal**. 17 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/400283>. Acesso em: 26 jan. 2019.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. In: _____. **The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. 1ª ed. Dordrecht: Springer, p. 1-16, 2012.

RÍOS, Carlos. Entrevista [04 dez. 2017]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Brasília, 2017. Áudio digital (ca: 57 min).

ROSSI, Clóvis. Um buraco no quintal do jardim. **Folha de S. Paulo**. 21 maio 2013. Colunistas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2013/05/1282135-um-buraco-no-quintal-do-brasil.shtml>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao jornal Valor Econômico. In: **Biblioteca da Presidência da República**. 20 nov. 2012. Entrevistas. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/entrevistas/entrevistas/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-jornal-valor-economico-1>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária da 46ª Cúpula do Mercosul - Caracas/Venezuela. In: **Biblioteca da Presidência da República**. 29 jul. 2014a. Discursos da Presidenta. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-da-46a-cupula-do-mercosul-caracas-venezuela>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Cerimônia de Abertura da XLVII Cúpula do Mercosul e Estados Associados. In: **Itamaraty**. Discursos e entrevistas. 17 dez. 2014b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/6214-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-xxlvii-cupula-do-mercosul-e-estados-associados-parana-provincia-de-entre-rios-argentina-17-de-dezembro-de-2014>. Acesso em:

ROUSSEFF, Dilma. Presidenta Dilma concede entrevista a jornais latino-americanos. In: **Governo**. 22 dez. 2014c. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/presidenta-dilma-concede-entrevista-a-jornais-latino-americanos>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o encerramento do Encontro Empresarial Brasil-México - Cidade do México/México. In: **Biblioteca da Presidência da República**. 26 maio 2015a. Discursos da Presidenta. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-o-encerramento-do-encontro-empresarial-brasil-mexico-cidade-do-mexico-mexico>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos. In: **Itamaraty**. 9 out. 2015b. Discursos, artigos e entrevistas Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12106-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-bogota-colombia-9-de-outubro-de-2015>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da sessão de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia. In: **Itamaraty**. 09 out. 2015c. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12105-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-sessao-de-encerramento-do-encontro-empresarial-brasil-colombia-bogota-9-de-outubro-de-2015>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da XLIX Cúpula dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados. In: **Itamaraty**. 04 dez. 2015g. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12776-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-21-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da visita ao Chile - Santiago/Chile. In: **Biblioteca da Presidência da República**. 26 fev. 2016. Discursos da Presidenta. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-visita-ao-chile-santiago-chile>. Acesso em: 26 jan. 2019.

RUIZ, José. O Regionalismo Latino-Americano depois do Regionalismo Aberto: Novos Eixos, Novas Estratégias, Modelos Diversos. In: DO CARMO, Corival et al. **Relações Internacionais: Olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, p. 193 – 238, 2013.

RUIZ, José. Del regionalismo abierto al regionalismo poshegemónico. IN: ACOSTA, Willy. **Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina**. San José: FLACSO, p. 23 – 35, 2014.

RUIZ, José. Latin America beyond the continental divide: open regionalism and post-hegemonic regionalism co-existence in a changing region. IN: _____.; MORALES, Isidro (Orgs.). **Post-Hegemonic Regionalism in the Americas: Toward a Pacific-Atlantic Divide?** New York: Routledge, p. 73 – 99, 2017.

SALES, Robson. BATISTA; Renata. Mercosul não pode travar Brasil de buscar outros acordos, diz ministro. **Valor Econômico**. 08 jun. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4084128/mercosul-nao-pode-travar-brasil-de-buscar-outros-acordos-diz-ministro>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n.1, p.40 – 59, 2013.

SANAHUJA, Jose. Del “regionalismo abierto” al regionalismo “post-liberal”. **Anuario de Integración de América Latina y el Gran Caribe**, v. 7, 2009.

SANAHUJA, Jose. Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico-Pacífico a los retos de una globalización en crisis. **Pensamento Proprio**, v. 21, p. 29 – 76, 2016.

SARAIVA, Miriam. La política exterior del gobierno Rousseff: continuidad en las estrategias y ajustes en las prioridades y en el estilo. **Umbrales**, n. 12, p. 69 – 76, 2011.

SARAIVA, Miriam. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, v. 44, p 25 – 35, 2014.

SARAIVA, Miriam; GOMES, Zimmer. Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul. **Relaciones Internacionales**, n. 50, p. 81 – 97, 2016.

SARAIVA, Miriam; VELASCO, Paulo. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: Para onde vamos? **Pensamiento Próprio**, v. 21, p. 295-324, 2016.

SENADO Federal. Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 27, de 2013. In: **Senado Federal**. 21 maio 2013a. Projetos e Matérias. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112793>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SENADO Federal. Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 40, de 2013. In: **Senado Federal**. 13 jun. 2013b. Projetos e Matérias. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113184>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SENADO Federal. CRE sabatina indicados para embaixadas. In: **Senado Federal**. 27 jun. 2013c. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/27/cre-sabatina-indicados-para-embaixadas>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SENADO Federal. ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA. 6 fev. 2014a.

SERRA, José. Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores. In: **Itamaraty**. 18 maio 2016. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e>

entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016. Acesso em: 26 jan. 2019.

SERRANO, Lorena; ROJAS, Federico. La Alianza del Pacífico en América Latina ¿Contra-peso regional? **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 8, n. 16, p. 9 – 30, 2013.

SERRANO, Lorena. The Pacific Alliance and the construction of a new economic regime? lights and shadows of the renewal of open regionalism. IN: RUIZ, José.; MORALES, Isidro (Orgs.). **Post-Hegemonic Regionalism in the Americas: Toward a Pacific–Atlantic Divide?** New York: Routledge, 1ª ed., p. 141 – 159, 2017a.

SERRANO, Lorena. Is the Pacific Alliance still the Great Hope? In: **JORNADAS EUROPEIAS, 9**, 2017b, São Paulo. In: YOUTUBE. 28 minutos (1:49:57s – 2:17:45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g-JVFpOaPMo>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SILVA, Javier. Actores en los procesos de integración latinoamericana: gobierno, partidos políticos y empresariados en la incorporación de Chile a la Alianza del Pacífico. In: ARANDA, Isabel. POSADA, Edgar Vieira (Orgs.). **Perspectivas y oportunidades de la Alianza del Pacífico**. Bogotá: Colegio de Estudios Superiores de Administración, tomo V, p. 285 – 32, 2015.

SIMÕES, Antônio. Política Externa Brasileira para a América do Sul, Central e Caribe. In: _____. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Brasília: Ed. FUNAG, p. 39 – 99, 2011.

SIMON, Pedro. Pronunciamento de Pedro Simon em 29/05/2013. In: **Senado Federal**. 29 maio 2013a. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399834>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SIMON, Pedro. Pronunciamento de Pedro Simon em 05/06/2013. In: **Senado Federal**. 05 jun. 2013b. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399938>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SMITH, Steve. Theories of Foreign Policy: An Historical Overview . **Review of International Studies**, v. 12, n. 1, p. 13-29 1986.

SMITH, Rogers. If Politics Matters: Implications for a "New Institutionalism". **Studies in American Political Development**, n.6, p. 1 – 36, 1992.

SOUZA, Sérgio. Pronunciamento de Sergio Souza em 12/06/2013. In: **Senado Federal**. 12 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/400315>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo. Brazil and the institutionalization of South America: from hemispheric estrangement to cooperative hegemony. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, n. 54, p. 189 – 211, 2011.

TEMER defende acordo entre Mercosul e Aliança do Pacífico. **UOL**. 07 fev. 2017a. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2017/02/07/temer-defende-acordo-entre-mercosul-e-alianca-do-pacifico.htm>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante almoço oferecido ao presidente do Paraguai, Horacio Cartes. In: **Itamaraty**. 21 ago. 2017b. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/17244-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-almoco-oferecido-ao-presidente-do-paraguai-horacio-cartes-palacio-itamaraty-21-de-agosto-de-2017>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na abertura da LI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. In: **Itamaraty**. 21 dez. 2017f. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/18096-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-da-li-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-brasilia-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER, Michel. **O Brasil no mundo: escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)**. Brasília: FUNAG, 2018a. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/o-brasil-no-mundo-abertura-e-a-responsabilidade.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER fala de relação comercial forte com Chile na posse de Piñera. **Valor Econômico**. 11 mar. 2018b. Internacional. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/5376991/temer-fala-de-relacao-comercial-forte-com-chile-na-posse-de-pinera>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER: proposta de acordo de livre comércio com Chile é ambiciosa. **Agência Brasil**. Política. 27 abr. 2018c. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/temer-proposta-de-acordo-de-livre-comercio-com-chile-e-ambiciosa>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER, Michel. Dois destinos, um só objetivo. **O Estado de S. Paulo**. 23 jul. 2018d. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dois-destinos-um-so-objetivo,70002411112>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a Sessão Plenária dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, Estados Associados e Convidados Especiais. In: **Itamaraty**. 18 jun. 2018e. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19047-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-a-sessao-plenaria-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-estados-associados-e-convidados-especiais-assuncao-paraguai-18-de-junho-de-2018>. Acesso em: 26 jan. 2019.

UNCTAD STAT. International Trade in Goods and Services. **Data Center**. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/summary.aspx>. Acesso em: 18 jan. 2019.

URRIA, Pablo. **Entrevista** [28 maio 2018]. Entrevistadora: Julia de Souza Borba Gonçalves. Santiago de Chile, 2018. Áudio digital (ca: 28 min).

VÂNIA, Lucia. Pronunciamento de Lúcia Vânia em 05/06/2013. In: **Senado Federal**. 05 jun. 2013. Pronunciamentos. Disponível: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399953>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VEIGA, Pedro; RIOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. CEPAL Serie Comercio Internacional, n. 88, 2007.

VEIGA, Pedro. Brasil frente a la integración regional y la Alianza del Pacífico. In: FOXLEY, Alejandro; MELLER, Patricio. **La Alianza del Pacífico: en el proceso de integración latinoamericana**. Santiago de Chile: CIEPLAN, p. 87 – 95, 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, jul/dez 2007, p. 273-335.

VIEIRA, Mauro. Discurso do Ministro Mauro Vieira em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasília. In: **Itamaraty**. 24 mar. 2015a. Discursos, artigos e entrevistas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/8442-pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-mauro-vieira-em-audiencia-publica-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal-24-de-marco-de-2015>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VIEIRA, Mauro. Discurso do Ministro Mauro Vieira em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. In: **Itamaraty**. 15 abr. 2015b. Discursos, artigos e entrevistas. <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/9752-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-em-audiencia-publica-da-comissao-de-relacoes-exteriores-e-de-defesa-nacional-da-camara-dos-deputados-15-de-abril-de-2015>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VIGEVANI, Tullo; et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n.1, 2008, p.5-27.

VIGEVANI, Tullo; ARAGUSUKU, Juliano. Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: círculos concêntricos. **Pensamiento Proprio**, v. 39, p. 163 – 210, 2014.

WENDT, Alexander. **Social Theory Of International Politics**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.

ZANINI, Fábio. Aliança do Pacífico não tira nosso sono, diz assessor da Presidência. **Folha de S. Paulo**. 24 maio 2013. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/05/1284173-alianca-do-pacifico-nao-tira-nosso-sono-diz-assessor-da-presidencia.shtml>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ZICCARDI, Natalia. The Mexican Agenda in Latin America: The Pacific Alliance. **Anuario de Integración de América Latina y Caribe**, v. 10, p. 421 – 436, 2014.

ANEXO – PRINCIPAIS REAÇÕES E INICIATIVAS BRASILEIRAS PARA CONTER A ALIANÇA DO PACÍFICO

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Criação do bloco</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Nota sobre a Aliança do Pacífico no blog do Itamaraty</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Criação de um Grupo de Diálogo de Alto Nível para impulsionar a incorporação de novos membros plenos ao Mercosul</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Criação do CEAP</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Entrevista da Presidente no jornal Valor Econômico</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Criação do Foro Empresarial do Mercosul; Solicitação para que o Mercosul fosse Estado Observador da AP</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Decisão de eliminar 90% das tarifas comerciais (Uruguai e Paraguai participam da Cúpula de Cali)</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Pronunciamento do MRE no CREDN do Senado sobre a Aliança do Pacífico;</p> <p>Solicitação de criação de uma unidade técnica de divulgação institucional para que os Estados partes pudessem divulgar os aspectos positivos do Mercosul</p> <p>Mercosul</p> <p>X</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Proposta de se aproximar ao Mercosul</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Relacionamento bilateral com o Chile sobre o tema. Anúncio da proposta de antecipação da desgravação tarifária no CREDN do Senado</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Apresentação da proposta de antecipação da desgravação tarifária pelo Brasil: projeto de decisão e declaração (rejeitados); Declaração presidencial brasileira favorável à aproximação.</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>X</p> <p>Brasil</p> <p>Plano Nacional de Exportações (MDIC); Negociação bilateral com o México (ACE-53); Reunião de trabalho sobre harmonização de normas sanitárias Mercosul-Aliança do Pacífico(MAPA); viagens ao Chile, Colômbia, México</p> <p>Mercosul</p> <p>(MDIC) e Peru (MDIC)</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Negociação do ACE-35, ACE-58 e ACE-59</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>X</p> <p>Brasil</p> <p>Mudança de governo</p> <p>Mercosul</p> <p>Negociação do ACE-35, ACE-58 e ACE-59</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Hoja de Ruta Estado Associado da Aliança do Pacífico (Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Singapura)</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Hoja de Ruta; Reuniões bilaterais com Colômbia, Peru e México; Convida aos presidentes do Chile, Colômbia e Peru para realizarem a Cúpula de Presidentes do Mercosul e Aliança do Pacífico.</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Assinatura da Hoja de Ruta; Negociações do ACE-35, ACE-58 e ACE-72; Propostas brasileira; Marco Jurídico de Facilitação de Comércio entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico; intercâmbio de informações sobre Pequenas e Médias Empresas e iniciativas facilitadoras de comércio</p>	<p>Aliança do Pacífico</p> <p>Estado Associado (Coreia do Sul) Encontro Presidencial do Mercosul e Aliança do Pacífico plano de Ação</p> <p>→</p> <p>Brasil</p> <p>Encontros bilaterais com presidente do Chile (Acordo de Compras públicas, o Protocolo sobre Serviços Financeiros e Acordo Bilateral de Livre-Comércio) e Colômbia</p> <p>→</p> <p>Mercosul</p> <p>Negociação dos acordos de livre-comércio com Canadá, Cingapura e Coreia do Sul; Negociações do ACE-35 e ACE-72; Encontro Presidencial do Mercosul e Aliança do Pacífico; Plano de Ação</p>

Fonte: criação nossa, com base nos resultados apresentados.